

# Mapeamento de Programas Integrantes da Lei Orçamentária de

## Programa

### 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

**Orgão:** 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

**Momento do Programa:** Lei+Créditos

**Tema:** Desenvolvimento Regional e Territorial

**Diretriz:**

Ampliação do investimento privado em infraestrutura, orientado pela associação entre planejamento de longo prazo e redução da insegurança jurídica

**Problema:**

O Brasil deixa de aproveitar a totalidade de seu potencial produtivo, que poderia contribuir para aumento de sua competitividade, gerando emprego, renda e melhor qualidade de vida para a população, bem como na desigualdade na dotação de requisitos para o desenvolvimento em porções específicas do território. Isto implica em regiões menos dinâmicas, com infraestrutura produtiva frágil e reduzidas oportunidades de desenvolvimento, o que induz a uma movimentação populacional em direção aos espaços mais dinâmicos, desequilibrando a rede de cidades brasileira. A trajetória do desenvolvimento brasileiro se alicerçou em frações do espaço, notadamente no centro-sul e na porção litorânea, com destaque para as aglomerações metropolitanas que desde os anos 1970 adquiriram a primazia na condução dos rumos da economia nacional. Isso dificultou, sobremaneira o processo de interiorização e disseminação do desenvolvimento, com evidentes reflexos na distribuição das oportunidades aos brasileiros. Agrava-se, assim, a situação dos municípios, com reflexos na qualidade do serviço público prestado, que carecem de melhorias em seu planejamento e gestão, bem como na capacidade dessas localidades em dinamizar a economia das regiões onde se encontram.

**Causa do problema:**

As economias dos espaços menos desenvolvidos crescem sistematicamente abaixo da média nacional, de forma que é grande diferença que separa os indicadores de desenvolvimento - inter e intrarregiões. Este baixo dinamismo pode ser associado a espaços historicamente deprimidos, perdas de dinamismo em razão de transformações tecnológicas e de reestruturação produtiva. Isto impacta na capacidade de investimento das regiões para promover seu desenvolvimento, resultando em uma frágil infraestrutura produtiva e em uma baixa capacidade de arrecadação fiscal, tornando os municípios dependentes de investimentos e carentes de melhores instrumentos de gestão. Adicionalmente, esses aspectos repercutem na economia nacional que perpetua um modelo de concentração das oportunidades e lega ao restante do território nacional uma posição de dependência não só na esfera produtiva, mas também na rarefação de estruturas de suporte ao desenvolvimento, bem como de serviços.

Algumas causas do problema estão a seguir:

1. insuficiência na dotação de requisitos para o desenvolvimento da produção nas regiões menos desenvolvidas, que têm infraestrutura produtiva frágil e reduzidas oportunidades de desenvolvimento;
2. o conjunto das cidades intermediárias não cumpre com o papel de estímulo à interiorização e disseminação do desenvolvimento que ainda continua sendo presidido pelas RMs e por algumas poucas cidades de porte médio integradas as economias nacional e mundial;
3. desarticuladas, não formam uma rede que sustente a superação das desigualdades inter e, especialmente, intrarregionais, e a lógica da relação dessas cidades médias, com raras exceções, ainda se subordina aos grandes aglomerados metropolitanos do país;
4. desigualdades no direito e no acesso à cidade e aos serviços de bem-estar (saúde, educação, segurança, saneamento etc.) associados à vida urbana;
5. desarticulação das políticas federais em âmbito local e regional, diminuindo a potência dos esforços de superação das desigualdades, resultando no desconhecimento das vocações e estratégias de desenvolvimento integradas e efetivas;
6. frágil capacidade institucional e administrativa dos entes subnacionais, dificultando o acesso e a aplicação dos recursos públicos, com dispersão de energia institucional e duplicidade de iniciativas; e
7. baixa qualidade das informações que podem dar suporte à implementação de políticas públicas e de projetos.

**Evidências do problema:**

São múltiplas as evidências espaciais das desigualdades regionais, dentre as quais citamos o baixo índice de desenvolvimento social e humano de porções do território; a distribuição desigual da renda, tendo em vista parâmetros internacionais; a participação desigual no PIB, de forma intra e inter-regional; a desigualdade no acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos; a desigualdade no direito e no acesso às cidades e a baixa capacidade governativa dos entes subnacionais.

**Justificativa para a intervenção:**

A complexidade do problema requer que as iniciativas governamentais para o desenvolvimento do território sejam realizadas em diversas escalas e por instrumentos distintos, que permitam a cooperação federativa e a coordenação horizontal do Governo Federal para sua efetiva implementação.

As iniciativas devem observar as necessidades regionais e ser materializadas em projetos integrados, com foco no desenvolvimento regional e urbano, que fortaleçam as redes de sistemas produtivos e inovativos locais, rurais e urbanos, considerando agricultura irrigada; potencializem as atividades produtivas e de sua infraestrutura de suporte, bem como o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis de apoio à produção; promovam a melhoria da infraestrutura urbana, do planejamento, da gestão e do financiamento do desenvolvimento urbano pelos municípios brasileiros, observando os instrumentos de ordenamento territorial; e promovam a implementação e a gestão dos instrumentos de planejamento regional.

**Evolução histórica:**

O Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, PPA 2016-2019, era composto pelos Objetivos 0789, 0840 e 0792, sob a responsabilidade Ministério da Integração Nacional - MI. Por sua vez, os Objetivos 0978, 0979, 0980, 0981 e 1098 eram afeitos ao antigo MDA. Identifica-se que faltava coerência e articulação entre os objetivos do Programa 2029, que foi concebido tardiamente, para conter a dimensão regional e territorial sem a preocupação com a integração de suas ações para a consecução da redução das desigualdades regionais. Seus indicadores não possuem aderência com os objetivos propostos, não permitindo avaliar em que medida as metas contribuem para os Objetivos do Programa. O programa respondia por algumas das demandas da política regional e de ordenamento territorial, cujos recursos foram constantemente contingenciados no período comprometendo seu resultado.

**Comparações Internacionais:**

Agentes Envolvidos:

União, Estados, Municípios, Consórcios, bancos oficiais de fomento, setor produtivo, sociedade civil, associações diversas. As políticas e projetos abrangidos por este programa se fundamentam na mobilização planejada e articulada das ações, por meio dos agentes federais, estaduais e municipais, pública e privada, por meio das quais programas e investimentos da União, associados a programas e investimentos dos entes federativos subnacionais, estimulem e apoiem processos de desenvolvimento. Assim, o tipo de arranjo e o financiamento dependerão da finalidade do projeto executado.

Articulação federativa:

Unidades Federativas, Municípios. As políticas e os projetos abrangidos por este Programa fundamentam-se na mobilização planejada e articulada das ações federal, estaduais e municipais, pública e privada, por meio das quais programas e investimentos da União, associados a programas e investimentos dos entes federativos subnacionais, estimulem e apoiem processos de desenvolvimento. Assim, o tipo de arranjo e o financiamento dependerão da finalidade do projeto executado.

Enfoque Transversal:

Sim, a depender do caráter da intervenção, notadamente associada a políticas de desenvolvimento produtivo; ciência, tecnologia e inovação; educação e qualificação profissional; infraestruturas econômica e urbana; desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais; fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais.

Público Alvo:

Entes federados e seus órgãos e entidades, sociedade civil, setor produtivo e associações diversas. Populações urbanas e rurais, além daquelas localizadas em regiões com entraves ao desenvolvimento.

Marco Legal:

Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019; Constituição Federal de 1988, arts. 21, inciso XX; 23, inciso II; 30, incisos VIII e IX; 182 e 183; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014 Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 10.267 de 28 de agosto 2001 - Georreferenciamento, Lei nº 6.015 de 31 do 12 de 1973 – Registros Públicos, Lei nº 6.766 de 19 do dezembro de 1979 – Parcelamento do Solo Urbano, IN INCRA nº 17B de 22 de dezembro de 1980 – Parcelamento de Imóveis Rurais, Decreto nº 89.496 de 29 de março de 1984 – Regulamento da Lei de Irrigação, Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Código Florestas, Decretos-Lei nºs 25, de 30 de novembro de 1937 e 3.365, de 21 de junho de 1941. Portaria MI nº 80, de 28/2/2018 e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019. NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa MCid nº 33 de 18 de dezembro de 2014.

Planos nacionais, setoriais e regionais:

Política Nacional de Desenvolvimento Regional, Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, Política Nacional de Irrigação, Política Nacional de Ordenamento do Território e Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste.

Tipo de Programa: Finalístico

Valor de referência para Investimentos Plurianuais: R\$ 0

Objetivo

1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.

Momento do Objetivo: Lei+Créditos

Órgão: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

Meta do Objetivo

050G - Ampliar em 4 pontos percentuais o Índice de Interiorização do Financiamento do Desenvolvimento Regional e Urbano aplicado na rede de cidades intermédias e suas regiões de influência imediata, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Regional

Meta quantificável? Sim

Unidade de Medida: percentual

Linha de base: 2,6

Data de referência da linha de base: 31/12/2018

Meta prevista: - 2020 3,6 - 2021: 4,6 - 2022: 6,1 - 2023: 6,6

Regionalização da meta

Região	Região Nordeste	Unidade de medida	percentual	
Meta prevista para:	- 2020: 2,2	- 2021: 2,7	- 2022: 3,4	- 2023: 3,6
Região	Região Centro-Oeste	Unidade de medida	percentual	
Meta prevista para:	- 2020: 0,3	- 2021: 0,5	- 2022: 0,9	- 2023: 1
Região	Região Norte	Unidade de medida	percentual	
Meta prevista para:	- 2020: 1,1	- 2021: 1,4	- 2022: 1,8	- 2023: 2

## Indicador

**Indicador:** Interiorização do Financiamento do Desenvolvimento Regional e Urbano

**Código:** 8744

**Sigla:** IFDRU

**Órgão:** 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

**Unidade de Medida:** percentual

**Índice de Referência:** 2,6

**Data de Referência:** 31/12/2018

**Descrição:** Índice de interiorização do financiamento do desenvolvimento regional e urbano para a rede de cidades intermédias das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O indicador verifica o percentual do financiamento do desenvolvimento regional e urbano aplicado na rede de cidades intermédias e suas regiões de influência imediata das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com relação à totalidade do financiamento disponibilizado por meio do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano.

Considerando que o indicador mede o desenvolvimento regional e urbano por meio dos recursos investidos na rede de cidades intermédias e suas regiões de influência imediata, as ações apoiadas no quadriênio 2020-2023, tem uma amplitude temática a saber: projetos técnicos e a execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma e/ou adaptação de rotas acessíveis, espaços urbanos e logradouros de usos; a instalação de equipamentos públicos comunitários e infraestrutura urbana complementar; a disponibilização de projetos de soluções inteligentes vinculados ao apoio à gestão urbana e aos sistemas georreferenciados de informações territoriais; na esfera produtiva, os projetos que promovam melhorias de superestrutura e infraestrutura; os que mitiguem gargalos nas cadeias e arranjos produtivos locais, bem como insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, tecnologias inovativas, de forma a contribuir com a capacidade de autossustentação e a competitividade mercadológica; implementação de Polos de Agricultura Irrigada, unidades de reuso de água para irrigação, recuperação de infraestruturas de projetos públicos de irrigação; implantação de novas infraestruturas, gestão de projetos públicos de irrigação e emancipação de projetos públicos de irrigação.

**Período ou data a que se refere o Indicador:** 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

**Data de Divulgação/Disponibilização:** Mês de março do ano subsequente ao ano de referência do indicador, ou assim que disponibilizados os dados que compõem o índice.

**Periodicidade:** Anual

**Máxima Desagregação Geográfica:**

**Outras Desagregações possíveis:** -

**Polaridade:** Quanto maior melhor

**Variáveis de Cálculo:**

X – Percentual de recursos relacionados às estratégias de desenvolvimento produtivo, aplicados na rede de cidades intermédias e suas regiões de influência imediata, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Y – Percentual de recursos relacionados às estratégias de desenvolvimento urbano, aplicados na rede de cidades intermédias e suas regiões de influência imediata das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Z - Percentual de recursos relacionados às estratégias de articulação da agricultura irrigada às ações de desenvolvimento produtivo, aplicados na rede de cidades intermédias e suas regiões de influência imediata das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A - Valor de recursos financeiros do programa, relacionados às estratégias de desenvolvimento produtivo, aplicados na rede de cidades intermédias e suas regiões de influência imediata das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estes valores correspondem a projetos que promovam melhorias de superestrutura e infraestrutura; os que mitiguem gargalos nas cadeias e arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas, bem como insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, tecnologias inovativas, de forma a contribuir com a capacidade de autossustentação e a competitividade mercadológica.

B - Valor de recursos financeiros do programa, relacionados às estratégias de desenvolvimento urbano, aplicados na rede de cidades intermédias e suas regiões de influência imediata das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estes valores correspondem a projetos técnicos e a execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma e/ou adaptação de rotas acessíveis, espaços urbanos e logradouros de usos; a instalação de equipamentos públicos comunitários e infraestrutura urbana complementar; a disponibilização de projetos de soluções inteligentes vinculados ao apoio à gestão urbana e aos sistemas georreferenciados de informações territoriais.

C - Valor de recursos financeiros do programa, relacionados às estratégias de articulação da agricultura irrigada às ações de desenvolvimento produtivo, aplicados nas cidades intermédias das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estes valores correspondem a projetos de implementação de Polos de Agricultura Irrigada; unidades de reuso de água para irrigação; recuperação de infraestruturas de projetos públicos de irrigação; implantação de novas infraestruturas; gestão de projetos públicos de irrigação e emancipação de projetos públicos de irrigação.

D - Valor total de recursos orçamentários estabelecidos pelo PPA 2020-2023 para o Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, consideradas eventuais alterações futuras na Lei do PPA e a sua execução orçamentária.

**Fonte de Dados das Variáveis de Cálculo:** Relação de cidades intermédias e sua área de influência de referência para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional: IBGE

A, B e C – Registro administrativo.

D – Lei do PPA 2020-2023.

**Forma de Disponibilização do Indicador:**

Relação de cidades intermédias e Indicador IFDRU: site <http://www.mdr.gov.br/desenvolvimento-regional-e-urbano>.

## Procedimento de Cálculo

1 – O estabelecimento da listagem de referência de cidades intermédias das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e de sua área de influência direta, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, é de competência da Secretaria Regional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional. Esta relação apresenta a seguinte referência:

a. Região Norte: 22 cidades intermédias;

b. Região Nordeste: 56 cidades intermédias;

c. Região Centro-Oeste: 15 cidades intermédias.

2 – Cálculo do percentual de recursos relativos ao desenvolvimento produtivo aplicados à listagem de referência, com a aplicação da fórmula:  $(A/D) \times 100$ . A definição dos recursos aplicados terá como referência os valores empenhados das ações orçamentárias de referência para A em 31 de dezembro do ano de referência do indicador calculado.

3 – Cálculo do percentual de recursos relativos ao desenvolvimento urbano aplicados à listagem de referência, com a aplicação da fórmula:  $(B/D) \times 100$ . A definição dos recursos aplicados terá como referência os valores empenhados das ações orçamentárias de referência para B em 31 de dezembro do ano de referência do indicador calculado.

4 – Cálculo do percentual de recursos relativos aos perímetros de irrigação aplicados à listagem de referência, com a aplicação da fórmula:  $(C/D) \times 100$ . A definição dos recursos aplicados terá como referência os valores empenhados das ações orçamentárias de referência para C em 31 de dezembro do ano de referência do indicador calculado.

5 – Aplicação da fórmula  $IFRU = 3X + 2Y + Z$

¶ 6

6 - O cálculo do índice para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (regionalização da meta) será realizado com igual procedimento de cálculo, no entanto, computando nas variáveis A, B e C somente os recursos específicos previstos e aplicados para cada macrorregião. No cálculo da meta nacional, serão somados conjuntamente os recursos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

## Limitações

### Notas de usuário para este Indicador

Data 19/08/2019

Notas de usuário

O Índice de Referência foi calculado para o ano de 2018, levando em consideração as ações orçamentárias dos programas 2016-2019 que foram migradas para constituir o Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano. Estas ações foram migradas para os seguintes programas: Programa 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial, Programa 2054 – Planejamento Urbano e Regional, Programa 2077 – Agropecuária Sustentável.

**Meta Intermediária:** 0534 - Descrição: Apoiar projetos de desenvolvimento produtivo nas regiões intermediárias, preferencialmente nas áreas prioritárias da PNDR.  
Valor previsto ao final do PPA: 80 projetos apoiados

Meta prevista ao Final do PPA: 80

**Meta Intermediária:** 0535 - Apoiar projetos de desenvolvimento/requalificação urbana em cidades polo das regiões intermediárias, preferencialmente nas áreas prioritárias da PNDR.  
Valor previsto ao final do PPA: 30 projetos apoiados

Meta prevista ao Final do PPA: 30

**Meta Intermediária:** 0536 - A iniciativa tem como base a articulação entre ações em irrigação das diferentes instâncias e esferas de governo e entre estas e as ações do setor privado, conforme previsto na Lei n. 12.787, de 2013. Iniciativa estabelecida pela Portaria MDR nº 1.082, de 25 de Abril do 2019.  
Valor previsto ao final do PPA: 10 Polos de Agricultura Irrigada implantados

Meta prevista ao Final do PPA: 10

**Meta Intermediária:** 0537 - Efetivar a etapa de emancipação, quando o PPI atinge a plena capacidade econômica, assumindo, integralmente, o custeio operacional e o autofinanciamento da gestão do Projeto. Emancipação de 5 projetos públicos de irrigação – PPIs.  
Valor previsto ao final do PPA: 5 projetos públicos de irrigação emancipados

Meta prevista ao Final do PPA: 5

**Meta Intermediária:** 0538 - Desenvolver ações para melhoria da gestão dos recursos hídricos e energia renovável, a exemplo de unidades de reúso de água de esgoto para irrigação e reconversão de sistemas de irrigação, com foco no desenvolvimento da região Nordeste.  
Valor previsto ao final do PPA: 6 Ações de gestão de recursos hídricos e energia renovável implementadas

Meta prevista ao Final do PPA: 6

**Meta Intermediária:** 0539 - Estruturar unidades de ensino para melhorar a capacitação de recursos humanos e fomentar a geração e a transferência de tecnologias relacionadas a irrigação.  
Valor previsto ao final do PPA: 2 unidades de referência em ensino para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada implementadas

Meta prevista ao Final do PPA: 2

**Meta Intermediária:** 053A - Elaboração de projetos e implantação de infraestruturas de irrigação de uso comum com intuito de desenvolver as regiões, por meio do aumento da área irrigada, da produção de alimentos, da geração de empregos, entre outros. Obs.: Essa meta é composta pelos estudos dos Canais Jaguari e Taquarembó/RS (2), conclusão das obras do PPI Balsamo (1), revitalização PPI Formoso (2) e Estudos do Chapada Natividade e Rio Sobrado -TO (2), somados aos 5 PPIs da Codevasf.  
Valor previsto ao final do PPA: 12 projetos públicos de irrigação apoiados

Meta prevista ao Final do PPA: 12

**Meta Intermediária:** 053B - Apoiar projetos de desenvolvimento na temática das cidades inteligentes em cidades polo das regiões intermediárias, preferencialmente nas áreas prioritárias da PNDR.  
Valor previsto ao final do PPA: 10 projetos de cidades inteligentes implementados

**Meta prevista ao Final do PPA:** 10

**Meta Intermediária:** 053C - Descrição: Capacitar servidores municipais e outros atores relevantes para as políticas afetas a SDRU.  
Valor previsto ao final do PPA: 40 mil pessoas capacitadas

**Meta prevista ao Final do PPA:** 40.000

## Resultados Intermediários

### 0088 - Estruturas urbanas implantadas nos territórios, cidades e regiões.

**Momento:** Lei+Créditos

**Enunciado:** Estruturas urbanas implantadas nos territórios, cidades e regiões.

**Unidade responsável:** Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano - SMDRU.

**Quantitativo?** Sim

**Indicador:** Quantidade dos Empreendimentos de Desenvolvimento Urbano concluídos.

**Descrição do Indicador:** Somatório dos Empreendimentos de Desenvolvimento Urbano concluídos. Consideram-se empreendimentos de desenvolvimento urbano aqueles resultantes de intervenções estruturantes, na forma de projetos integrados, que promovam a melhoria de um perímetro urbano, sendo apoiados pelas ações orçamentárias 10T2, 1D73 e do Programa Pró Cidades (executado com recursos do FGTS). Meta cumulativa.

**Linha de base:** 125,0000

**Data de referência da linha de base:** 01/01/2020

**Unidade de medida:** Unidade

**Meta prevista para:** 2020: 135,00                      2021: 150,00                      2022: 170,00                      2023: 195,00

### 0087 - Polos de Agricultura Irrigada.

**Momento:** Lei+Créditos

**Enunciado:** Polos de Agricultura Irrigada.

**Unidade responsável:** Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano - SMDRU.

**Quantitativo?** Sim

**Indicador:** Quantidade de Polos de Agricultura Irrigada Implantados.

**Descrição do Indicador:** Somatório dos Polos de Agricultura Irrigada Implantados. Consideram-se implantados os polos que têm o comitê gestor instalado, a oficina de planejamento estratégico realizada e que estejam instituídos por meio de portaria ministerial que os delimitam. Meta cumulativa.

**Linha de base:** 4,0000

**Data de referência da linha de base:** 01/01/2020

**Unidade de medida:** Unidade

**Meta prevista para:** 2020: 7,00                      2021: 10,00                      2022: 13,00                      2023: 16,00

### 0086 - Polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional.

**Momento:** Lei+Créditos

**Enunciado:** Polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional.

**Unidade responsável:** Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano - SMDRU.

**Quantitativo?** Sim

**Indicador:** Quantidade de Polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional Implantados.

**Descrição do Indicador:** Somatório dos Polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional Implantados. Consideram-se implantados os polos que têm o comitê gestor instalado, a oficina de planejamento estratégico realizada e possuem projetos em execução. Meta cumulativa.

**Linha de base:** 30,0000

**Data de referência da linha de base:** 01/01/2020

**Unidade de medida:** Unidade

**Meta prevista para:** 2020: 32,00                      2021: 35,00                      2022: 37,00                      2023: 40,00

## Investimentos Plurianuais

### 0567 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa, com 6.417 ha - no Estado do Piauí

**Momento:** Lei+Créditos

**Órgão:** 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

**Descrição:** Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa, com 6.417 ha - no Estado do Piauí

**Notas explicativas:** -

Planos nacionais, setoriais e regionais: -

Situação atual do investimento: -

Data Início: 01/01/2020                      Data Término: 31/12/2023                      Custo Total: R\$ 10.850.000,00

Execução física:

Execução física acumulada prevista até 2020:

Meta de execução física prevista durante o PPA:

Execução física total prevista p/ conclusão do investimento:

Valores previstos:

	2020	2021	2022	2023
Orçamento Fiscal e Seg. Social				

Licença ambiental: -

Valor executado:

Valor executado OFSS até 2018:

Valor execução prevista OFSS para 2019:

Valor financeiro executado até Junho 2019:

Data da informação:

Projetos elaborados:

EVTEA: Não      Confidencial: Sim      Básico: Não      Executivo: Não      Outro: Não

Desapropriação:

Situação: -

Responsável: -

Valor total da desapropriação:

Demais condicionantes, indenizações e compensações:

Observação: -

Valor total OFSS:                      Valor total (outro ente ou entidade que não a União/Estatais controladas pela União):

Georreferenciamento:

Latitude:

Longitude:

0568 - Ampliação da Avenida Leste-Oeste em Goiânia - GO

Momento: Lei+Créditos

Órgão: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

Descrição: Ampliação da Avenida Leste-Oeste em Goiânia - GO

Notas explicativas: -

Planos nacionais, setoriais e regionais: -

Situação atual do investimento: -

Data Início: 15/02/2020                      Data Término: 30/07/2023                      Custo Total: R\$ 600.000,00

Execução física:

Execução física acumulada prevista até 2020:

Meta de execução física prevista durante o PPA:

Execução física total prevista p/ conclusão do investimento:

Valores previstos:

	2020	2021	2022	2023
Orçamento Fiscal e Seg. Social				

Licença ambiental: -

Valor executado:

Valor executado OFSS até 2018:

Valor execução prevista OFSS para 2019:

Valor financeiro executado até Junho 2019:

Data da informação:

Projetos elaborados:

EVTEA: Não      Confidencial: Sim      Básico: Não      Executivo: Não      Outro: Não

Desapropriação:



Situação: -

Responsável: -

Valor total da desapropriação:

Demais condicionantes, indenizações e compensações:

Observação: -

Valor total OFSS: Valor total (outro ente ou entidade que não a União/Estatais controladas pela União):

Georreferenciamento:

Latitude:

Longitude:

#### 0569 - Implantação do Projeto Sul-Fronteira - no Estado de Mato Grosso do Sul

Momento: [Lei+Créditos](#)

Órgão: [53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional](#)

Descrição: [Implantação do Projeto Sul-Fronteira - no Estado de Mato Grosso do Sul](#)

Notas explicativas: -

Planos nacionais, setoriais e regionais: -

Situação atual do investimento: -

Data Início: 02/01/2020

Data Término: 29/12/2023

Custo Total: R\$ 3.000.000,00

Execução física:

Execução física acumulada prevista até 2020:

Meta de execução física prevista durante o PPA:

Execução física total prevista p/ conclusão do investimento:

Valores previstos:

	2020	2021	2022	2023
Orçamento Fiscal e Seg. Social				

Licença ambiental: -

Valor executado:

Valor executado OFSS até 2018:

Valor execução prevista OFSS para 2019:

Valor financeiro executado até Junho 2019:

Data da informação:

Projetos elaborados:

EVTEA: [Não](#) Confidencial: [Sim](#) Básico: [Não](#) Executivo: [Não](#) Outro: [Não](#)

Desapropriação:

Situação: -

Responsável: -

Valor total da desapropriação:

Demais condicionantes, indenizações e compensações:

Observação: -

Valor total OFSS: Valor total (outro ente ou entidade que não a União/Estatais controladas pela União):

Georreferenciamento:

Latitude:

Longitude:

#### 0570 - Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe - 2ª Etapa, com 10.238,18 ha - no Estado do Piauí

Momento: [Lei+Créditos](#)

Órgão: [53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional](#)

Descrição: [Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe - 2ª Etapa, com 10.238,18 ha - no Estado do Piauí](#)

Notas explicativas: -

Planos nacionais, setoriais e regionais: -

Situação atual do investimento: -

Data Início: 01/01/2020

Data Término: 31/12/2023

Custo Total: R\$ 3.465.398,03

Execução física:

Execução física acumulada prevista até 2020:

Meta de execução física prevista durante o PPA:

Execução física total prevista p/ conclusão do investimento:

Valores previstos:

	2020	2021	2022	2023
Orçamento Fiscal e Seg. Social				

Licença ambiental: -

Valor executado:

Valor executado OFSS até 2018:

Valor execução prevista OFSS para 2019:

Valor financeiro executado até Junho 2019:

Data da informação:

Projetos elaborados:

EVTEA: Não    Confidencial: Sim    Básico: Não    Executivo: Não    Outro: Não

Desapropriação:

Situação: -

Responsável: -

Valor total da desapropriação:

Demais condicionantes, indenizações e compensações:

Observação: -

Valor total OFSS:

Valor total (outro ente ou entidade que não a União/Estatais controladas pela União):

Georreferenciamento:

Latitude:

Longitude:

#### 0571 - Implantação de via de interligação da BR-116 com a Av. Elisa Maria, localizada no 2º distrito de Duque de Caxias

Momento: Lei+Créditos

Órgão: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

Descrição: Implantação de via de interligação da BR-116 com a Av. Elisa Maria, localizada no 2º distrito de Duque de Caxias

Notas explicativas: -

Planos nacionais, setoriais e regionais: -

Situação atual do investimento: -

Data Início: 02/02/2020

Data Término: 02/08/2021

Custo Total: R\$ 389.860,60

Execução física:

Execução física acumulada prevista até 2020:

Meta de execução física prevista durante o PPA:

Execução física total prevista p/ conclusão do investimento:

Valores previstos:

	2020	2021	2022	2023
Orçamento Fiscal e Seg. Social				

Licença ambiental: -

Valor executado:

Valor executado OFSS até 2018:

Valor execução prevista OFSS para 2019:

Valor financeiro executado até Junho 2019:

Data da informação:

Projetos elaborados:

EVTEA: Não    Confidencial: Sim    Básico: Não    Executivo: Não    Outro: Não

Desapropriação:

Situação: -

Responsável: -

Valor total da desapropriação:

Demais condicionantes, indenizações e compensações:



Observação: -

Valor total OFSS:

Valor total (outro ente ou entidade que não a União/Estatais controladas pela União):

Georreferenciamento:

Latitude:

Longitude:

## 0724 - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

Momento: **Lei+Créditos**

Órgão: **53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional**

Descrição: **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**

Notas explicativas: -

Planos nacionais, setoriais e regionais: -

Situação atual do investimento: -

Data Início: 01/01/2020

Data Término: 31/12/2023

Custo Total: R\$ 6.000.000,00

Execução física:

Execução física acumulada prevista até 2020:

Meta de execução física prevista durante o PPA:

Execução física total prevista p/ conclusão do investimento:

Valores previstos:

	2020	2021	2022	2023
--	------	------	------	------

Orçamento Fiscal e Seg. Social

Licença ambiental: -

Valor executado:

Valor executado OFSS até 2018:

Valor execução prevista OFSS para 2019:

Valor financeiro executado até Junho 2019:

Data da informação:

Projetos elaborados:

EVTEA: **Não**    Confidencial: **Sim**    Básico: **Não**    Executivo: **Não**    Outro: **Não**

Desapropriação:

Situação: -

Responsável: -

Valor total da desapropriação:

Demais condicionantes, indenizações e compensações:

Observação: -

Valor total OFSS:

Valor total (outro ente ou entidade que não a União/Estatais controladas pela União):

Georreferenciamento:

Latitude:

Longitude:

## Ação Orçamentária

0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007)

## Ação Orçamentária

0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007)

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	74917 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - M. Desenvolv. Regional
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	28 - Encargos Especiais
SubFunção	846 - Outros Encargos Especiais
Unidade Responsável	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Tipo de ação	Operações Especiais
Tipo de Operação Especial	Transferências constitucionais, legais e voluntárias.
Origem	PLOA
Item de Mensuração	
Unidade de Medida	

### Base legal

MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Decreto nº 7.839, de 9 de novembro de 2012; Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018.

### Descrição

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA , vinculado à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, visa assegurar recursos para a implantação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia.

### Especificação do Item de Mensuração

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

Empreendimentos de interesse de pessoa jurídica que venham a ser implantados, ampliados, modernizados ou diversificados na região de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos.

Tipo de implementação                      Linha de Crédito

### Implementação da Ação

Fornecer recursos, por meio de linha de crédito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, aos empreendedores com projetos prioritários aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos.

A gestão dos recursos é realizada de forma compartilhada, conforme descrito a seguir:

#### Conselho Monetário Nacional (CMN):

Dispõe sobre os riscos suportados, critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras oficiais federais nos financiamentos;

#### Ministério da Economia:

Define a metodologia, as normas operacionais e demais condições para o pagamento da subvenção econômica; libera valores destinados aos Fundos e de subvenção econômica a financiamentos a serem aplicados a cada exercício.

#### Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR):

Estabelece diretrizes e orientações gerais; propõe disposição sobre os riscos suportados; propõe ao CMN critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras oficiais federais nos financiamentos;

#### Conselho Deliberativo da SUDAM:

Aprova regulamento dispondo sobre a participação do Fundo de Desenvolvimento nos projetos de investimento; estabelece as prioridades de aplicação dos recursos do Fundo observadas as diretrizes e orientações gerais do MDR.

#### Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM):

Aprova a Consulta Prévia; aprova a participação do FD nos projetos e libera ao Agente Operador valores destinados aos projetos.

Agentes Operadores - Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil: (Lei 13.682/2018)

Ação Orçamentária

0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007)

- analisar a viabilidade econômico-financeira dos projetos que demandam o apoio do FDA;
- fiscalizar e atestar as informações apresentadas pelo proponente e, mediante proposta da SUDAM, aquelas constantes do parecer de análise do projeto;
- decidir se há interesse em atuar como agente operador e assumir o risco de crédito em cada operação;
- fiscalizar e atestar a regularidade física, financeira, econômica e contábil das empresas e dos projetos durante sua implementação e execução; e
- solicitar a liberação de recursos financeiros para os projetos contemplados no Mapa de Previsão de Desembolso Financeiro - MDF do FDA, de acordo com o cronograma físico-financeiro e os desembolsos previstos nos projetos aprovados, desde que estejam em situação de regularidade e haja solicitação do interessado.

Participação social Não

Plano Orçamentário  
0000 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007)

Caracterização  
Unidade Medida Produto

Notas de usuário para esta Ação

Data 19/03/2019  
Notas de usuário Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o detalhamento da implementação foi adequado à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Localizador	6000 - Na Amazônia Legal		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária

0355 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007)

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - M. Desenvolv. Regional
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	28 - Encargos Especiais
SubFunção	846 - Outros Encargos Especiais
Unidade Responsável	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Tipo de ação	Operações Especiais
Tipo de Operação Especial	Transferências constitucionais, legais e voluntárias.
Origem	PLOA
Item de Mensuração	
Unidade de Medida	

### Base legal

Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001; Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Decreto nº 7.838, de 9 de novembro de 2012; Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018.

### Descrição

Assegurar recursos para investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.

### Especificação do Item de Mensuração

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

Empreendimentos de interesse de pessoa jurídica que venham a ser implantados, ampliados, modernizado ou diversificado na região de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos.

Tipo de implementação	Linha de Crédito
-----------------------	------------------

### Implementação da Ação

Fornecer recursos, por meio de linha de crédito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, aos empreendedores com projetos prioritários aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos.

A gestão dos recursos é realizada de forma compartilhada, conforme descrito a seguir:

#### Conselho Monetário Nacional (CMN):

Dispõe sobre: os riscos suportados; critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras oficiais federais nos financiamentos;

#### Ministério da Economia:

Define a metodologia, as normas operacionais e demais condições para o pagamento da subvenção econômica; libera valores destinados aos Fundos e de subvenção econômica a financiamentos a serem aplicados a cada exercício.

#### Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR):

Estabelece diretrizes e orientações gerais; propõe disposição sobre os riscos suportados; propõe ao CMN os critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras oficiais federais nos financiamentos;

#### Conselho Deliberativo da SUDENE:

Aprova regulamento dispondo sobre a participação do Fundo de Desenvolvimento nos projetos de investimento; estabelece as prioridades de aplicação dos recursos do Fundo observadas as diretrizes e orientações gerais do MDR.

#### Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE):

Aprova a Consulta Prévia; aprova a participação do FD nos projetos; libera ao Agente Operador valores destinados aos projetos.

Agentes Operadores - Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil: (Lei 13.682/2018)

- analisar a viabilidade econômico-financeira dos projetos que demandam o apoio do FDNE;

Ação Orçamentária

0355 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007)

- acompanhar e supervisionar os projetos constantes em sua carteira beneficiados com recursos do FDNE; e
- fiscalizar e atestar as informações apresentadas pelo proponente e, mediante proposta da SUDENE, aquelas constantes do parecer de análise do projeto;
- decidir se há interesse em atuar como agente operador e assumir o risco de crédito em cada operação;
- fiscalizar e atestar a regularidade física, financeira, econômica e contábil das empresas e dos projetos durante sua implementação e execução; e
- solicitar a liberação de recursos financeiros para os projetos contemplados no Mapa de Previsão de Desembolso Financeiro - MDF do FDNE, de acordo com o cronograma físico-financeiro e os desembolsos previstos nos projetos aprovados, desde que estejam em situação de regularidade e haja solicitação do interessado.

Participação socialNão

Plano Orçamentário  
0000 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007)  
Caracterização  
Unidade MedidaProduto

Notas de usuário para esta Ação

Data19/03/2019  
Notas de usuárioEm razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o detalhamento da implementação foi adequado à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária

OE83 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009)

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - M. Desenvolv. Regional
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	28 - Encargos Especiais
SubFunção	846 - Outros Encargos Especiais
Unidade Responsável	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Tipo de ação	Operações Especiais
Tipo de Operação Especial	Transferências constitucionais, legais e voluntárias.
Origem	PLOA
Item de Mensuração	
Unidade de Medida	

### Base legal

Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019; Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018.

### Descrição

O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) visa assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.

### Especificação do Item de Mensuração

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

Empreendimentos de interesse de pessoa jurídica que venham a ser implantados, ampliados, modernizados ou diversificados na região de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) e estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos.

Tipo de implementação                      Linha de Crédito

### Implementação da Ação

Fornecer recursos, por meio de linha de crédito do Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, aos empreendedores com projetos prioritários aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), para desenvolvimento de projetos que atendam aos critérios do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, e estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos.

A gestão dos recursos é realizada de forma compartilhada, conforme descrito a seguir:

#### Conselho Monetário Nacional:

Dispõe sobre: os riscos suportados; critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras oficiais federais nos financiamentos;

#### Ministério da Economia:

Define a metodologia, as normas operacionais e demais condições para o pagamento da subvenção econômica; libera valores destinados aos Fundos e de subvenção econômica a financiamentos a serem aplicados a cada exercício;

#### Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR):

- Estabelece diretrizes e orientações gerais; propõe disposição sobre os riscos suportados; propõe ao CMN os critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras oficiais federais nos financiamentos;

#### Conselho Deliberativo da SUDECO:

- Aprova regulamento dispondo sobre a participação do Fundo de Desenvolvimento nos projetos de investimento; estabelece as prioridades de aplicação dos recursos do Fundo.

#### Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste:

- Aprova a Consulta Prévia; aprova a participação do FD nos projetos; libera ao Agente Operador valores destinados aos projetos.

Agentes Operadores - Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil: (Lei 13.682/2018)



Ação Orçamentária

OE83 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009)

- analisar a viabilidade econômico-financeira dos projetos que demandam o apoio do FDCO;
- fiscalizar e atestar as informações apresentadas pelo proponente e, mediante proposta da Sudeco, o conteúdo do parecer de análise do projeto;
- decidir se há interesse em atuar como agente operador e assumir o risco de crédito em cada operação;
- fiscalizar e atestar a regularidade física, financeira, econômica e contábil das empresas e dos projetos, durante sua implantação e execução; e
- solicitar a liberação de recursos financeiros para os projetos contemplados no Mapa de Previsão de Desembolso Financeiro - MDF do FDCO, de acordo com o cronograma físico-financeiro e os desembolsos previstos nos projetos aprovados, desde que estejam em situação de regularidade e haja solicitação do interessado.

Participação social

Não

Plano Orçamentário

0000 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO

Caracterização

Unidade Medida

Produto

Notas de usuário para esta Ação

Data

19/03/2019

Notas de usuário

Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o detalhamento da implementação foi adequado à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Localizador

0050 - Na Região Centro-Oeste

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária

100N - Implantação do Projeto Público de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí com 5.200 ha no Estado do Rio Grande do Norte

Momento da ação	Consolidado		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Diretoria de Infraestrutura Hídrica		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Obra executada		
Unidade de Medida	percentual de execução física		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.		
Descrição	Implantação de uma infraestrutura de irrigação para exploração de 5.200 ha, constando de captação, estação de bombeamento de recalque, adução, distribuição de água através de canais e tubulações e irrigação de lotes destinados a irrigantes através de equipamento parcelar. A ação objetiva desenvolver agricultura irrigada em solos da Chapada do Apodí, com vistas à produção de culturas de alto valor agregado (fruticultura) e geração de emprego e renda, com aproveitamento das águas disponibilizadas pela Barragem Santa Cruz.		
Especificação do Produto	Projeto piloto, barragens, canais, soleiras, dentre outros.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Irigantes e população da área de abrangência do Projeto Público de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí, no Estado do Rio Grande do Norte.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	Elaboração do projeto básico, obtenção da LI, licitação das obras, execução das obras.		
Participação social	Não		
Início da Ação	31/12/2007	Término da Ação	30/12/2020

Plano Orçamentário	
0000 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí com 5.200 ha no Estado do Rio Grande do Norte - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBAN - Emenda de Bancada	
Caracterização	
Emenda de Bancada	
Unidade Medida	Produto

Localizador 0024 - No Estado do Rio Grande do Norte			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
214.860.000	100	31/12/2007	30/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Rio Grande do Norte	-	

Ação Orçamentária

100N - Implantação do Projeto Público de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí com 5.200 ha no Estado do Rio Grande do Norte

Ação Orçamentária

10BC - Implantação de Projetos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	Emenda		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.		
Descrição	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS NECESSÁRIAS À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA.		
Especificação do Produto	Projetos de irrigação implantados, por intermédio de estudos de aptidão ao desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada, estudos de viabilidade técnica, ambiental, hídrica e econômica ou social, estudos de impacto ambiental e projetos básicos ou executivos das infraestruturas, obras de infraestrutura de uso comum, de apoio à produção e das unidades parcelares e sociais, desenvolvimento de atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção e capacitação de técnicos e produtores.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Irigantes e população da área de abrangência dos projetos de irrigação.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		
Início da Ação	Término da Ação		

Plano Orçamentário	
0000 - Implantação de Projetos de Irrigação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBDF - Emenda de Bancada no Distrito Federal	
Caracterização	
Emenda de Bancada no Distrito Federal	
Unidade Medida	Produto

Localizador 0053 - No Distrito Federal			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Distrito Federal	-	

Ação Orçamentária

10BC - Implantação de Projetos de Irrigação

Ação Orçamentária

10BC - Implantação de Projetos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável			
Tipo de ação	Projeto		
Origem	Emenda		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal			
Descrição	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS NECESSÁRIAS À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA.		
Especificação do Produto			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário			
Tipo de implementação			
Implementação da Ação			
Participação social	Não		
Início da Ação	Término da Ação		

Plano Orçamentário			
0000 - Implantação de Projetos de Irrigação			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Localizador 0022 - No Estado do Piauí			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	-	



## Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

### 10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	451 - Infra-Estrutura Urbana
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Constituição Federal de 1988, arts. 21, inciso XX; 23, inciso II; 30, incisos VIII e IX; 182 e 183; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

#### Descrição

Apoio a estados, municípios e Distrito Federal para intervenções estruturantes, na forma de projetos integrados, que promovam a melhoria de um perímetro urbano, previamente definido. Visa elaboração de estudos, planos, projetos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma, retrofit ou adaptação de edifícios, espaços públicos e logradouros públicos, dentro de um perímetro urbano definido.

As intervenções em questão promovem transformações urbanísticas estruturais por meio de modificações no desenho urbano e/ou nas condições de uso e ocupação do solo; qualificam o ambiente urbano de modo integrado; melhoram a qualidade dos espaços públicos e as condições de circulação, acesso e fluxos de pessoas e veículos; eliminam barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de promover o acesso à cidade a todos; propõem a localização de novos serviços, infraestrutura urbana e equipamentos urbanos, bem como requalificam os imóveis e a infraestrutura existentes; valorizam o patrimônio cultural e a paisagem; articulam investimentos públicos e privados no território; facilitam a implementação de projetos de loteamento de alta densidade e extensão territorial; aproveitam áreas vazias e/ou subutilizadas.

Na modernização para o planejamento urbano, fomenta-se a implantação de tecnologia e comunicação para assegurar o desenvolvimento urbano no âmbito do conceito de cidades inteligentes, utilizando dados e informações visando otimizar a prestação dos diversos serviços públicos à população, garantindo o desenvolvimento urbano sustentável; o apoio a estratégias, programas, projetos, produtos e ações com soluções inteligentes vinculadas a gestão urbana; e a capacitação de servidores e agentes municipais para conhecimento, uso e operação dos sistemas tecnológicos utilizados.

#### Especificação do Produto

Projetos técnicos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma e/ou adaptação em um perímetro urbano definido, que atenda aos requisitos mínimos de infraestrutura básica, a saber:

a) rotas acessíveis urbanas (promoção de acessibilidade em vias públicas, estacionamentos públicos, entornos de equipamentos públicos e dos principais polos geradores de viagens); b) espaços urbanos e logradouros de uso público (praças, parques, feiras, boulevares, calçadas, estruturas para a prática de atividades físicas e demais lugares de convívio social e lazer); c) equipamentos públicos comunitários voltados à cultura, saúde 4.0, educação 4.0, segurança, desporto, lazer, convivência, assistência à infância, às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, à mulher, à população em situação de vulnerabilidade social e à geração de trabalho e renda, dentre outros; d) infraestrutura urbana, de forma complementar, em até 40% do valor da obra, poderão ser efetuadas os requisitos mínimos de infraestrutura básica como: i) solução de escoamento das águas pluviais; ii) iluminação pública; iii) solução de esgotamento sanitário; iv) abastecimento de água potável; vi) fornecimento de energia elétrica domiciliar; vii) vias de circulação acessíveis e pavimentação; viii) rede de comunicações desde que essenciais para a garantia da plena funcionalidade da (s) obra(s) proposta(s); contemplando pavimentação de vias, contenção de taludes, iluminação pública, enterramento de fiação, adaptações de saneamento básico, redes de gás e, entre outras; ou

b) soluções inteligentes vinculadas ao apoio a gestão urbana, a sistemas georreferenciados de informações territoriais, contemplando capacitação para utilização da solução tecnológica.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

População dos municípios beneficiados com projetos apoiados, incluídas pessoas com deficiência, idosas e com restrições de mobilidade.

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Tipo de implementaçãoDireta Descentralizada

Implementação da Ação

O Ministério do Desenvolvimento Regional apoiará municípios, estados, entidades metropolitanas e Distrito Federal na elaboração e na implementação de projetos e obras de reabilitação urbana acessível por meio de ações de assistência técnica ou repasse de recursos. O apoio poderá ser viabilizado via contratação direta, cooperação técnica, execução descentralizada e outros tipos de transferências legais. O repasse de recursos poderá ser realizado por meio de seleção pública.

Participação socialSim

Conselho Setorial

Detalhamento participação social

Conselho Setorial

Início da Ação 06/01/2020Término da Ação 29/12/2023

Plano Orçamentário			
0000 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
150.000.000	300	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

### 10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	451 - Infra-Estrutura Urbana
Unidade Responsável	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Constituição Federal de 1988, arts. 21, inciso XX; 23, inciso II; 30, incisos VIII e IX; 182 e 183; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18 de dezembro de 2014; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.

#### Descrição

Apoio a estados, municípios e Distrito Federal para intervenções estruturantes, na forma de projetos integrados, que promovam a melhoria de um perímetro urbano, previamente definido. Visa elaboração de estudos, planos, projetos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma, retrofit ou adaptação de edifícios, espaços públicos e logradouros públicos, dentro de um perímetro urbano definido.

As intervenções em questão promovem transformações urbanísticas estruturais por meio de modificações no desenho urbano e/ou nas condições de uso e ocupação do solo; qualificam o ambiente urbano de modo integrado; melhoram a qualidade dos espaços públicos e as condições de circulação, acesso e fluxos de pessoas e veículos; eliminam barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de promover o acesso à cidade a todos; propõem a localização de novos serviços, infraestrutura urbana e equipamentos urbanos, bem como requalificam os imóveis e a infraestrutura existentes; valorizam o patrimônio cultural e a paisagem; articulam investimentos públicos e privados no território; facilitam a implementação de projetos de loteamento de alta densidade e extensão territorial; aproveitam áreas vazias e/ou subutilizadas.

Na modernização para o planejamento urbano, fomenta-se a implantação de tecnologia e comunicação para assegurar o desenvolvimento urbano no âmbito do conceito de cidades inteligentes, utilizando dados e informações visando otimizar a prestação dos diversos serviços públicos à população, garantindo o desenvolvimento urbano sustentável; o apoio a estratégias, programas, projetos, produtos e ações com soluções inteligentes vinculadas a gestão urbana; e a capacitação de servidores e agentes municipais para conhecimento, uso e operação dos sistemas tecnológicos utilizados.

#### Especificação do Produto

Projetos técnicos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma e/ou adaptação em um perímetro urbano definido, que atendam aos requisitos mínimos de infraestrutura básica, a saber:

1) a) rotas acessíveis urbanas (promoção de acessibilidade em vias públicas, estacionamentos públicos, entornos de equipamentos públicos e dos principais polos geradores de viagens); b) Espaços urbanos e logradouros de uso público (praças, parques, feiras, boulevares, calçadas, estruturas para a prática de atividades físicas e demais lugares de convívio social e lazer); c) Equipamentos públicos comunitários voltados a cultura; saúde; educação; segurança; desporto; lazer; convivência; assistência à infância, às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, à mulher, à população em situação de vulnerabilidade social e geração de trabalho e renda, dentre outros; d) Infraestrutura urbana, de forma complementar, em até 40% do valor da obra, podendo ser efetuados os requisitos mínimos de infraestrutura básica como: i) solução de escoamento das águas pluviais; ii) iluminação pública; iii) solução de esgotamento sanitário; iv) abastecimento de água potável; vi) fornecimento de energia elétrica domiciliar; vii) vias de circulação acessíveis e pavimentação; viii) rede de comunicações desde que essenciais para a garantia da plena funcionalidade da (s) obra(s) proposta(s), contemplando pavimentação de vias, contenção de taludes, iluminação pública, enterramento de fiação, adaptações de saneamento básico, redes de gás e, entre outras; e

2) Soluções inteligentes vinculadas ao apoio a gestão urbana e sistemas georreferenciados de informações territoriais, contemplando capacitação para utilização da solução tecnológica.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

População dos municípios beneficiados com projetos apoiados, incluídas pessoas com deficiência, idosas e com restrições de mobilidade.

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Tipo de implementação		Direta Descentralizada	
Implementação da Ação			
A Sudeco apoiará municípios, estados, entidades metropolitanas e Distrito Federal na elaboração e na implementação de projetos e obras de reabilitação urbana acessível por meio de ações de assistência técnica ou repasse de recursos. O apoio poderá ser viabilizado via contratação direta, cooperação técnica, execução descentralizada e outros tipos de transferências legais. O repasse de recursos poderá ser realizado por meio de seleção pública.			
Participação social		Sim	
Conselho Setorial			
Detalhamento participação social			
Conselho Setorial			
Início da Ação	01/01/2021	Término da Ação	31/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	451 - Infra-Estrutura Urbana
Unidade Responsável	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade
Base legal	Constituição Federal de 1988, art. 43; Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18 de dezembro de 2014 e Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.
Descrição	<p>Apoio a estados, municípios e Distrito Federal para intervenções estruturantes, na forma de projetos integrados, que promovam a melhoria de um perímetro urbano, previamente definido. Visa elaboração de estudos, planos, projetos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma, retrofit ou adaptação de edifícios, espaços públicos e logradouros públicos, dentro de um perímetro urbano definido.</p> <p>As intervenções em questão promovem transformações urbanísticas estruturais por meio de modificações no desenho urbano e/ou nas condições de uso e ocupação do solo; qualificam o ambiente urbano de modo integrado; melhoram a qualidade dos espaços públicos e as condições de circulação, acesso e fluxos de pessoas e veículos; eliminam barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de promover o acesso à cidade a todos; propõem a localização de novos serviços, infraestrutura urbana e equipamentos urbanos, bem como requalificam os imóveis e a infraestrutura existentes; valorizam o patrimônio cultural e a paisagem; articulam investimentos públicos e privados no território; facilitam a implementação de projetos de loteamento de alta densidade e extensão territorial; aproveitam áreas vazias e/ou subutilizadas.</p> <p>Na modernização para o planejamento urbano, fomenta-se a implantação de tecnologia e comunicação para assegurar o desenvolvimento urbano no âmbito do conceito de cidades inteligentes, utilizando dados e informações visando otimizar a prestação dos diversos serviços públicos à população, garantindo o desenvolvimento urbano sustentável; o apoio a estratégias, programas, projetos, produtos e ações com soluções inteligentes vinculadas a gestão urbana; e a capacitação de servidores e agentes municipais para conhecimento, uso e operação dos sistemas tecnológicos utilizados.</p>
Especificação do Produto	Projetos técnicos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma e/ou adaptação em um perímetro urbano definido, tais como apoio a rotas acessíveis urbanas em suas múltiplas escalas, como forma de melhorar as condições de circulação, acesso e fluxos de pessoas e veículos; Espaços urbanos e logradouros de uso público (praças, parques, feiras, boulevares, calçadas e demais lugares de convívio social e lazer); Equipamentos públicos comunitários voltados à cultura; lazer; convivência; assistência às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, à mulher, à população em situação de vulnerabilidade social e para geração de trabalho e renda, dentre outros correlatos. Apoia-se, também, soluções inteligentes vinculadas ao apoio a gestão urbana e sistemas georreferenciados de informações territoriais.
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	População dos municípios beneficiados.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	A SUDAM apoiará municípios, estados, entidades metropolitanas e Distrito Federal na implementação de projetos e obras de reabilitação urbana. O apoio poderá ser viabilizado via contratação direta, execução descentralizada e outros tipos de transferências legais.
Participação social	Sim
Conselho Setorial	
Detalhamento participação social	
Conselho Setorial	
Início da Ação	06/01/2021
Término da Ação	29/12/2023

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Plano Orçamentário

0000 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Caracterização

Unidade Medida		Produto	
Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
150.000.000	300	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	451 - Infra-Estrutura Urbana
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Constituição Federal de 1988, arts. 21, inciso XX; 23, inciso II; 30, incisos VIII e IX; 182 e 183; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18 de dezembro de 2014; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.

#### Descrição

Apoio a estados, municípios e Distrito Federal para intervenções estruturantes, na forma de projetos integrados, que promovam a melhoria de um perímetro urbano, previamente definido. Visa elaboração de estudos, planos, projetos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma, retrofit ou adaptação de edifícios, espaços públicos e logradouros públicos, dentro de um perímetro urbano definido.

As intervenções em questão promovem transformações urbanísticas estruturais por meio de modificações no desenho urbano e/ou nas condições de uso e ocupação do solo; qualificam o ambiente urbano de modo integrado; melhoram a qualidade dos espaços públicos e as condições de circulação, acesso e fluxos de pessoas e veículos; eliminam barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de promover o acesso à cidade a todos; propõem a localização de novos serviços, infraestrutura urbana e equipamentos urbanos, bem como requalificam os imóveis e a infraestrutura existentes; valorizam o patrimônio cultural e a paisagem; articulam investimentos públicos e privados no território; facilitam a implementação de projetos de loteamento de alta densidade e extensão territorial; aproveitam áreas vazias e/ou subutilizadas.

Na modernização para o planejamento urbano, fomenta-se a implantação de tecnologia e comunicação para assegurar o desenvolvimento urbano no âmbito do conceito de cidades inteligentes, utilizando dados e informações visando otimizar a prestação dos diversos serviços públicos à população, garantindo o desenvolvimento urbano sustentável; o apoio a estratégias, programas, projetos, produtos e ações com soluções inteligentes vinculadas a gestão urbana; e a capacitação de servidores e agentes municipais para conhecimento, uso e operação dos sistemas tecnológicos utilizados.

#### Especificação do Produto

Projetos técnicos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma e/ou adaptação em um perímetro urbano definido, que atendam aos requisitos mínimos de infraestrutura básica, a saber:

1) a) rotas acessíveis urbanas (promoção de acessibilidade em vias públicas, estacionamentos públicos, entornos de equipamentos públicos e dos principais polos geradores de viagens); b) Espaços urbanos e logradouros de uso público (praças, parques, feiras, boulevares, calçadas, estruturas para a prática de atividades físicas e demais lugares de convívio social e lazer); c) Equipamentos públicos comunitários voltados a cultura; saúde; educação; segurança; desporto; lazer; convivência; assistência à infância, às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, à mulher, à população em situação de vulnerabilidade social e geração de trabalho e renda, dentre outros; d) Infraestrutura urbana, de forma complementar, em até 40% do valor da obra, podendo ser efetuados os requisitos mínimos de infraestrutura básica como: i) solução de escoamento das águas pluviais; ii) iluminação pública; iii) solução de esgotamento sanitário; iv) abastecimento de água potável; vi) fornecimento de energia elétrica domiciliar; vii) vias de circulação acessíveis e pavimentação; viii) rede de comunicações desde que essenciais para a garantia da plena funcionalidade da (s) obra(s) proposta(s), contemplando pavimentação de vias, contenção de taludes, iluminação pública, enterramento de fiação, adaptações de saneamento básico, redes de gás e, entre outras; e

2) Soluções inteligentes vinculadas ao apoio a gestão urbana e sistemas georreferenciados de informações territoriais, contemplando capacitação para utilização da solução tecnológica.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

População dos municípios beneficiados com projetos apoiados, incluídas pessoas com deficiência, idosas e com restrições de mobilidade.

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Tipo de implementação		Direta Descentralizada	
Implementação da Ação			
O Ministério do Desenvolvimento Regional apoiará municípios, estados, entidades metropolitanas e Distrito Federal na elaboração e na implementação de projetos e obras de reabilitação urbana acessível por meio de ações de assistência técnica ou repasse de recursos. O apoio poderá ser viabilizado via contratação direta, cooperação técnica, execução descentralizada e outros tipos de transferências legais. O repasse de recursos poderá ser realizado por meio de seleção pública.			
Participação social		Sim	
Conselho Setorial			
Detalhamento participação social			
Conselho Setorial			
Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EIND - Emenda Individual	
Caracterização	
Emenda Individual	
Unidade Medida	Produto

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
150.000.000	300	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	451 - Infra-Estrutura Urbana
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Constituição Federal de 1988, arts. 21, inciso XX; 23, inciso II; 30, incisos VIII e IX; 182 e 183; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18 de dezembro de 2014; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.

#### Descrição

Apoio a estados, municípios e Distrito Federal para intervenções estruturantes, na forma de projetos integrados, que promovam a melhoria de um perímetro urbano, previamente definido. Visa elaboração de estudos, planos, projetos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma, retrofit ou adaptação de edifícios, espaços públicos e logradouros públicos, dentro de um perímetro urbano definido.

As intervenções em questão promovem transformações urbanísticas estruturais por meio de modificações no desenho urbano e/ou nas condições de uso e ocupação do solo; qualificam o ambiente urbano de modo integrado; melhoram a qualidade dos espaços públicos e as condições de circulação, acesso e fluxos de pessoas e veículos; eliminam barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de promover o acesso à cidade a todos; propõem a localização de novos serviços, infraestrutura urbana e equipamentos urbanos, bem como requalificam os imóveis e a infraestrutura existentes; valorizam o patrimônio cultural e a paisagem; articulam investimentos públicos e privados no território; facilitam a implementação de projetos de loteamento de alta densidade e extensão territorial; aproveitam áreas vazias e/ou subutilizadas.

Na modernização para o planejamento urbano, fomenta-se a implantação de tecnologia e comunicação para assegurar o desenvolvimento urbano no âmbito do conceito de cidades inteligentes, utilizando dados e informações visando otimizar a prestação dos diversos serviços públicos à população, garantindo o desenvolvimento urbano sustentável; o apoio a estratégias, programas, projetos, produtos e ações com soluções inteligentes vinculadas a gestão urbana; e a capacitação de servidores e agentes municipais para conhecimento, uso e operação dos sistemas tecnológicos utilizados.

#### Especificação do Produto

Projetos técnicos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma e/ou adaptação em um perímetro urbano definido, que atendam aos requisitos mínimos de infraestrutura básica, a saber:

1) a) rotas acessíveis urbanas (promoção de acessibilidade em vias públicas, estacionamentos públicos, entornos de equipamentos públicos e dos principais polos geradores de viagens); b) Espaços urbanos e logradouros de uso público (praças, parques, feiras, boulevares, calçadas, estruturas para a prática de atividades físicas e demais lugares de convívio social e lazer); c) Equipamentos públicos comunitários voltados a cultura; saúde; educação; segurança; desporto; lazer; convivência; assistência à infância, às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, à mulher, à população em situação de vulnerabilidade social e geração de trabalho e renda, dentre outros; d) Infraestrutura urbana, de forma complementar, em até 40% do valor da obra, podendo ser efetuados os requisitos mínimos de infraestrutura básica como: i) solução de escoamento das águas pluviais; ii) iluminação pública; iii) solução de esgotamento sanitário; iv) abastecimento de água potável; vi) fornecimento de energia elétrica domiciliar; vii) vias de circulação acessíveis e pavimentação; viii) rede de comunicações desde que essenciais para a garantia da plena funcionalidade da (s) obra(s) proposta(s), contemplando pavimentação de vias, contenção de taludes, iluminação pública, enterramento de fiação, adaptações de saneamento básico, redes de gás e, entre outras; e

2) Soluções inteligentes vinculadas ao apoio a gestão urbana e sistemas georreferenciados de informações territoriais, contemplando capacitação para utilização da solução tecnológica.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

População dos municípios beneficiados com projetos apoiados, incluídas pessoas com deficiência, idosas e com restrições de mobilidade.

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Tipo de implementação		Direta Descentralizada	
Implementação da Ação			
O Ministério do Desenvolvimento Regional apoiará municípios, estados, entidades metropolitanas e Distrito Federal na elaboração e na implementação de projetos e obras de reabilitação urbana acessível por meio de ações de assistência técnica ou repasse de recursos. O apoio poderá ser viabilizado via contratação direta, cooperação técnica, execução descentralizada e outros tipos de transferências legais. O repasse de recursos poderá ser realizado por meio de seleção pública.			
Participação social		Sim	
Conselho Setorial			
Detalhamento participação social			
Conselho Setorial			
Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário		
RO00 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - Regra de Ouro		
Caracterização		
Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - Regra de Ouro		
Unidade Medida	unidade	Produto Atividade realizada

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
150.000.000	300	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	-	

Localizador 0043 - No Estado do Rio Grande do Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Rio Grande do Sul	-	

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	451 - Infra-Estrutura Urbana
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Constituição Federal de 1988, arts. 21, inciso XX; 23, inciso II; 30, incisos VIII e IX; 182 e 183; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18 de dezembro de 2014; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.

#### Descrição

Apoio a estados, municípios e Distrito Federal para intervenções estruturantes, na forma de projetos integrados, que promovam a melhoria de um perímetro urbano, previamente definido. Visa elaboração de estudos, planos, projetos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma, retrofit ou adaptação de edifícios, espaços públicos e logradouros públicos, dentro de um perímetro urbano definido.

As intervenções em questão promovem transformações urbanísticas estruturais por meio de modificações no desenho urbano e/ou nas condições de uso e ocupação do solo; qualificam o ambiente urbano de modo integrado; melhoram a qualidade dos espaços públicos e as condições de circulação, acesso e fluxos de pessoas e veículos; eliminam barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de promover o acesso à cidade a todos; propõem a localização de novos serviços, infraestrutura urbana e equipamentos urbanos, bem como requalificam os imóveis e a infraestrutura existentes; valorizam o patrimônio cultural e a paisagem; articulam investimentos públicos e privados no território; facilitam a implementação de projetos de loteamento de alta densidade e extensão territorial; aproveitam áreas vazias e/ou subutilizadas.

Na modernização para o planejamento urbano, fomenta-se a implantação de tecnologia e comunicação para assegurar o desenvolvimento urbano no âmbito do conceito de cidades inteligentes, utilizando dados e informações visando otimizar a prestação dos diversos serviços públicos à população, garantindo o desenvolvimento urbano sustentável; o apoio a estratégias, programas, projetos, produtos e ações com soluções inteligentes vinculadas a gestão urbana; e a capacitação de servidores e agentes municipais para conhecimento, uso e operação dos sistemas tecnológicos utilizados.

#### Especificação do Produto

Projetos técnicos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma e/ou adaptação em um perímetro urbano definido, que atendam aos requisitos mínimos de infraestrutura básica, a saber:

1) a) rotas acessíveis urbanas (promoção de acessibilidade em vias públicas, estacionamentos públicos, entornos de equipamentos públicos e dos principais polos geradores de viagens); b) Espaços urbanos e logradouros de uso público (praças, parques, feiras, boulevares, calçadas, estruturas para a prática de atividades físicas e demais lugares de convívio social e lazer); c) Equipamentos públicos comunitários voltados a cultura; saúde; educação; segurança; desporto; lazer; convivência; assistência à infância, às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, à mulher, à população em situação de vulnerabilidade social e geração de trabalho e renda, dentre outros; d) Infraestrutura urbana, de forma complementar, em até 40% do valor da obra, podendo ser efetuados os requisitos mínimos de infraestrutura básica como: i) solução de escoamento das águas pluviais; ii) iluminação pública; iii) solução de esgotamento sanitário; iv) abastecimento de água potável; vi) fornecimento de energia elétrica domiciliar; vii) vias de circulação acessíveis e pavimentação; viii) rede de comunicações desde que essenciais para a garantia da plena funcionalidade da (s) obra(s) proposta(s), contemplando pavimentação de vias, contenção de taludes, iluminação pública, enterramento de fiação, adaptações de saneamento básico, redes de gás e, entre outras; e

2) Soluções inteligentes vinculadas ao apoio a gestão urbana e sistemas georreferenciados de informações territoriais, contemplando capacitação para utilização da solução tecnológica.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

População dos municípios beneficiados com projetos apoiados, incluídas pessoas com deficiência, idosas e com restrições de mobilidade.

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Tipo de implementação		Direta Descentralizada	
Implementação da Ação			
O Ministério do Desenvolvimento Regional apoiará municípios, estados, entidades metropolitanas e Distrito Federal na elaboração e na implementação de projetos e obras de reabilitação urbana acessível por meio de ações de assistência técnica ou repasse de recursos. O apoio poderá ser viabilizado via contratação direta, cooperação técnica, execução descentralizada e outros tipos de transferências legais. O repasse de recursos poderá ser realizado por meio de seleção pública.			
Participação social		Sim	
Conselho Setorial			
Detalhamento participação social			
Conselho Setorial			
Início da Ação		Término da Ação	
06/01/2020		29/12/2023	
Plano Orçamentário			
0000 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - Despesas Diversas			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBAC - Emenda de Bancada do Estado do Acre			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado do Acre			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBAP - Emenda de Bancada do Estado do Amapá			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado do Amapá			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBRR - Emenda de Bancada do Estado de Roraima			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado de Roraima			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EIND - Emenda Individual			
Caracterização			
Emenda Individual			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
150.000.000	300	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	
Localizador 0012 - No Estado do Acre			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Localizador 0051 - No Estado de Mato Grosso			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Mato Grosso	-	

Localizador 0157 - No Município de Cruzeiro do Sul - AC			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	Cruzeiro do Sul	

Localizador 0166 - No Município de Rio Branco - AC			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	Rio Branco	

Localizador 0241 - No Município de Caracará - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Caracará	

Localizador 0244 - No Município de Mucajaí - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Mucajaí	

Localizador 0248 - No Município de São João da Baliza - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	São João da Baliza	

Localizador 0401 - No Município de Laranjal do Jari - AP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Amapá	Laranjal do Jari	

Localizador 0402 - No Município de Macapá - AP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Amapá	Macapá	

## Ação Orçamentária

### 12FT - Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Obra executada
Unidade de Medida	percentual de execução física

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.

#### Descrição

Implantação de infraestrutura de irrigação de uso comum em 1.000 hectares de Fruticultura Irrigada, no município de São João do Piauí – PI, com o intuito de permitir a inclusão direta de 200 famílias na atividade da agricultura irrigada. Implantação de Obras Cíveis, fornecimento e montagem de equipamentos para captação, adução e distribuição de água para irrigação, bem como implementação da rede viária e da rede de drenagem, suprimento de energia (eletrificação), automação, supervisão e gerenciamento de obras e demais obras complementares necessárias. Também poderão ser contempladas as atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, manutenção, assistência técnica e capacitação de pequenos produtores para a transferência da gestão.

#### Especificação do Produto

Obras de infraestrutura de irrigação de uso comum implantada em uma área de 1.000 ha.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo, no município de São João do Piauí, no Estado do Piauí.

Tipo de implementação	Direta
-----------------------	--------

#### Implementação da Ação

Execução direta, por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas, para as diversas fases do projeto e/ou convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	31/12/2012	Término da Ação	31/12/2021
----------------	------------	-----------------	------------

#### Plano Orçamentário

##### 0000 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí

#### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

Localizador 0022 - No Estado do Piauí

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
78.028.976	100	31/12/2012	31/12/2021

#### Abrangência Geográfica

Região	Estado	Município
Região Nordeste	Piauí	-

#### Notas de usuário para este Localizador

Data	13/03/2020
Notas de usuário	Valor alterado em março de 2020, conforme planilha do setorial.

Ação Orçamentária

12G2 - Construção do Canal de Irrigação Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul

Momento da ação	Órgão Setorial		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Canal construído		
Unidade de Medida	quilômetro		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; e Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.		
Descrição	Implantação de infraestrutura hídrica de uso comum para atender à agricultura irrigada, com captação a partir da Barragem Arroio Jaguari, na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. As etapas a serem executadas compreendem a elaboração de estudos e projetos de engenharia, a implantação de aproximadamente 159 km de canais, além da implantação dos projetos ambientais, da supervisão e do gerenciamento das obras. Também poderão ser contempladas as atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, manutenção, assistência técnica e capacitação de pequenos produtores. Esse projeto visa contribuir para o aumento da produção agrícola, da oferta de alimentos e da geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada, além de possibilitar o incremento da área irrigada da região em cerca de 65.000 ha, estimular o desenvolvimento regional, promover o desenvolvimento da agricultura irrigada na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, atender à demanda hídrica nos períodos secos, principalmente, nos anos críticos de precipitações;		
Especificação do Produto	Implantação de cerca de 159 km de canais de irrigação, visando expandir a área irrigada em aproximadamente 65.000 ha, na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Irrigantes e população da área de abrangência do Canal de Irrigação Jaguari, na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de São Gabriel, Lavras do Sul e Rosário do Sul.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	Apresentação do Plano de Trabalho pelo conveniente, contendo a execução física e financeira (recursos previstos no OGU + contrapartida do estado), que após aprovado pela área técnica é celebrado o respectivo convênio. Licitação, fiscalização e gerenciamento da implantação das obras por conta do Ente beneficiado.		
Participação social	Não		
Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023

Plano Orçamentário			
0000 - Construção do Canal de Irrigação Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0043 - No Estado do Rio Grande do Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
200.000.000	159	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Rio Grande do Sul	-	

Ação Orçamentária

12G2 - Construção do Canal de Irrigação Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul

Ação Orçamentária

12G3 - Construção do Canal de Irrigação Taquarembó, no Estado do Rio Grande do Sul

Momento da ação	Órgão Setorial		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Canal construído		
Unidade de Medida	quilômetro		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; e Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.		
Descrição	Implantação de infraestrutura hídrica de uso comum para atender à agricultura irrigada, com captação a partir da Barragem Arroio Taquarembó, na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. As etapas a serem executadas compreendem a elaboração de estudos e projetos de engenharia, a implantação de aproximadamente 136 km de canais, além da implantação dos projetos ambientais, da supervisão e do gerenciamento das obras. Também poderão ser contempladas as atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, manutenção, assistência técnica e capacitação de pequenos produtores. Este projeto visa contribuir para o aumento da produção agrícola, da oferta de alimentos e da geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada, além de possibilitar o incremento da área irrigada da região em 52.400 ha, estimular o desenvolvimento regional, promover o desenvolvimento da agricultura irrigada na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul e atender à demanda hídrica nos períodos secos, principalmente, nos anos críticos de precipitações.		
Especificação do Produto	Implantação de cerca de 136 km de canais de irrigação, visando expandir a área irrigada em aproximadamente 52.400 ha, na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Irrigantes e população da área de abrangência do Canal de Irrigação Taquarembó, na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Dom Pedrito, Lavras do Sul e Rosário do Sul.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	Apresentação do Plano de Trabalho pelo conveniente, contendo a execução física e financeira (recursos previstos no OGU + contrapartida do estado), que após aprovado pela área técnica é celebrado o respectivo convênio. Licitação, fiscalização e gerenciamento da implantação das obras por conta do Ente beneficiado.		
Participação social	Não		
Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023

Plano Orçamentário			
0000 - Construção do Canal de Irrigação Taquarembó, no Estado do Rio Grande do Sul			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0043 - No Estado do Rio Grande do Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
180.000.000	136	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Rio Grande do Sul	-	

Ação Orçamentária

12G3 - Construção do Canal de Irrigação Taquarembó, no Estado do Rio Grande do Sul

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação transferido
Unidade de Medida	unidade
Base legal	

Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

**Descrição**  
Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.

**Especificação do Produto**  
Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação atendidos pelo MDR/Estados.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

Implementação da Ação

Contratação direta ou por meio de Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social Sim

Outros

Detalhamento participação social

Conforme encaminhamentos do I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.

Início da Ação 01/01/2020 Término da Ação 31/12/2023

Plano Orçamentário  
0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas  
Caracterização  
Unidade Medida

Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário

0005 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Arroio Duro/RS

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física Produto Projeto executado

Plano Orçamentário

0006 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Chasqueiro/RS

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física Produto Projeto executado

Plano Orçamentário

0007 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba/SE

Caracterização

Trata-se do financiamento dos serviços do Projeto Público de Irrigação (PPI) Jacaré-Curituba, situado no Estado de Sergipe. Este projeto foi implantado pelo extinto Ministério da Integração Nacional juntamente com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) entre os anos de 1997 a 2015, com a construção de infraestruturas de irrigação de uso comum na ordem de aproximadamente R\$ 280.000.000,00.

Após a implantação do Empreendimento, não foram definidos os procedimentos para sua gestão e, em razão disso, o Ministério Público Federal recebeu representação subscrita pelo Distrito de Irrigação do Assentamento Jacaré-Curituba/SE, no ano de 2017, e ajuizou uma Ação Civil Pública (processo 0806056-55.2017.4.05.8500), em face da União e da Codevasf, objetivando, no que diz respeito à União, que seja determinado o aporte de recursos para obras de revitalização das infraestruturas de irrigação e para Transferência de Gestão (TG) do Projeto.

Por consequência da Ação Civil Pública, a Justiça Federal convocou uma audiência de conciliação (SEI 1014607) para esclarecimento do ocorrido, em setembro de 2018, e suspendeu o processo por 90 dias, pois estava ocorrendo um procedimento conciliatório na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF/CGU/AGU.

Como encaminhamento da CCAF/CGU/AGU, finalizada em 13 de novembro de 2018, foi firmado um Acordo de Cooperação entre o extinto MI, a Codevasf e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para viabilizar a Transferência de Gestão do PPI Jacaré-Curituba/SE, permitindo que as infraestruturas de irrigação de uso comum sejam cedidas provisoriamente à Codevasf e que a Empresa assuma a gestão do PPI na fase de operação inicial até que a organização de irrigantes do PPI esteja apta a realizar a gestão do Projeto. O Acordo de Cooperação contempla para o primeiro ano de gestão do projeto a necessidade de recursos na ordem de R\$ 4.203.577,14.

Serão realizados serviços de operação e manutenção das infraestruturas de irrigação, bem como Ater.

Unidade Medida unidade Produto Infraestrutura mantida

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	01/01/2020	31/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93413 - Recursos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS(53204)		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto público de irrigação transferido		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal			
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.			
Descrição			
Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.			
Especificação do Produto			
Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Irrigantes e população da área de abrangência de projetos públicos de irrigação em fase de transferência de gestão, atendida pelo DNOCS.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico e/ou por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		
Início da Ação	01/01/2016	Término da Ação	30/12/2025

Plano Orçamentário			
0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

120B - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF(53201)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação transferido
Unidade de Medida	unidade

Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.

Descrição

Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.

Especificação do Produto

Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.

Ação de Insumo Estratégico Não Regionalização na Execução Sim

Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência de projetos públicos de irrigação em fase de transferência de gestão, atendida pela CODEVASF.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

Implementação da Ação

Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou mediante licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social Não

Início da Ação 01/01/2016 Término da Ação 22/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0001 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Bebedouro-PE	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida [percentual de execução física](#) Produto [Projeto executado](#)

Plano Orçamentário

0002 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Mirorós-BA

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida [percentual de execução física](#) Produto [Projeto executado](#)

Plano Orçamentário

0003 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Nilo Coelho-PE

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida [percentual de execução física](#) Produto [Projeto executado](#)

Plano Orçamentário

0004 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Formoso - BA

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida [percentual de execução física](#) Produto [Projeto executado](#)

Plano Orçamentário

0005 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Gorutuba - MG

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida [percentual de execução física](#) Produto [Projeto executado](#)

Plano Orçamentário

0006 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Curaçá-BA

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida [percentual de execução física](#) Produto [Projeto executado](#)

# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

### Plano Orçamentário

#### 0007 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Maniçoba-BA

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### 0008 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Nupeba/Riacho Grande-BA

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### 0009 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Barreiras Norte-BA

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### 000A - Cogestão do Projeto Público de Irrigação São Desidério/Barreiras Sul-BA

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### 000B - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Mandacaru-BA

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

### Plano Orçamentário

000C - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Santa Rosa-PI

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

000D - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Colônia do Gurguéia-PI

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

000E - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jaíba – MG – 1ª Etapa

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

000H - Autogestão do Projeto Público de Irrigação Pirapora

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

000J - Autogestão do Projeto Público de Irrigação Tourão

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário

000M - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Salitre - BA

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta(53101)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação transferido
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria MDR nº 1.082/2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.

#### Descrição

Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.

#### Especificação do Produto

Execução de ações em Projetos Públicos de Irrigação (PPIs), como obras de reabilitação, complementação e de melhoramento na infraestrutura de irrigação de uso comum, atendimento a condicionantes ambientais, georreferenciamento das áreas, titulação de lotes, ATER e capacitação aos produtores e gestores de PPIs, e ações complementares e necessárias para realizar a transferência da gestão do projeto às organizações de irrigantes.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação atendidos pelo MDR/Estados.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Contratação direta ou por meio de Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Sim
---------------------	-----

#### Outros

#### Detalhamento participação social

Conforme encaminhamentos do I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.

Início da Ação	01/01/2020	Término da Ação	29/12/2023
----------------	------------	-----------------	------------

#### Plano Orçamentário

0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas

#### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

#### Plano Orçamentário

##### 0005 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Arroio Duro/RS

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

#### Plano Orçamentário

##### 0006 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Chasqueiro/RS

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

#### Plano Orçamentário

##### 0007 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba/SE

#### Caracterização

Trata-se do financiamento dos serviços do Projeto Público de Irrigação (PPI) Jacaré-Curituba, situado no Estado de Sergipe. Este projeto foi implantado pelo extinto Ministério da Integração Nacional juntamente com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) entre os anos de 1997 a 2015, com a construção de infraestruturas de irrigação de uso comum na ordem de aproximadamente R\$ 280.000.000,00.

Após a implantação do Empreendimento, não foram definidos os procedimentos para sua gestão e, em razão disso, o Ministério Público Federal recebeu representação subscrita pelo Distrito de Irrigação do Assentamento Jacaré-Curituba/SE, no ano de 2017, e ajuizou uma Ação Civil Pública (processo 0806056-55.2017.4.05.8500), em face da União e da Codevasf, objetivando, no que diz respeito à União, que seja determinado o aporte de recursos para obras de revitalização das infraestruturas de irrigação e para Transferência de Gestão (TG) do Projeto.

Por consequência da Ação Civil Pública, a Justiça Federal convocou uma audiência de conciliação (SEI 1014607) para esclarecimento do ocorrido, em setembro de 2018, e suspendeu o processo por 90 dias, pois estava ocorrendo um procedimento conciliatório na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF/CGU/AGU.

Como encaminhamento da CCAF/CGU/AGU, finalizada em 13 de novembro de 2018, foi firmado um Acordo de Cooperação entre o extinto MI, a Codevasf e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para viabilizar a Transferência de Gestão do PPI Jacaré-Curituba/SE, permitindo que as infraestruturas de irrigação de uso comum sejam cedidas provisoriamente à Codevasf e que a Empresa assuma a gestão do PPI na fase de operação inicial até que a organização de irrigantes do PPI esteja apta a realizar a gestão do Projeto. O Acordo de Cooperação contempla para o primeiro ano de gestão do projeto a necessidade de recursos na ordem de R\$ 4.203.577,14.

Serão realizados serviços de operação e manutenção das infraestruturas de irrigação, bem como Ater.

Unidade Medida unidade

Produto Infraestrutura mantida

#### Plano Orçamentário

##### 0008 - Polos de Agricultura Irrigada

#### Caracterização

Implementação de projetos prioritários nos “Polos de Agricultura Irrigada”, que são aglomerados agrícolas irrigados com potencial de expansão da agricultura irrigada ou de melhoria da eficiência da irrigação e cuja presença possibilita a dinamização da economia e dos índices de desenvolvimento da população.

Unidade Medida unidade

Produto Projeto apoiado

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	01/01/2020	31/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação transferido
Unidade de Medida	unidade
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.
Descrição	<p>Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.</p>
Especificação do Produto	<p>Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.</p>
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Irrigantes e população da área de abrangência de projetos públicos de irrigação em fase de transferência de gestão, atendida pelo DNOCS.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico e/ou por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.
Participação social	Não
Início da Ação	01/01/2016
Término da Ação	30/12/2025

---

Plano Orçamentário

0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Caracterização

Unidade Medida

Produto

Notas de usuário para esta Ação

---

Data

19/03/2019

Notas de usuário

Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, a descrição foi adequada à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
190.500.000	5	01/01/2016	30/12/2025
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação transferido
Unidade de Medida	unidade
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.
Descrição	<p>Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.</p>
Especificação do Produto	<p>Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.</p>
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Irrigantes e população da área de abrangência de projetos públicos de irrigação em fase de transferência de gestão, atendida pela CODEVASF.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou mediante licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.
Participação social	Não
Início da Ação	01/01/2016
Término da Ação	22/12/2023
Plano Orçamentário	
0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto
Plano Orçamentário	
0001 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Bebedouro-PE	
Caracterização	<p>Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a</p>

# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Ol atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
0002 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Mirorós-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
0003 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Nilo Coelho-PE	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
0004 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Formoso - BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
0005 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Gorutuba - MG	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
0006 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Curaçá-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado



# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário	
0007 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Maniçoba-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
0008 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Nupeba/Riacho Grande-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
0009 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Barreiras Norte-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000A - Cogestão do Projeto Público de Irrigação São Desidério/Barreiras Sul-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000B - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Mandacaru-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado



# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário	
000C - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Santa Rosa-PI	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000D - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Colônia do Gurguéia-PI	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000E - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jaíba – MG – 1ª Etapa	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000H - Autogestão do Projeto Público de Irrigação Pirapora	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000J - Autogestão do Projeto Público de Irrigação Tourão	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado

**Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial**

## 120B - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

## Plano Orçamentário

## 000M - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Salitre - BA

## Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

**Unidade Medida** percentual de execução física

Produto	Projeto executado
1. Produto 1	1. Projeto executado 1
2. Produto 2	2. Projeto executado 2
3. Produto 3	3. Projeto executado 3
4. Produto 4	4. Projeto executado 4
5. Produto 5	5. Projeto executado 5
6. Produto 6	6. Projeto executado 6
7. Produto 7	7. Projeto executado 7
8. Produto 8	8. Projeto executado 8
9. Produto 9	9. Projeto executado 9
10. Produto 10	10. Projeto executado 10
11. Produto 11	11. Projeto executado 11
12. Produto 12	12. Projeto executado 12
13. Produto 13	13. Projeto executado 13
14. Produto 14	14. Projeto executado 14
15. Produto 15	15. Projeto executado 15
16. Produto 16	16. Projeto executado 16
17. Produto 17	17. Projeto executado 17
18. Produto 18	18. Projeto executado 18
19. Produto 19	19. Projeto executado 19
20. Produto 20	20. Projeto executado 20
21. Produto 21	21. Projeto executado 21
22. Produto 22	22. Projeto executado 22
23. Produto 23	23. Projeto executado 23
24. Produto 24	24. Projeto executado 24
25. Produto 25	25. Projeto executado 25
26. Produto 26	26. Projeto executado 26
27. Produto 27	27. Projeto executado 27
28. Produto 28	28. Projeto executado 28
29. Produto 29	29. Projeto executado 29
30. Produto 30	30. Projeto executado 30
31. Produto 31	31. Projeto executado 31
32. Produto 32	32. Projeto executado 32
33. Produto 33	33. Projeto executado 33
34. Produto 34	34. Projeto executado 34
35. Produto 35	35. Projeto executado 35
36. Produto 36	36. Projeto executado 36
37. Produto 37	37. Projeto executado 37
38. Produto 38	38. Projeto executado 38
39. Produto 39	39. Projeto executado 39
40. Produto 40	40. Projeto executado 40
41. Produto 41	41. Projeto executado 41
42. Produto 42	42. Projeto executado 42
43. Produto 43	43. Projeto executado 43
44. Produto 44	44. Projeto executado 44
45. Produto 45	45. Projeto executado 45
46. Produto 46	46. Projeto executado 46
47. Produto 47	47. Projeto executado 47
48. Produto 48	48. Projeto executado 48
49. Produto 49	49. Projeto executado 49
50. Produto 50	50. Projeto executado 50
51. Produto 51	51. Projeto executado 51
52. Produto 52	52. Projeto executado 52
53. Produto 53	53. Projeto executado 53
54. Produto 54	54. Projeto executado 54
55. Produto 55	55. Projeto executado 55
56. Produto 56	56. Projeto executado 56
57. Produto 57	57. Projeto executado 57
58. Produto 58	58. Projeto executado 58
59. Produto 59	59. Projeto executado 59
60. Produto 60	60. Projeto executado 60
61. Produto 61	61. Projeto executado 61
62. Produto 62	62. Projeto executado 62
63. Produto 63	63. Projeto executado 63
64. Produto 64	64. Projeto executado 64
65. Produto 65	65. Projeto executado 65
66. Produto 66	66. Projeto executado 66
67. Produto 67	67. Projeto executado 67
68. Produto 68	68. Projeto executado 68
69. Produto 69	69. Projeto executado 69
70. Produto 70	70. Projeto executado 70
71. Produto 71	71. Projeto executado 71
72. Produto 72	72. Projeto executado 72
73. Produto 73	73. Projeto executado 73
74. Produto 74	74. Projeto executado 74
75. Produto 75	75. Projeto executado 75
76. Produto 76	76. Projeto executado 76
77. Produto 77	77. Projeto executado 77
78. Produto 78	78. Projeto executado 78
79. Produto 79	79. Projeto executado 79
80. Produto 80	80. Projeto executado 80
81. Produto 81	81. Projeto executado 81
82. Produto 82	82. Projeto executado 82
83. Produto 83	83. Projeto executado 83
84. Produto 84	84. Projeto executado 84
85. Produto 85	85. Projeto executado 85
86. Produto 86	86. Projeto executado 86
87. Produto 87	87. Projeto executado 87
88. Produto 88	88. Projeto executado 88
89. Produto 89	89. Projeto executado 89
90. Produto 90	90. Projeto executado 90
91. Produto 91	91. Projeto executado 91
92. Produto 92	92. Projeto executado 92
93. Produto 93	93. Projeto executado 93
94. Produto 94	94. Projeto executado 94
95. Produto 95	95. Projeto executado 95
96. Produto 96	96. Projeto executado 96
97. Produto 97	97. Projeto executado 97
98. Produto 98	98. Projeto executado 98
99. Produto 99	99. Projeto executado 99
100. Produto 100	100. Projeto executado 100

### Notas de usuário para esta Ação

Data	28/07/2020
Notas de usuário	Foi criado novo PO 000R Cogestão do Projeto Público de Irrigação Pontal Sul-PE, conforme requerido pelo órgão setorial em e-mail de 24/07/2020.
Data	12/04/2019
Notas de usuário	Adicionado PO: Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curitiba - SE, conforme requerido pelo órgão setorial em e-mail de 12/04/2019.
Data	19/03/2019
Notas de usuário	Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, a descrição foi adequada à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
71.800.000	17	01/01/2016	30/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Notas de usuário para este Localizador

Data	13/03/2020
Notas de usuário	Alteração do término e custo total alterado, conforme solicitação do setorial.

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

120B - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação transferido
Unidade de Medida	unidade

**Base legal**  
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria MDR nº 1.082/2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.

**Descrição**  
Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.

**Especificação do Produto**  
Execução de ações em Projetos Públicos de Irrigação (PPIs), como obras de reabilitação, complementação e de melhoramento na infraestrutura de irrigação de uso comum, atendimento a condicionantes ambientais, georreferenciamento das áreas, titulação de lotes, ATER e capacitação aos produtores e gestores de PPIs, e ações complementares e necessárias para realizar a transferência da gestão do projeto às organizações de irrigantes.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação atendidos pelo MDR/Estados.

**Tipo de implementação** Direta Descentralizada

**Implementação da Ação**  
Contratação direta ou por meio de Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

**Participação social** Sim

Outros

**Detalhamento participação social**  
Conforme encaminhamentos do I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.

**Início da Ação** 01/01/2020      **Término da Ação** 29/12/2023

**Plano Orçamentário**  
0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas  
**Caracterização**  
**Unidade Medida**

**Produto**

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário	
0005 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Arroio Duro/RS	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado

Plano Orçamentário	
0006 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Chasqueiro/RS	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado

Plano Orçamentário	
0007 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba/SE	
Caracterização	
Trata-se do financiamento dos serviços do Projeto Público de Irrigação (PPI) Jacaré-Curituba, situado no Estado de Sergipe. Este projeto foi implantado pelo extinto Ministério da Integração Nacional juntamente com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) entre os anos de 1997 a 2015, com a construção de infraestruturas de irrigação de uso comum na ordem de aproximadamente R\$ 280.000.000,00.	
Após a implantação do Empreendimento, não foram definidos os procedimentos para sua gestão e, em razão disso, o Ministério Público Federal recebeu representação subscrita pelo Distrito de Irrigação do Assentamento Jacaré-Curituba/SE, no ano de 2017, e ajuizou uma Ação Civil Pública (processo 0806056-55.2017.4.05.8500), em face da União e da Codevasf, objetivando, no que diz respeito à União, que seja determinado o aporte de recursos para obras de revitalização das infraestruturas de irrigação e para Transferência de Gestão (TG) do Projeto.	
Por consequência da Ação Civil Pública, a Justiça Federal convocou uma audiência de conciliação (SEI 1014607) para esclarecimento do ocorrido, em setembro de 2018, e suspendeu o processo por 90 dias, pois estava ocorrendo um procedimento conciliatório na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF/CGU/AGU.	
Como encaminhamento da CCAF/CGU/AGU, finalizada em 13 de novembro de 2018, foi firmado um Acordo de Cooperação entre o extinto MI, a Codevasf e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para viabilizar a Transferência de Gestão do PPI Jacaré-Curituba/SE, permitindo que as infraestruturas de irrigação de uso comum sejam cedidas provisoriamente à Codevasf e que a Empresa assuma a gestão do PPI na fase de operação inicial até que a organização de irrigantes do PPI esteja apta a realizar a gestão do Projeto. O Acordo de Cooperação contempla para o primeiro ano de gestão do projeto a necessidade de recursos na ordem de R\$ 4.203.577,14.	
Serão realizados serviços de operação e manutenção das infraestruturas de irrigação, bem como Ater.	
Unidade Medida	unidade
Produto	Infraestrutura mantida

Notas de usuário para esta Ação

Data	19/03/2019
Notas de usuário	Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, a descrição foi adequada à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Notas de usuário para este Localizador

Data	13/03/2020		
Notas de usuário	Início e Custo Total alterados conforme planilha enviada em 13/03/20.		
Localizador	0050 - Na Região Centro-Oeste		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	01/01/2020	31/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Órgão Central
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação transferido
Unidade de Medida	unidade
Base legal	

Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

**Descrição**  
Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.

**Especificação do Produto**  
Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação atendidos pelo MDR/Estados.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

Implementação da Ação

Contratação direta ou por meio de Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social Sim

Outros

Detalhamento participação social

Conforme encaminhamentos do I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.

Início da Ação 01/01/2020 Término da Ação 31/12/2023

Plano Orçamentário  
0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação  
Caracterização  
Unidade Medida

Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	01/01/2020	31/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos sob Supervisão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação transferido
Unidade de Medida	unidade

Base legal

Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

Descrição

Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.

Especificação do Produto

Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação atendidos pelo MDR/Estados.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

Implementação da Ação

Contratação direta ou por meio de Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Sim
---------------------	-----

Outros

Detalhamento participação social

Conforme encaminhamentos do I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.

Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023
----------------	------------	-----------------	------------

Plano Orçamentário

0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas

Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário	
0001 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Bebedouro-PE	
Caracterização	
X	
Unidade Medida	percentual de execução física Produto Projeto executado
Plano Orçamentário	
0002 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Mirorós-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física Produto Projeto executado
Plano Orçamentário	
0003 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Nilo Coelho-PE	
Caracterização	
X	
Unidade Medida	percentual de execução física Produto Projeto executado
Plano Orçamentário	
0004 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Formoso - BA	
Caracterização	
X	
Unidade Medida	percentual de execução física Produto Projeto executado
Plano Orçamentário	
0005 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Gorutuba - MG	
Caracterização	
X	
Unidade Medida	percentual de execução física Produto Projeto executado
Plano Orçamentário	
0006 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Curaçá-BA	
Caracterização	
X	
Unidade Medida	percentual de execução física Produto Projeto executado
Plano Orçamentário	
0007 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Maniçoba-BA	
Caracterização	
X	
Unidade Medida	percentual de execução física Produto Projeto executado
Plano Orçamentário	
0008 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Nupeba/Riacho Grande-BA	
Caracterização	
X	
Unidade Medida	percentual de execução física Produto Projeto executado

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário		
0009 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Barreiras Norte-BA		
Caracterização		
X		
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto Projeto executado

Plano Orçamentário		
000A - Cogestão do Projeto Público de Irrigação São Desidério/Barreiras Sul-BA		
Caracterização		
X		
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto Projeto executado

Plano Orçamentário		
000B - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Mandacaru-BA		
Caracterização		
X		
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto Projeto executado

Plano Orçamentário		
000C - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Santa Rosa-PI		
Caracterização		
X		
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto Projeto executado

Plano Orçamentário		
000D - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Colônia do Gurguéia-PI		
Caracterização		
X		
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto Projeto executado

Plano Orçamentário		
000E - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jaíba – MG – 1ª Etapa		
Caracterização		
X		
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto Projeto executado

Plano Orçamentário		
000H - Autogestão do Projeto Público de Irrigação Pirapora		
Caracterização		
X		
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto Projeto executado

Plano Orçamentário		
000J - Autogestão do Projeto Público de Irrigação Tourão		
Caracterização		
X		
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto Projeto executado

Plano Orçamentário		
000L - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Pontal - PE		
Caracterização		
X		
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto Projeto executado

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário			
000M - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Salitre - BA			
Caracterização			
X			
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto	Projeto executado

Plano Orçamentário			
000N - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Ceraíma – BA			
Caracterização			
X			
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto	Projeto executado

Plano Orçamentário			
000O - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Estreito - BA			
Caracterização			
X			
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto	Projeto executado

Plano Orçamentário			
000P - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Formosinho – BA			
Caracterização			
X			
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto	Projeto executado

Plano Orçamentário			
000Q - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jacaré - Curitiba – SE			
Caracterização			
X			
Unidade Medida	percentual de execução física	Produto	Projeto executado

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação transferido
Unidade de Medida	unidade
Base legal	

Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

**Descrição**  
Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.

**Especificação do Produto**  
Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação atendidos pelo MDR/Estados.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

Implementação da Ação

Contratação direta ou por meio de Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social Sim

Outros

Detalhamento participação social

Conforme encaminhamentos do I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.

Início da Ação 01/01/2020 Término da Ação 31/12/2023

Plano Orçamentário  
0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas  
Caracterização  
Unidade Medida Produto

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

#### Plano Orçamentário

##### 0005 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Arroio Duro/RS

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

#### Plano Orçamentário

##### 0006 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Chasqueiro/RS

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

#### Plano Orçamentário

##### 0007 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba/SE

#### Caracterização

Trata-se do financiamento dos serviços do Projeto Público de Irrigação (PPI) Jacaré-Curituba, situado no Estado de Sergipe. Este projeto foi implantado pelo extinto Ministério da Integração Nacional juntamente com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) entre os anos de 1997 a 2015, com a construção de infraestruturas de irrigação de uso comum na ordem de aproximadamente R\$ 280.000.000,00.

Após a implantação do Empreendimento, não foram definidos os procedimentos para sua gestão e, em razão disso, o Ministério Público Federal recebeu representação subscrita pelo Distrito de Irrigação do Assentamento Jacaré-Curituba/SE, no ano de 2017, e ajuizou uma Ação Civil Pública (processo 0806056-55.2017.4.05.8500), em face da União e da Codevasf, objetivando, no que diz respeito à União, que seja determinado o aporte de recursos para obras de revitalização das infraestruturas de irrigação e para Transferência de Gestão (TG) do Projeto.

Por consequência da Ação Civil Pública, a Justiça Federal convocou uma audiência de conciliação (SEI 1014607) para esclarecimento do ocorrido, em setembro de 2018, e suspendeu o processo por 90 dias, pois estava ocorrendo um procedimento conciliatório na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF/CGU/AGU.

Como encaminhamento da CCAF/CGU/AGU, finalizada em 13 de novembro de 2018, foi firmado um Acordo de Cooperação entre o extinto MI, a Codevasf e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para viabilizar a Transferência de Gestão do PPI Jacaré-Curituba/SE, permitindo que as infraestruturas de irrigação de uso comum sejam cedidas provisoriamente à Codevasf e que a Empresa assuma a gestão do PPI na fase de operação inicial até que a organização de irrigantes do PPI esteja apta a realizar a gestão do Projeto. O Acordo de Cooperação contempla para o primeiro ano de gestão do projeto a necessidade de recursos na ordem de R\$ 4.203.577,14.

Serão realizados serviços de operação e manutenção das infraestruturas de irrigação, bem como Ater.

Unidade Medida unidade

Produto Infraestrutura mantida

#### Plano Orçamentário

##### RO00 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas - Regra de Ouro

#### Caracterização

Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas - Regra de Ouro

Unidade Medida unidade

Produto Atividade realizada

#### Plano Orçamentário

##### RO06 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Chasqueiro/RS - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física Produto Projeto executado

Plano Orçamentário  
RO07 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba/SE - Regra de Ouro

Caracterização  
Trata-se do financiamento dos serviços do Projeto Público de Irrigação (PPI) Jacaré-Curituba, situado no Estado de Sergipe. Este projeto foi implantado pelo extinto Ministério da Integração Nacional juntamente com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) entre os anos de 1997 a 2015, com a construção de infraestruturas de irrigação de uso comum na ordem de aproximadamente R\$ 280.000.000,00.

Após a implantação do Empreendimento, não foram definidos os procedimentos para sua gestão e, em razão disso, o Ministério Público Federal recebeu representação subscrita pelo Distrito de Irrigação do Assentamento Jacaré-Curituba/SE, no ano de 2017, e ajuizou uma Ação Civil Pública (processo 0806056-55.2017.4.05.8500), em face da União e da Codevasf, objetivando, no que diz respeito à União, que seja determinado o aporte de recursos para obras de revitalização das infraestruturas de irrigação e para Transferência de Gestão (TG) do Projeto.

Por consequência da Ação Civil Pública, a Justiça Federal convocou uma audiência de conciliação (SEI 1014607) para esclarecimento do ocorrido, em setembro de 2018, e suspendeu o processo por 90 dias, pois estava ocorrendo um procedimento conciliatório na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF/CGU/AGU.

Como encaminhamento da CCAF/CGU/AGU, finalizada em 13 de novembro de 2018, foi firmado um Acordo de Cooperação entre o extinto MI, a Codevasf e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para viabilizar a Transferência de Gestão do PPI Jacaré-Curituba/SE, permitindo que as infraestruturas de irrigação de uso comum sejam cedidas provisoriamente à Codevasf e que a Empresa assuma a gestão do PPI na fase de operação inicial até que a organização de irrigantes do PPI esteja apta a realizar a gestão do Projeto. O Acordo de Cooperação contempla para o primeiro ano de gestão do projeto a necessidade de recursos na ordem de R\$ 4.203.577,14.

Serão realizados serviços de operação e manutenção das infraestruturas de irrigação, bem como Ater.

Unidade Medida unidade Produto Infraestrutura mantida

Notas de usuário para esta Ação

Data 19/03/2019  
Notas de usuário Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, a descrição foi adequada à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
16.240.960	3	01/01/2020	29/12/2023

Abrangência Geográfica

Região	Estado	Município
Nacional	-	-

Notas de usuário para este Localizador

Data 13/03/2020  
Notas de usuário Início e Custo Total alterados conforme planilha enviada em 13/03/20.

Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	01/01/2020	31/12/2023

Abrangência Geográfica

Região	Estado	Município
Região Centro-Oeste	-	-

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação transferido
Unidade de Medida	unidade
Base legal	

Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

**Descrição**  
Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.

**Especificação do Produto**  
Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação atendidos pelo MDR/Estados.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

Implementação da Ação

Contratação direta ou por meio de Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social Sim

Outros

Detalhamento participação social

Conforme encaminhamentos do I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.

Início da Ação 01/01/2020 Término da Ação 31/12/2023

Plano Orçamentário  
0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas  
Caracterização  
Unidade Medida Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário  
RO00 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Regra de Ouro  
Caracterização  
Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Regra de Ouro

Unidade Medida		unidade	Produto	Atividade realizada
Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste				
Custo Total		Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000		3	01/01/2020	31/12/2023
Abrangência Geográfica				
Região		Estado	Município	
Região Centro-Oeste		-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93413 - Recursos sob Supervisão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação transferido
Unidade de Medida	unidade
Base legal	

Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

**Descrição**  
Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.

**Especificação do Produto**  
Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação atendidos pelo MDR/Estados.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

Implementação da Ação

Contratação direta ou por meio de Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social Sim

Outros

Detalhamento participação social

Conforme encaminhamentos do I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.

Início da Ação 06/01/2020 Término da Ação 29/12/2023

Plano Orçamentário  
0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas  
Caracterização  
Unidade Medida

Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário

0005 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Arroio Duro/RS

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física Produto Projeto executado

Plano Orçamentário

0006 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Chasqueiro/RS

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física Produto Projeto executado

Plano Orçamentário

0007 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba/SE

Caracterização

Trata-se do financiamento dos serviços do Projeto Público de Irrigação (PPI) Jacaré-Curituba, situado no Estado de Sergipe. Este projeto foi implantado pelo extinto Ministério da Integração Nacional juntamente com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) entre os anos de 1997 a 2015, com a construção de infraestruturas de irrigação de uso comum na ordem de aproximadamente R\$ 280.000.000,00.

Após a implantação do Empreendimento, não foram definidos os procedimentos para sua gestão e, em razão disso, o Ministério Público Federal recebeu representação subscrita pelo Distrito de Irrigação do Assentamento Jacaré-Curituba/SE, no ano de 2017, e ajuizou uma Ação Civil Pública (processo 0806056-55.2017.4.05.8500), em face da União e da Codevasf, objetivando, no que diz respeito à União, que seja determinado o aporte de recursos para obras de revitalização das infraestruturas de irrigação e para Transferência de Gestão (TG) do Projeto.

Por consequência da Ação Civil Pública, a Justiça Federal convocou uma audiência de conciliação (SEI 1014607) para esclarecimento do ocorrido, em setembro de 2018, e suspendeu o processo por 90 dias, pois estava ocorrendo um procedimento conciliatório na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF/CGU/AGU.

Como encaminhamento da CCAF/CGU/AGU, finalizada em 13 de novembro de 2018, foi firmado um Acordo de Cooperação entre o extinto MI, a Codevasf e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para viabilizar a Transferência de Gestão do PPI Jacaré-Curituba/SE, permitindo que as infraestruturas de irrigação de uso comum sejam cedidas provisoriamente à Codevasf e que a Empresa assuma a gestão do PPI na fase de operação inicial até que a organização de irrigantes do PPI esteja apta a realizar a gestão do Projeto. O Acordo de Cooperação contempla para o primeiro ano de gestão do projeto a necessidade de recursos na ordem de R\$ 4.203.577,14.

Serão realizados serviços de operação e manutenção das infraestruturas de irrigação, bem como Ater.

Unidade Medida unidade Produto Infraestrutura mantida

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto público de irrigação transferido		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.		
Descrição	<p>Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.</p>		
Especificação do Produto	<p>Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.</p>		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Irrigantes e população da área de abrangência de projetos públicos de irrigação em fase de transferência de gestão, atendida pela CODEVASF.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou mediante licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		
Início da Ação	01/01/2016	Término da Ação	22/12/2023
Plano Orçamentário	0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas		
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário	0001 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Bebedouro-PE		
Caracterização	<p>Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a</p>		

# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Ol atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida **percentual de execução física** Produto **Projeto executado**

### Plano Orçamentário

#### 0002 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Mirorós-BA

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida **percentual de execução física** Produto **Projeto executado**

### Plano Orçamentário

#### 0003 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Nilo Coelho-PE

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida **percentual de execução física** Produto **Projeto executado**

### Plano Orçamentário

#### 0004 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Formoso - BA

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida **percentual de execução física** Produto **Projeto executado**

### Plano Orçamentário

#### 0005 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Gorutuba - MG

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida **percentual de execução física** Produto **Projeto executado**

### Plano Orçamentário

#### 0006 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Curaçá-BA

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida **percentual de execução física** Produto **Projeto executado**

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário	
0007 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Maniçoba-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
0008 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Nupeba/Riacho Grande-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
0009 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Barreiras Norte-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000A - Cogestão do Projeto Público de Irrigação São Desidério/Barreiras Sul-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000B - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Mandacaru-BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário	
000C - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Santa Rosa-PI	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000D - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Colônia do Gurguéia-PI	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000E - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jaíba – MG – 1ª Etapa	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000H - Autogestão do Projeto Público de Irrigação Pirapora	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000J - Autogestão do Projeto Público de Irrigação Tourão	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado

# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário	
000L - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Pontal - PE	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000M - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Salitre - BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000N - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Ceraíma – BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e esta assumirá a administração do Projeto. Será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. Nessa etapa o Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente no custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a organização de irrigantes; capacitar os membros da OI e dos respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Essa etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000O - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Estreito - BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000P - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Formosinho – BA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução física
Produto	Projeto executado

# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

### Plano Orçamentário

000Q - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jacaré - Curitiba – SE

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

000R - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Pontal Sul-PE

#### Caracterização

Nesta etapa a Entidade Pública responsável pelo projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e esta assume a administração do Projeto. Será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. Nesta etapa o governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente no custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a organização de irrigantes; é feita a capacitação da OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

RO01 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Bebedouro-PE - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

RO02 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Mirorós-BA - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

RO03 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Nilo Coelho-PE - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado



# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

### Plano Orçamentário

RO04 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Formoso - BA - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

RO05 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Gorutuba - MG - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

RO06 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Curaçá-BA - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

RO07 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Maniçoba-BA - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

RO08 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Nupeba/Riacho Grande-BA - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

### Plano Orçamentário

#### RO09 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Barreiras Norte-BA - Regra de Ouro

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### RO0A - Cogestão do Projeto Público de Irrigação São Desidério/Barreiras Sul-BA - Regra de Ouro

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### RO0B - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Mandacaru-BA - Regra de Ouro

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### RO0C - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Santa Rosa-PI - Regra de Ouro

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### RO0D - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Colônia do Gurguéia-PI - Regra de Ouro

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

### Plano Orçamentário

RO0E - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jaíba – MG – 1ª Etapa - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

RO0H - Autogestão do Projeto Público de Irrigação Pirapora - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

RO0J - Autogestão do Projeto Público de Irrigação Tourão - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

RO0M - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Salitre - BA - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

RO0O - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Estreito - BA - Regra de Ouro

#### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário

RO0P - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Formosinho – BA – Regra de Ouro

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física

Produto Projeto executado

Notas de usuário para esta Ação

Data	28/07/2020
Notas de usuário	Foi criado novo PO 000R Cogestão do Projeto Público de Irrigação Pontal Sul-PE, conforme requerido pelo órgão setorial em e-mail de 24/07/2020.
Data	12/04/2019
Notas de usuário	Adicionado PO: Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba - SE, conforme requerido pelo órgão setorial em e-mail de 12/04/2019.
Data	19/03/2019
Notas de usuário	Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, a descrição foi adequada à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
115.236.639	17	01/01/2016	22/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Notas de usuário para este Localizador

Data	13/03/2020
Notas de usuário	Alteração do término e custo total alterado, conforme solicitação do setorial.

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto público de irrigação transferido		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.		
Descrição	<p>Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.</p>		
Especificação do Produto	<p>Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.</p>		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Irrigantes e população da área de abrangência de projetos públicos de irrigação em fase de transferência de gestão, atendida pelo DNOCS.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico e/ou por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		
Início da Ação	01/01/2016	Término da Ação	30/12/2025
Plano Orçamentário	0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas		
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário	000G - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Araras Norte-CE		
Caracterização	<p>Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a</p>		

# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Ol atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### 000H - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Baixo Acaraú-CE

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### 000I - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Morada Nova-CE

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### 000J - Cogestão do Projeto Público de Brumado-BA

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### 000K - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros de Russas-CE

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução Produto Projeto executado

### Plano Orçamentário

#### 000L - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Forquilha-CE

##### Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução Produto Projeto executado



# Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

## 12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário	
000M - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros de São Bernardo-MA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000N - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Várzea do Flores-MA	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000O - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jaguaribe Apodi-CE	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000P - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Gurguéia-PI	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução
Produto	Projeto executado
Plano Orçamentário	
000Q - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Várzea do Boi-CE	
Caracterização	
Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.	
Unidade Medida	percentual de execução
Produto	Projeto executado

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário

000R - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Icó-Lima Campos-CE

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução

Produto Projeto executado

Plano Orçamentário

000S - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Baixo Açu

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução

Produto Projeto executado

Plano Orçamentário

000T - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Vaza Barris - BA

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução

Produto Projeto executado

Plano Orçamentário

RO00 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas - Regra de Ouro

Caracterização

Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas - Regra de Ouro

Unidade Medida unidade

Produto Atividade realizada

Notas de usuário para esta Ação

Data	19/03/2019
Notas de usuário	Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, a descrição foi adequada à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
190.500.000	5	01/01/2016	30/12/2025
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93414 - Recursos sob Supervisão do Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação transferido
Unidade de Medida	unidade
Base legal	

Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

**Descrição**  
Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento a condicionantes ambientais e outras despesas necessárias para o atingimento da finalidade da ação, proporcionando aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais. E, ainda, para que o PPI alcance a plena capacidade econômica, levando à assunção integral do custeio operacional e autofinanciamento da gestão e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum do projeto pelos irrigantes, será realizado estudo para definição das ações necessárias para conclusão do processo de transferência da gestão; elaboração do plano de emancipação (contemplando diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica); elaboração do plano de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum; georreferenciamento das áreas do PPI, modelagem da gestão a ser implantada no PPI; e ato declaratório de emancipação do PPI por meio de Portaria Específica do Ministro do Desenvolvimento Regional.

**Especificação do Produto**  
Projetos Públicos de Irrigação com a infraestrutura de uso comum reabilitada, obras complementares e de melhoramento executadas, condicionantes ambientais atendidas, georreferenciamento das áreas realizado, titularização de lotes realizada, produtores assistidos tecnicamente e gestão da infraestrutura transferida para organização de irrigantes.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação atendidos pelo MDR/Estados.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

Implementação da Ação

Contratação direta ou por meio de Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social Sim

Outros

Detalhamento participação social

Conforme encaminhamentos do I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.

Início da Ação 01/01/2020 Término da Ação 31/12/2023

Plano Orçamentário  
0000 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas  
Caracterização  
Unidade Medida

Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

12OB - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário

0005 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Arroio Duro/RS

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física Produto Projeto executado

Plano Orçamentário

0006 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Chasqueiro/RS

Caracterização

Nesta etapa, a Entidade Pública responsável pelo Projeto celebrará contrato de gestão com a Organização de Irrigantes (OI), o qual delegará os serviços de irrigação e a OI assumirá a administração do Projeto. Ainda nesta fase, será realizado estudo de viabilidade da situação atualizada para definição das ações necessárias para as etapas do processo de transferência da gestão. O Governo, caso necessário, poderá prestar apoio técnico, participar financeiramente do custeio operacional e da gestão do Projeto, revitalizar e/ou modernizar as infraestruturas de irrigação de uso comum, prestar assistência técnica e capacitar a OI e respectivos conselhos para a gestão da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção. Esta etapa é finalizada quando a OI atinge a plena capacidade administrativa, caracterizada pelo cumprimento das metas estabelecidas no contrato de gestão. A estimativa de duração da cogestão é de 4 (quatro) anos.

Unidade Medida percentual de execução física Produto Projeto executado

Plano Orçamentário

0007 - Cogestão do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba/SE

Caracterização

Trata-se do financiamento dos serviços do Projeto Público de Irrigação (PPI) Jacaré-Curituba, situado no Estado de Sergipe. Este projeto foi implantado pelo extinto Ministério da Integração Nacional juntamente com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) entre os anos de 1997 a 2015, com a construção de infraestruturas de irrigação de uso comum na ordem de aproximadamente R\$ 280.000.000,00.

Após a implantação do Empreendimento, não foram definidos os procedimentos para sua gestão e, em razão disso, o Ministério Público Federal recebeu representação subscrita pelo Distrito de Irrigação do Assentamento Jacaré-Curituba/SE, no ano de 2017, e ajuizou uma Ação Civil Pública (processo 0806056-55.2017.4.05.8500), em face da União e da Codevasf, objetivando, no que diz respeito à União, que seja determinado o aporte de recursos para obras de revitalização das infraestruturas de irrigação e para Transferência de Gestão (TG) do Projeto.

Por consequência da Ação Civil Pública, a Justiça Federal convocou uma audiência de conciliação (SEI 1014607) para esclarecimento do ocorrido, em setembro de 2018, e suspendeu o processo por 90 dias, pois estava ocorrendo um procedimento conciliatório na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF/CGU/AGU.

Como encaminhamento da CCAF/CGU/AGU, finalizada em 13 de novembro de 2018, foi firmado um Acordo de Cooperação entre o extinto MI, a Codevasf e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para viabilizar a Transferência de Gestão do PPI Jacaré-Curituba/SE, permitindo que as infraestruturas de irrigação de uso comum sejam cedidas provisoriamente à Codevasf e que a Empresa assuma a gestão do PPI na fase de operação inicial até que a organização de irrigantes do PPI esteja apta a realizar a gestão do Projeto. O Acordo de Cooperação contempla para o primeiro ano de gestão do projeto a necessidade de recursos na ordem de R\$ 4.203.577,14.

Serão realizados serviços de operação e manutenção das infraestruturas de irrigação, bem como Ater.

Unidade Medida unidade Produto Infraestrutura mantida

Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	3	01/01/2020	31/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

12QC - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água

Momento da ação	Consolidado		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	18 - Gestão Ambiental		
SubFunção	544 - Recursos Hídricos		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Estrutura implantada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011; e Decreto nº 8.032, de 25 de junho de 2013.		
Descrição	A ação prevê a construção de cisternas de consumo, sistemas coletivos de abastecimento e pequenas barragens. as cisternas atendem comunidades dispersas e são domiciliares. os sistemas coletivos de abastecimento atendem comunidades de cerca de 40 pessoas em que haja concentração que permita a instalação de uma rede. As pequenas barragens ou barreiros, por sua vez, destinam-se à dessedentação animal e podem atender 20 famílias. Além disso, a ação busca a promoção do uso sustentável de recursos hídricos, por meio de um conjunto de medidas e da organização de mecanismos de gestão que viabilizem atividades de inserção produtiva a partir da disponibilidade da água, tais como cisternas de produção e sistemas simplificados de irrigação. assim, pretende-se propiciar à população em extrema pobreza o acesso à água potável para consumo domiciliar, bem como para a produção agroalimentar, visando à inserção produtiva e à segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias.		
Especificação do Produto	Obras e equipamentos para oferta de água.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Populações de baixa renda com acesso precário à água com foco no público do CadÚnico.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Desenvolvimento de ações diretamente e por meio de descentralização dos recursos, para posterior execução após processos licitatórios para a contratação de prestação de serviços privados.		
Participação social	Não		
Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EIND - Emenda Individual	
Caracterização	
Emenda Individual	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

12QC - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
203.372.471	13.544	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

12QC - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água

Momento da ação	Consolidado
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	18 - Gestão Ambiental
SubFunção	544 - Recursos Hídricos
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Estrutura implantada
Unidade de Medida	unidade
Base legal	

Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

**Descrição**  
A ação prevê a construção de cisternas de consumo, sistemas coletivos de abastecimento e pequenas barragens. as cisternas atendem comunidades dispersas e são domiciliares. os sistemas coletivos de abastecimento atendem comunidades de cerca de 40 pessoas em que haja concentração que permita a instalação de uma rede. As pequenas barragens ou barreiros, por sua vez, destinam-se à dessedentação animal e podem atender 20 famílias. Além disso, a ação busca a promoção do uso sustentável de recursos hídricos, por meio de um conjunto de medidas e da organização de mecanismos de gestão que viabilizem atividades de inserção produtiva a partir da disponibilidade da água, tais como cisternas de produção e sistemas simplificados de irrigação. assim, pretende-se propiciar à população em extrema pobreza o acesso à água potável para consumo domiciliar, bem como para a produção agroalimentar, visando à inserção produtiva e à segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias.

**Especificação do Produto**  
Obras e equipamentos para oferta de água.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
Populações de baixa renda com acesso precário à água com foco no público do CadÚnico.

Tipo de implementação Direta

**Implementação da Ação**  
Desenvolvimento de ações diretamente com posterior execução após processos licitatórios para a contratação de prestação de serviços privados.

Participação social Sim

Organização da Sociedade Civil

**Detalhamento participação social**

Comitês gestores municipais e comissões comunitárias.

Início da Ação 01/01/2011 Término da Ação 31/12/2023

Plano Orçamentário

0000 - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água

Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

Localizador 6031 - Na Área de Atuação da Codevasf

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
726.068.109	122.573	01/01/2011	31/12/2023

Abrangência Geográfica

Região	Estado	Município
Nacional	-	-

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

12QC - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água

## Ação Orçamentária

### 140C - Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas

Momento da ação	Consolidado
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto executado
Unidade de Medida	percentual de execução física

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.

#### Descrição

Elaboração de estudos, projetos básico, executivos, anteprojeto e implantação de obras de infraestrutura comum para captação de água para Projetos Públicos de Irrigação localizados na zona de influência do Canal do Sertão Alagoano. Inicialmente, estão previstos os Projetos Públicos de Irrigação Pariconha (1.680 ha irrigáveis), Delmiro Gouveia (884 ha irrigáveis), Inhapi (1.015ha irrigáveis) e Tapera/Carneiros (10.000 ha irrigáveis), totalizando uma área de 13.579 ha irrigáveis.

As etapas a serem executadas compreendem Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Social e Ambiental, Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), projetos de engenharia, obras de implantação dos sistemas de captação, distribuição e drenagem, aquisição de equipamentos hidromecânicos e demais obras complementares ao projeto e de sustentabilidade produtiva, além de implantação dos Projetos Básicos Ambientais (PBA), supervisão e gerenciamento das obras, aquisição de terras, administração fundiária e condicionantes ambientais.

Para os pequenos irrigantes, poderão ser adquiridos os sistemas parcelares (on farm). Também poderão ser contempladas as atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, manutenção, assistência técnica e capacitação de pequenos produtores para a transferência da gestão.

O objetivo é contribuir para elevar a produção e a produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda por meio de Projetos Públicos de Irrigação. Com isso, espera-se possibilitar o incremento da área irrigada, estimular o desenvolvimento regional e estabelecer uso viável da água aduzida pelo Canal do Sertão Alagoano.

#### Especificação do Produto

Área implantada de 13.579 ha, com infraestrutura de uso comum, dividida em lotes para pequenos irrigantes e lotes empresariais, estimular o desenvolvimento regional e estabelecer uso viável da água aduzida pelo Canal do Sertão Alagoano.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Irrigantes e população atendida pelo Canal do Sertão Alagoano, no Estado de Alagoas.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta, por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas, para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	01/01/2012	Término da Ação	31/12/2022
----------------	------------	-----------------	------------

#### Plano Orçamentário

0000 - Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas

#### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

Ação Orçamentária

140C - Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas

Localizador 0027 - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
172.451.553	100	01/01/2012	31/12/2022
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	



## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	18 - Gestão Ambiental
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Regularização efetivada
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002 e Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e nº 237, de 19 de dezembro de 1997; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.

#### Descrição

Regularização dos projetos públicos de irrigação, no que tange ao atendimento às legislações ambientais, fundiárias e de recursos hídricos, proporcionando aos produtores as condições necessárias para a continuidade da produção e o acesso aos financiamentos bancários, que exigem a conformidade ambiental dos respectivos projetos públicos de irrigação para a liberação do crédito, condição necessária também para a certificação e comercialização de seus produtos.

No que diz respeito à regularização ambiental, a maioria dos projetos possui passivos ambientais acumulados ao longo dos anos, que, em alguns casos, vão desde a inexistência total de licenças até a falta de cumprimento de condicionantes de licenças anteriores (Licença Prévia e Licença de Instalação), descumprimentos ainda mantidos na vigência da Licença de Operação. Dentre as condicionantes presentes na maioria das licenças de operação obtidas pode-se destacar monitoramento da qualidade da água e do solo, programa de gerenciamento de resíduos, especialmente os agrotóxicos, programa de recuperação de áreas degradadas, programa de gerenciamento de áreas protegidas, incluindo o restabelecimento de APPs, aquisição e/ou complementação de áreas para compor a reserva legal dos projetos públicos de irrigação e proteção das áreas de reservas instituídas. Em relação à regularização fundiária são necessárias as seguintes providências: promover a retomada de lotes improdutivos e executar as atividades relacionadas à ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes, controle da aquisição e distribuição da terra, mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; realizar o georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinar as dívidas de amortização dos lotes; criar instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; concluir os processos de desapropriação de lotes, adquirir terras e resolver pendências judiciais.

No que se relaciona à regularização de recursos hídricos há que se cumprir os termos das outorgas de água dos respectivos projetos públicos de irrigação por meio do atendimento das exigências para a manutenção do direito de uso da água.

#### Especificação do Produto

Projetos públicos de irrigação com ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes realizada; retomada de lotes improdutivos; controle da aquisição e distribuição da terra; mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinanciamento das dívidas de amortização dos lotes com a criação de instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; conclusão dos processos de desapropriação de lotes, aquisição de terras e resolução de pendências judiciais; cumprimento dos termos das outorgas de água dos projetos públicos de irrigação; condicionantes ambientais atendidas.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência de projetos públicos de irrigação regularizados pelo DNOCS.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta por meio de seu quadro técnico, por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	01/03/2012	Término da Ação	30/12/2025
----------------	------------	-----------------	------------

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário

0000 - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas

Caracterização

Unidade Medida Produto

Plano Orçamentário

R000 - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação - Regra de Ouro

Caracterização

Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação - Regra de Ouro

Unidade Medida unidade Produto Atividade realizada

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
47.060.102	37	01/03/2012	30/12/2025
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Regularização efetivada
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002 e Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e nº 237, de 19 de dezembro de 1997; e Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974.

#### Descrição

Regularização dos projetos públicos de irrigação, no que tange ao atendimento às legislações ambientais, fundiárias e de recursos hídricos, proporcionando aos produtores as condições necessárias para a continuidade da produção e o acesso aos financiamentos bancários, que exigem a conformidade ambiental dos respectivos projetos públicos de irrigação para a liberação do crédito, condição necessária também para a certificação e comercialização de seus produtos.

No que diz respeito à regularização ambiental, a maioria dos projetos possui passivos ambientais acumulados ao longo dos anos, que, em alguns casos, vão desde a inexistência total de licenças até a falta de cumprimento de condicionantes de licenças anteriores (Licença Prévia e Licença de Instalação), descumprimentos ainda mantidos na vigência da Licença de Operação. Dentre as condicionantes presentes na maioria das licenças de operação obtidas pode-se destacar monitoramento da qualidade da água e do solo, programa de gerenciamento de resíduos, especialmente os agrotóxicos, programa de recuperação de áreas degradadas, programa de gerenciamento de áreas protegidas, incluindo o restabelecimento de APPs, aquisição e/ou complementação de áreas para compor a reserva legal dos projetos públicos de irrigação e proteção das áreas de reservas instituídas. Em relação à regularização fundiária são necessárias as seguintes providências: promover a retomada de lotes improdutivos e executar as atividades relacionadas à ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes, controle da aquisição e distribuição da terra, mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; realizar o georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinar as dívidas de amortização dos lotes; criar instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; concluir os processos de desapropriação de lotes, adquirir terras e resolver pendências judiciais.

No que se relaciona à regularização de recursos hídricos há que se cumprir os termos das outorgas de água dos respectivos projetos públicos de irrigação por meio do atendimento das exigências para a manutenção do direito de uso da água.

#### Especificação do Produto

Projetos públicos de irrigação com ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes realizada; retomada de lotes improdutivos; controle da aquisição e distribuição da terra; mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinanciamento das dívidas de amortização dos lotes com a criação de instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; conclusão dos processos de desapropriação de lotes, aquisição de terras e resolução de pendências judiciais; cumprimento dos termos das outorgas de água dos projetos públicos de irrigação; condicionantes ambientais atendidas.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação da Codevasf.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta por meio de seu quadro técnico, por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	01/03/2012	Término da Ação	31/12/2023
----------------	------------	-----------------	------------

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário  
0000 - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Caracterização

Unidade Medida Produto

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
132.000.000	27	01/03/2012	30/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	18 - Gestão Ambiental
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Regularização efetivada
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002 e Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e nº 237, de 19 de dezembro de 1997; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.

#### Descrição

Regularização dos projetos públicos de irrigação, no que tange ao atendimento às legislações ambientais, fundiárias e de recursos hídricos, proporcionando aos produtores as condições necessárias para a continuidade da produção e o acesso aos financiamentos bancários, que exigem a conformidade ambiental dos respectivos projetos públicos de irrigação para a liberação do crédito, condição necessária também para a certificação e comercialização de seus produtos.

No que diz respeito à regularização ambiental, a maioria dos projetos possui passivos ambientais acumulados ao longo dos anos, que, em alguns casos, vão desde a inexistência total de licenças até a falta de cumprimento de condicionantes de licenças anteriores (Licença Prévia e Licença de Instalação), descumprimentos ainda mantidos na vigência da Licença de Operação. Dentre as condicionantes presentes na maioria das licenças de operação obtidas pode-se destacar monitoramento da qualidade da água e do solo, programa de gerenciamento de resíduos, especialmente os agrotóxicos, programa de recuperação de áreas degradadas, programa de gerenciamento de áreas protegidas, incluindo o restabelecimento de APPs, aquisição e/ou complementação de áreas para compor a reserva legal dos projetos públicos de irrigação e proteção das áreas de reservas instituídas. Em relação à regularização fundiária são necessárias as seguintes providências: promover a retomada de lotes improdutivos e executar as atividades relacionadas à ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes, controle da aquisição e distribuição da terra, mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; realizar o georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinar as dívidas de amortização dos lotes; criar instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; concluir os processos de desapropriação de lotes, adquirir terras e resolver pendências judiciais.

No que se relaciona à regularização de recursos hídricos há que se cumprir os termos das outorgas de água dos respectivos projetos públicos de irrigação por meio do atendimento das exigências para a manutenção do direito de uso da água.

#### Especificação do Produto

Projetos públicos de irrigação com ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes realizada; retomada de lotes improdutivos; controle da aquisição e distribuição da terra; mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinanciamento das dívidas de amortização dos lotes com a criação de instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; conclusão dos processos de desapropriação de lotes, aquisição de terras e resolução de pendências judiciais; cumprimento dos termos das outorgas de água dos projetos públicos de irrigação; condicionantes ambientais atendidas.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência de projetos públicos de irrigação regularizados pelo DNOCS.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta por meio de seu quadro técnico, por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	01/03/2012	Término da Ação	30/12/2025
----------------	------------	-----------------	------------

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário  
0000 - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
47.060.102	37	01/03/2012	30/12/2025
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93413 - Recursos sob Supervisão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	18 - Gestão Ambiental
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Regularização efetivada
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002 e Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e nº 237, de 19 de dezembro de 1997; e Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974.

#### Descrição

Regularização dos projetos públicos de irrigação, no que tange ao atendimento às legislações ambientais, fundiárias e de recursos hídricos, proporcionando aos produtores as condições necessárias para a continuidade da produção e o acesso aos financiamentos bancários, que exigem a conformidade ambiental dos respectivos projetos públicos de irrigação para a liberação do crédito, condição necessária também para a certificação e comercialização de seus produtos.

No que diz respeito à regularização ambiental, a maioria dos projetos possui passivos ambientais acumulados ao longo dos anos, que, em alguns casos, vão desde a inexistência total de licenças até a falta de cumprimento de condicionantes de licenças anteriores (Licença Prévia e Licença de Instalação), descumprimentos ainda mantidos na vigência da Licença de Operação. Dentre as condicionantes presentes na maioria das licenças de operação obtidas pode-se destacar monitoramento da qualidade da água e do solo, programa de gerenciamento de resíduos, especialmente os agrotóxicos, programa de recuperação de áreas degradadas, programa de gerenciamento de áreas protegidas, incluindo o restabelecimento de APPs, aquisição e/ou complementação de áreas para compor a reserva legal dos projetos públicos de irrigação e proteção das áreas de reservas instituídas. Em relação à regularização fundiária são necessárias as seguintes providências: promover a retomada de lotes improdutivos e executar as atividades relacionadas à ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes, controle da aquisição e distribuição da terra, mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; realizar o georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinar as dívidas de amortização dos lotes; criar instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; concluir os processos de desapropriação de lotes, adquirir terras e resolver pendências judiciais.

No que se relaciona à regularização de recursos hídricos há que se cumprir os termos das outorgas de água dos respectivos projetos públicos de irrigação por meio do atendimento das exigências para a manutenção do direito de uso da água.

#### Especificação do Produto

Projetos públicos de irrigação com ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes realizada; retomada de lotes improdutivos; controle da aquisição e distribuição da terra; mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinanciamento das dívidas de amortização dos lotes com a criação de instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; conclusão dos processos de desapropriação de lotes, aquisição de terras e resolução de pendências judiciais; cumprimento dos termos das outorgas de água dos projetos públicos de irrigação; condicionantes ambientais atendidas.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação da Codevasf.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta por meio de seu quadro técnico, por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	01/03/2012	Término da Ação	30/12/2020
----------------	------------	-----------------	------------

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário  
0000 - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Caracterização

Unidade Medida Produto

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
132.000.000	27	01/03/2012	30/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF(53201)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Regularização efetivada
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002 e Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e nº 237, de 19 de dezembro de 1997; e Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974.

#### Descrição

Regularização dos projetos públicos de irrigação, no que tange ao atendimento às legislações ambientais, fundiárias e de recursos hídricos, proporcionando aos produtores as condições necessárias para a continuidade da produção e o acesso aos financiamentos bancários, que exigem a conformidade ambiental dos respectivos projetos públicos de irrigação para a liberação do crédito, condição necessária também para a certificação e comercialização de seus produtos.

No que diz respeito à regularização ambiental, a maioria dos projetos possui passivos ambientais acumulados ao longo dos anos, que, em alguns casos, vão desde a inexistência total de licenças até a falta de cumprimento de condicionantes de licenças anteriores (Licença Prévia e Licença de Instalação), descumprimentos ainda mantidos na vigência da Licença de Operação. Dentre as condicionantes presentes na maioria das licenças de operação obtidas pode-se destacar monitoramento da qualidade da água e do solo, programa de gerenciamento de resíduos, especialmente os agrotóxicos, programa de recuperação de áreas degradadas, programa de gerenciamento de áreas protegidas, incluindo o restabelecimento de APPs, aquisição e/ou complementação de áreas para compor a reserva legal dos projetos públicos de irrigação e proteção das áreas de reservas instituídas. Em relação à regularização fundiária são necessárias as seguintes providências: promover a retomada de lotes improdutivos e executar as atividades relacionadas à ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes, controle da aquisição e distribuição da terra, mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; realizar o georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinanciar as dívidas de amortização dos lotes; criar instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; concluir os processos de desapropriação de lotes, adquirir terras e resolver pendências judiciais.

No que se relaciona à regularização de recursos hídricos há que se cumprir os termos das outorgas de água dos respectivos projetos públicos de irrigação por meio do atendimento das exigências para a manutenção do direito de uso da água.

#### Especificação do Produto

Projetos públicos de irrigação com ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes realizada; retomada de lotes improdutivos; controle da aquisição e distribuição da terra; mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinanciamento das dívidas de amortização dos lotes com a criação de instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; conclusão dos processos de desapropriação de lotes, aquisição de terras e resolução de pendências judiciais; cumprimento dos termos das outorgas de água dos projetos públicos de irrigação; condicionantes ambientais atendidas.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação da Codevasf.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta por meio de seu quadro técnico, por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	01/03/2012	Término da Ação	31/12/2023
----------------	------------	-----------------	------------

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário  
0000 - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Caracterização

Unidade Medida Produto

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
132.000.000	27	01/03/2012	30/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Regularização efetivada
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002 e Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e nº 237, de 19 de dezembro de 1997; e Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974.

#### Descrição

Regularização dos projetos públicos de irrigação, no que tange ao atendimento às legislações ambientais, fundiárias e de recursos hídricos, proporcionando aos produtores as condições necessárias para a continuidade da produção e o acesso aos financiamentos bancários, que exigem a conformidade ambiental dos respectivos projetos públicos de irrigação para a liberação do crédito, condição necessária também para a certificação e comercialização de seus produtos.

No que diz respeito à regularização ambiental, a maioria dos projetos possui passivos ambientais acumulados ao longo dos anos, que, em alguns casos, vão desde a inexistência total de licenças até a falta de cumprimento de condicionantes de licenças anteriores (Licença Prévia e Licença de Instalação), descumprimentos ainda mantidos na vigência da Licença de Operação. Dentre as condicionantes presentes na maioria das licenças de operação obtidas pode-se destacar monitoramento da qualidade da água e do solo, programa de gerenciamento de resíduos, especialmente os agrotóxicos, programa de recuperação de áreas degradadas, programa de gerenciamento de áreas protegidas, incluindo o restabelecimento de APPs, aquisição e/ou complementação de áreas para compor a reserva legal dos projetos públicos de irrigação e proteção das áreas de reservas instituídas. Em relação à regularização fundiária são necessárias as seguintes providências: promover a retomada de lotes improdutivos e executar as atividades relacionadas à ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes, controle da aquisição e distribuição da terra, mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; realizar o georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinar as dívidas de amortização dos lotes; criar instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; concluir os processos de desapropriação de lotes, adquirir terras e resolver pendências judiciais.

No que se relaciona à regularização de recursos hídricos há que se cumprir os termos das outorgas de água dos respectivos projetos públicos de irrigação por meio do atendimento das exigências para a manutenção do direito de uso da água.

#### Especificação do Produto

Projetos públicos de irrigação com ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes realizada; retomada de lotes improdutivos; controle da aquisição e distribuição da terra; mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinanciamento das dívidas de amortização dos lotes com a criação de instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; conclusão dos processos de desapropriação de lotes, aquisição de terras e resolução de pendências judiciais; cumprimento dos termos das outorgas de água dos projetos públicos de irrigação; condicionantes ambientais atendidas.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Irigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação da Codevasf.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta por meio de seu quadro técnico, por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	01/03/2012	Término da Ação	30/12/2020
----------------	------------	-----------------	------------

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário  
0000 - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas  
Caracterização  
Unidade Medida Produto

Plano Orçamentário  
R000 - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação - Regra de Ouro  
Caracterização  
Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação - Regra de Ouro  
Unidade Medida unidade Produto Atividade realizada

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
132.000.000	27	01/03/2012	30/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos sob Supervisão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Regularização efetivada
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002 e Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e nº 237, de 19 de dezembro de 1997; e Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974.

#### Descrição

Regularização dos projetos públicos de irrigação, no que tange ao atendimento às legislações ambientais, fundiárias e de recursos hídricos, proporcionando aos produtores as condições necessárias para a continuidade da produção e o acesso aos financiamentos bancários, que exigem a conformidade ambiental dos respectivos projetos públicos de irrigação para a liberação do crédito, condição necessária também para a certificação e comercialização de seus produtos.

No que diz respeito à regularização ambiental, a maioria dos projetos possui passivos ambientais acumulados ao longo dos anos, que, em alguns casos, vão desde a inexistência total de licenças até a falta de cumprimento de condicionantes de licenças anteriores (Licença Prévia e Licença de Instalação), descumprimentos ainda mantidos na vigência da Licença de Operação. Dentre as condicionantes presentes na maioria das licenças de operação obtidas pode-se destacar monitoramento da qualidade da água e do solo, programa de gerenciamento de resíduos, especialmente os agrotóxicos, programa de recuperação de áreas degradadas, programa de gerenciamento de áreas protegidas, incluindo o restabelecimento de APPs, aquisição e/ou complementação de áreas para compor a reserva legal dos projetos públicos de irrigação e proteção das áreas de reservas instituídas. Em relação à regularização fundiária são necessárias as seguintes providências: promover a retomada de lotes improdutivos e executar as atividades relacionadas à ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes, controle da aquisição e distribuição da terra, mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; realizar o georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinanciar as dívidas de amortização dos lotes; criar instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; concluir os processos de desapropriação de lotes, adquirir terras e resolver pendências judiciais.

No que se relaciona à regularização de recursos hídricos há que se cumprir os termos das outorgas de água dos respectivos projetos públicos de irrigação por meio do atendimento das exigências para a manutenção do direito de uso da água.

#### Especificação do Produto

Projetos públicos de irrigação com ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes realizada; retomada de lotes improdutivos; controle da aquisição e distribuição da terra; mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinanciamento das dívidas de amortização dos lotes com a criação de instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; conclusão dos processos de desapropriação de lotes, aquisição de terras e resolução de pendências judiciais; cumprimento dos termos das outorgas de água dos projetos públicos de irrigação; condicionantes ambientais atendidas.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência dos projetos públicos de irrigação da Codevasf.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta por meio de seu quadro técnico, por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	01/03/2012	Término da Ação	30/12/2020
----------------	------------	-----------------	------------

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário  
0000 - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Caracterização

Unidade Medida Produto

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
132.000.000	27	01/03/2012	30/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93413 - Recursos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS(53204)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	18 - Gestão Ambiental
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Regularização efetivada
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002 e Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e nº 237, de 19 de dezembro de 1997; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.

#### Descrição

Regularização dos projetos públicos de irrigação, no que tange ao atendimento às legislações ambientais, fundiárias e de recursos hídricos, proporcionando aos produtores as condições necessárias para a continuidade da produção e o acesso aos financiamentos bancários, que exigem a conformidade ambiental dos respectivos projetos públicos de irrigação para a liberação do crédito, condição necessária também para a certificação e comercialização de seus produtos.

No que diz respeito à regularização ambiental, a maioria dos projetos possui passivos ambientais acumulados ao longo dos anos, que, em alguns casos, vão desde a inexistência total de licenças até a falta de cumprimento de condicionantes de licenças anteriores (Licença Prévia e Licença de Instalação), descumprimentos ainda mantidos na vigência da Licença de Operação. Dentre as condicionantes presentes na maioria das licenças de operação obtidas pode-se destacar monitoramento da qualidade da água e do solo, programa de gerenciamento de resíduos, especialmente os agrotóxicos, programa de recuperação de áreas degradadas, programa de gerenciamento de áreas protegidas, incluindo o restabelecimento de APPs, aquisição e/ou complementação de áreas para compor a reserva legal dos projetos públicos de irrigação e proteção das áreas de reservas instituídas. Em relação à regularização fundiária são necessárias as seguintes providências: promover a retomada de lotes improdutivos e executar as atividades relacionadas à ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes, controle da aquisição e distribuição da terra, mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; realizar o georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinar as dívidas de amortização dos lotes; criar instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; concluir os processos de desapropriação de lotes, adquirir terras e resolver pendências judiciais.

No que se relaciona à regularização de recursos hídricos há que se cumprir os termos das outorgas de água dos respectivos projetos públicos de irrigação por meio do atendimento das exigências para a manutenção do direito de uso da água.

#### Especificação do Produto

Projetos públicos de irrigação com ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes realizada; retomada de lotes improdutivos; controle da aquisição e distribuição da terra; mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos projetos públicos de irrigação; georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os projetos públicos de irrigação; refinanciamento das dívidas de amortização dos lotes com a criação de instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso; conclusão dos processos de desapropriação de lotes, aquisição de terras e resolução de pendências judiciais; cumprimento dos termos das outorgas de água dos projetos públicos de irrigação; condicionantes ambientais atendidas.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência de projetos públicos de irrigação regularizados pelo DNOCS.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta por meio de seu quadro técnico, por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	01/03/2012	Término da Ação	30/12/2025
----------------	------------	-----------------	------------

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Plano Orçamentário  
0000 - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Caracterização

Unidade Medida Produto

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
132.000.000	27	01/03/2012	30/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

14XU - Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos sob Supervisão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Estudo realizado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.		
Descrição	Elaboração de diagnósticos, estudos de reconhecimento, técnico-econômicos, de previabilidade, de viabilidade e ambientais (EIA´s), planos e projetos básicos e executivos para a implantação de empreendimentos hidroagrícolas, visando subsidiar a implantação de Projetos Públicos de Irrigação.		
Especificação do Produto	Diagnósticos, estudos de reconhecimento, técnico-econômicos, de previabilidade, de viabilidade e ambientais (EIA´s), planos e projetos básicos para serem utilizados como subsídios na confecção de Projetos Públicos de Irrigação.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Codevasf e governos dos Estados e Municípios de sua área de abrangência.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas, convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		
Início da Ação	01/01/2020	Término da Ação	31/12/2022

Plano Orçamentário			
0000 - Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
82.042.873	2	01/01/2020	31/12/2022
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

14XU - Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Estudo realizado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.		
Descrição	Elaboração de diagnósticos, estudos de reconhecimento, técnico-econômicos, de previabilidade, de viabilidade e ambientais (EIA´s), planos e projetos básicos e executivos para a implantação de empreendimentos hidroagrícolas, visando subsidiar a implantação de Projetos Públicos de Irrigação.		
Especificação do Produto	Diagnósticos, estudos de reconhecimento, técnico-econômicos, de previabilidade, de viabilidade e ambientais (EIA´s), planos e projetos básicos para serem utilizados como subsídios na confecção de Projetos Públicos de Irrigação.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Codevasf e governos dos Estados e Municípios de sua área de abrangência.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas, convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		
Início da Ação	01/01/2021	Término da Ação	31/12/2030

Plano Orçamentário			
0000 - Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
82.042.873	2	01/01/2020	31/12/2022
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Notas de usuário para este Localizador

Data	13/03/2020
Notas de usuário	Alterações no início, termino e custo total, conforme solicitação do setorial.

## Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

### 15DV - Implantação de Ações para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Momento da ação	Consolidado
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.

#### Descrição

Desenvolvimento da agricultura irrigada por meio da elaboração de projetos e estudos, implementação de infraestruturas de irrigação, de apoio a produção e aquisição de equipamentos e serviços, Implementação de unidades de referência em agricultura irrigada para transferência de tecnologia; unidades demonstrativas de irrigação, projetos de estruturação produtiva da agricultura irrigada com foco na gestão de recursos hídricos, na implementação de sistemas de irrigação mais eficientes e reúso de água para irrigação, e a elaboração de estudos e implementação de energias renováveis.

Implementação de projetos prioritários nos "Polos de Agricultura irrigada", que são aglomerados agrícolas irrigados com potencial de expansão da agricultura irrigada ou de melhoria da eficiência da irrigação e cuja presença possibilita a dinamização da economia e dos índices de desenvolvimento da população.

#### Especificação do Produto

Elaboração de estudos de aptidão ao desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada, estudos de viabilidade técnica, ambiental, hídrica e econômica ou social, estudos de impacto ambiental e projetos básicos ou executivos das infraestruturas, obras de infraestrutura de uso comum, de drenagem agrícola, de apoio à produção e das unidades parcelares e sociais, desenvolvimento de atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e capacitação de técnicos e produtores; implantação de Centros de referência de ensino em agricultura irrigada, por meio da implementação de infraestruturas de irrigação de alto padrão tecnológico em instituições de ensino (Institutos Federais, Universidades e outros), com intuito de possibilitar o acesso de profissionais a novas tecnologias propiciando a melhoria na gestão dos recursos hídricos e na capacitação profissional; implementação de Unidades Demonstrativas (UD) e de referência de agricultura irrigada com o intuito de promover a transferência de conhecimentos e tecnologias de irrigação ao produtor, conforme preconiza os artigos 15 e 30 da Lei 12.787/2013; e implementação de unidades de irrigação com água de reúso e de energia renovável.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Agricultores, técnicos, gestores e pesquisadores que atuam na agricultura irrigada.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.

Participação social	Sim
---------------------	-----

#### Outros

#### Detalhamento participação social

I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.

Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023
----------------	------------	-----------------	------------

#### Plano Orçamentário

0000 - Implantação de Ações para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

#### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

15DV - Implantação de Ações para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
20.000.000	20	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

### 15DV - Implantação de Ações para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	Crédito Adicional
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.

#### Descrição

Desenvolvimento da agricultura irrigada por meio da elaboração de projetos e estudos, implementação de infraestruturas de irrigação, de apoio a produção e aquisição de equipamentos e serviços, Implementação de unidades de referência em agricultura irrigada para transferência de tecnologia; unidades demonstrativas de irrigação, projetos de estruturação produtiva da agricultura irrigada com foco na gestão de recursos hídricos, na implementação de sistemas de irrigação mais eficientes e reúso de água para irrigação, e a elaboração de estudos e implementação de energias renováveis.

Implementação de projetos prioritários nos "Polos de Agricultura irrigada", que são aglomerados agrícolas irrigados com potencial de expansão da agricultura irrigada ou de melhoria da eficiência da irrigação e cuja presença possibilita a dinamização da economia e dos índices de desenvolvimento da população.

#### Especificação do Produto

Elaboração de estudos de aptidão ao desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada, estudos de viabilidade técnica, ambiental, hídrica e econômica ou social, estudos de impacto ambiental e projetos básicos ou executivos das infraestruturas, obras de infraestrutura de uso comum, de drenagem agrícola, de apoio à produção e das unidades parcelares e sociais, desenvolvimento de atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e capacitação de técnicos e produtores; implantação de Centros de referência de ensino em agricultura irrigada, por meio da implementação de infraestruturas de irrigação de alto padrão tecnológico em instituições de ensino (Institutos Federais, Universidades e outros), com intuito de possibilitar o acesso de profissionais a novas tecnologias propiciando a melhoria na gestão dos recursos hídricos e na capacitação profissional; implementação de Unidades Demonstrativas (UD) e de referência de agricultura irrigada com o intuito de promover a transferência de conhecimentos e tecnologias de irrigação ao produtor, conforme preconiza os artigos 15 e 30 da Lei 12.787/2013; e implementação de unidades de irrigação com água de reúso e de energia renovável.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Agricultores, técnicos, gestores e pesquisadores que atuam na agricultura irrigada.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.

Participação social	Sim
---------------------	-----

#### Outros

#### Detalhamento participação social

I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.

Início da Ação	01/10/2020	Término da Ação	30/09/2023
----------------	------------	-----------------	------------

#### Plano Orçamentário

0000 - Implantação de Ações para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

#### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

15DV - Implantação de Ações para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
		01/10/2020	30/09/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

15DV - Polos de Agricultura Irrigada

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade

Base legal  
Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.

Descrição  
Implementação de projetos prioritários nos “Polos de Agricultura irrigada”, que são aglomerados agrícolas irrigados com potencial de expansão da agricultura irrigada ou de melhoria da eficiência da irrigação e cuja presença possibilita a dinamização da economia e dos índices de desenvolvimento da população. A iniciativa foi instituída pela Portaria MDR nº 1.82, de 25 de abril de 2019, e faz parte integrante das ações de implementação da Política Nacional de irrigação, Lei nº 12.787/13, e de incentivo ao desenvolvimento regional no âmbito do MDR.

A ação tem o objetivo de desenvolvimento da agricultura irrigada por meio da elaboração de projetos e estudos, implementação de infraestruturas de irrigação, de apoio à produção e aquisição de equipamentos e serviços, implementação de unidades de referência em agricultura irrigada para transferência de tecnologia, unidades demonstrativas de irrigação, projetos de estruturação produtiva da agricultura irrigada com foco na gestão de recursos hídricos, na implementação de sistemas de irrigação mais eficientes e reúso de água para irrigação, e a elaboração de estudos e implementação de energias renováveis.

Especificação do Produto  
Elaboração de estudos de aptidão ao desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada, estudos de viabilidade técnica, ambiental, hídrica e econômica ou social, estudos de impacto ambiental, estudos de mapeamento e eficiência energéticas e projetos básicos ou executivos das infraestruturas, obras de infraestrutura de uso comum, de drenagem agrícola, de apoio à produção, desenvolvimento de atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e capacitação de técnicos e produtores. Implantação de Centros de referência de ensino em agricultura irrigada, por meio da implementação de infraestruturas de irrigação de alto padrão tecnológico em instituições de ensino (Institutos Federais, Universidades e outros), com intuito de possibilitar o acesso de profissionais às novas tecnologias, propiciando a melhoria na gestão dos recursos hídricos e na capacitação profissional. Implementação de Unidades Demonstrativas (UD) e de referência de agricultura irrigada com o intuito de promover a transferência de conhecimentos e tecnologias de irrigação ao produtor, conforme preconiza os artigos 15 e 30 da Lei 12.787/2013. Implementação de unidades de irrigação com água de reúso e de energia renovável.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

Beneficiário  
Agricultores, técnicos, gestores e pesquisadores que atuam na agricultura irrigada.

Tipo de implementação  
Direta Descentralizada

Implementação da Ação  
Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.

Participação social  
Sim

Outros

Detalhamento participação social  
I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.

Início da Ação 04/01/2021 Término da Ação 29/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Polos de Agricultura Irrigada	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

15DV - Polos de Agricultura Irrigada



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

15DV - Polos de Agricultura Irrigada

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade
Base legal	Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.
Descrição	<p>Implementação de projetos prioritários nos “Polos de Agricultura irrigada”, que são aglomerados agrícolas irrigados com potencial de expansão da agricultura irrigada ou de melhoria da eficiência da irrigação e cuja presença possibilita a dinamização da economia e dos índices de desenvolvimento da população. A iniciativa foi instituída pela Portaria MDR nº 1.82, de 25 de abril de 2019, e faz parte integrante das ações de implementação da Política Nacional de irrigação, Lei nº 12.787/13, e de incentivo ao desenvolvimento regional no âmbito do MDR.</p> <p>A ação tem o objetivo de desenvolvimento da agricultura irrigada por meio da elaboração de projetos e estudos, implementação de infraestruturas de irrigação, de apoio à produção e aquisição de equipamentos e serviços, implementação de unidades de referência em agricultura irrigada para transferência de tecnologia, unidades demonstrativas de irrigação, projetos de estruturação produtiva da agricultura irrigada com foco na gestão de recursos hídricos, na implementação de sistemas de irrigação mais eficientes e reúso de água para irrigação, e a elaboração de estudos e implementação de energias renováveis.</p>
Especificação do Produto	<p>Elaboração de estudos de aptidão ao desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada, estudos de viabilidade técnica, ambiental, hídrica e econômica ou social, estudos de impacto ambiental, estudos de mapeamento e eficiência energéticas e projetos básicos ou executivos das infraestruturas, obras de infraestrutura de uso comum, de drenagem agrícola, de apoio à produção, desenvolvimento de atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e capacitação de técnicos e produtores. Implantação de Centros de referência de ensino em agricultura irrigada, por meio da implementação de infraestruturas de irrigação de alto padrão tecnológico em instituições de ensino (Institutos Federais, Universidades e outros), com intuito de possibilitar o acesso de profissionais às novas tecnologias, propiciando a melhoria na gestão dos recursos hídricos e na capacitação profissional. Implementação de Unidades Demonstrativas (UD) e de referência de agricultura irrigada com o intuito de promover a transferência de conhecimentos e tecnologias de irrigação ao produtor, conforme preconiza os artigos 15 e 30 da Lei 12.787/2013. Implementação de unidades de irrigação com água de reúso e de energia renovável.</p>
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Agricultores, técnicos, gestores e pesquisadores que atuam na agricultura irrigada.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.
Participação social	Sim
Outros	
Detalhamento participação social	I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.
Início da Ação	04/01/2020
Término da Ação	20/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Polos de Agricultura Irrigada	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

15DV - Polos de Agricultura Irrigada

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

15DV - Polos de Agricultura Irrigada

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta(53101)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade
Base legal	Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.
Descrição	<p>Implementação de projetos prioritários nos “Polos de Agricultura irrigada”, que são aglomerados agrícolas irrigados com potencial de expansão da agricultura irrigada ou de melhoria da eficiência da irrigação e cuja presença possibilita a dinamização da economia e dos índices de desenvolvimento da população. A iniciativa foi instituída pela Portaria MDR nº 1.82, de 25 de abril de 2019, e faz parte integrante das ações de implementação da Política Nacional de irrigação, Lei nº 12.787/13, e de incentivo ao desenvolvimento regional no âmbito do MDR.</p> <p>A ação tem o objetivo de desenvolvimento da agricultura irrigada por meio da elaboração de projetos e estudos, implementação de infraestruturas de irrigação, de apoio à produção e aquisição de equipamentos e serviços, implementação de unidades de referência em agricultura irrigada para transferência de tecnologia, unidades demonstrativas de irrigação, projetos de estruturação produtiva da agricultura irrigada com foco na gestão de recursos hídricos, na implementação de sistemas de irrigação mais eficientes e reúso de água para irrigação, e a elaboração de estudos e implementação de energias renováveis.</p>
Especificação do Produto	<p>Elaboração de estudos de aptidão ao desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada, estudos de viabilidade técnica, ambiental, hídrica e econômica ou social, estudos de impacto ambiental, estudos de mapeamento e eficiência energéticas e projetos básicos ou executivos das infraestruturas, obras de infraestrutura de uso comum, de drenagem agrícola, de apoio à produção, desenvolvimento de atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e capacitação de técnicos e produtores. Implantação de Centros de referência de ensino em agricultura irrigada, por meio da implementação de infraestruturas de irrigação de alto padrão tecnológico em instituições de ensino (Institutos Federais, Universidades e outros), com intuito de possibilitar o acesso de profissionais às novas tecnologias, propiciando a melhoria na gestão dos recursos hídricos e na capacitação profissional. Implementação de Unidades Demonstrativas (UD) e de referência de agricultura irrigada com o intuito de promover a transferência de conhecimentos e tecnologias de irrigação ao produtor, conforme preconiza os artigos 15 e 30 da Lei 12.787/2013. Implementação de unidades de irrigação com água de reúso e de energia renovável.</p>
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Agricultores, técnicos, gestores e pesquisadores que atuam na agricultura irrigada.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.
Participação social	Sim
Outros	
Detalhamento participação social	I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação, realizado em Brasília, em 2013.
Início da Ação	04/01/2021
Término da Ação	29/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Polos de Agricultura Irrigada	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

15DV - Polos de Agricultura Irrigada

Ação Orçamentária

1686 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Marituba com 3.136 ha no Estado de Alagoas

Momento da ação	Consolidado
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto executado
Unidade de Medida	percentual de execução física
Base legal	
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.	

**Descrição**  
Implantação do Projeto Público de Irrigação Marituba, incluindo: conclusão do projeto executivo das obras de infraestrutura de irrigação de uso comum, piscicultura e bovinocultura, para 3.136 ha; execução de obras civis, fornecimento e montagem de equipamentos para captação, adução e distribuição de água para irrigação, piscicultura e bovinocultura, rede viária, rede de drenagem e suprimento de energia; aquisição de terras; e elaboração de estudos ambientais, implantação de medidas mitigadoras e atendimento à legislação ambiental.  
Essa ação visa promover o assentamento de 350 pequenos produtores em lotes de 5 ha; implantar projeto de agricultura irrigada em 85 glebas de propriedades privadas com 24 ha em média; dar condições de exploração agrícola a 134 pequenos produtores sem-terra acampados na área da EMBRAPA/APEAL, dividida em lotes de 2,5 ha, além da implantação de 770 ha de piscicultura e 376 de bovinocultura.

Especificação do Produto			
Implantação de obras de infraestrutura de irrigação de uso comum em uma área de 3.136 ha.			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário			
Irrigantes e população da área de abrangência do Projeto Público de Irrigação Marituba, no Estado de Alagoas.			
Tipo de implementação	Direta		
Implementação da Ação			
Execução direta, por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas, para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.			
Participação social	Não		
Início da Ação	01/10/1999	Término da Ação	31/12/2020

Plano Orçamentário			
0000 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Marituba com 3.136 ha no Estado de Alagoas			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0027 - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
19.857.068	100	01/10/1999	31/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	

Ação Orçamentária

1692 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Salitre com 25.323 ha no Estado da Bahia

Momento da ação	Consolidado		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto executado		
Unidade de Medida	percentual de execução física		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.		
Descrição	Implantação de 24.504,90 ha irrigáveis, compreendendo Elaboração de Estudos, Projetos, Programas. Elaboração de Estudos e Projetos de: Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental. Projetos: Anteprojetos de Engenharia; Projetos Básicos; Projetos Executivos. Levantamentos e Cadastramentos fundiários, destinados à aquisição de terras. Elaboração e implementação de planos e programas ambientais, cumprimento de compensação e condicionantes ambientais e pagamento de taxas, impostos, aquisição de terras e implantação da infraestrutura básica de uso comum. Implantação de Obras Civis bem como o fornecimento e montagem de equipamentos para captação, adução e distribuição de água para irrigação, piscicultura e bovinocultura. A implementação da rede viária e da rede de drenagem, suprimento de energia (eletrificação), automação. Supervisão e Gerenciamento de Obras e demais obras complementares necessárias e ações de pré operação.		
Especificação do Produto	Implantação de 24.504,90 ha, compreendendo estudos e projetos, aquisição de terras, a implantação da infraestrutura básica de uso comum, envolvendo ainda, operação, manutenção, vigilância, pagamento de, impostos, taxas, assim como suprimento de energia elétrica.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Irigantes e população da área de abrangência do Projeto Público de Irrigação Salitre, no Estado da Bahia.		
Tipo de implementação	Direta		
Implementação da Ação	Execução direta, por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas, para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		
Início da Ação	31/03/1998	Término da Ação	31/12/2021

Plano Orçamentário			
0000 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Salitre com 25.323 ha no Estado da Bahia			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
458.667.994	100	31/03/1998	31/12/2021
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	451 - Infra-Estrutura Urbana		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts.21 e 23; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Implantação e qualificação de infraestrutura viária urbana de forma integral contemplando a pavimentação, calçamento, sinalização viária, acessibilidade e demais soluções para deslocamento de pessoas e cargas.		
Especificação do Produto	projeto apoiado		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Famílias residentes na área de intervenção.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	Para transferência de recursos do Orçamento Geral da União (OGU), o Ministério do Desenvolvimento Regional disponibiliza Manual Operativo de Programa/Ação, onde são estabelecidos os requisitos necessários para apresentação e aprovação das propostas. A apresentação das propostas deverá ser empreendida mediante inserção da proposta na Plataforma Mais Brasil. O proponente das iniciativas selecionadas deverá apresentar, dentro do prazo estabelecido no calendário, o plano de trabalho, o projeto técnico da iniciativa e os demais documentos exigidos pela legislação pertinente. Os proponentes de projetos aprovados tecnicamente firmarão contrato de repasse com a Caixa Econômica Federal para implementação da iniciativa, que atuará na condição de mandatária contratada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. As liberações das parcelas financeiras serão efetuadas mediante medição das etapas de execução do empreendimento e apresentação de relatório de execução, os quais deverão ser devidamente atestados pela mandatária.		
Participação social	Não		
Início da Ação	Término da Ação		

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBAC - Emenda de Bancada do Estado do Acre	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado do Acre	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Plano Orçamentário	
EBAM - Emenda de Bancada do Estado do Amazonas	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado do Amazonas	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBDF - Emenda de Bancada no Distrito Federal	
Caracterização	
Emenda de Bancada no Distrito Federal	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBPA - Emenda de Bancada do Estado do Pará	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado do Pará	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBPE - Emenda de Bancada do Estado de Pernambuco	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado de Pernambuco	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBPR - Emenda de Bancada do Estado do Paraná	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado do Paraná	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBRN - Emenda de Bancada do Estado do Rio Grande do Norte	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado do Rio Grande do Norte	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBRR - Emenda de Bancada do Estado de Roraima	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado de Roraima	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBSP - Emenda de Bancada do Estado de São Paulo	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado de São Paulo	
Unidade Medida	Produto

Notas de usuário para esta Ação	
Data	19/03/2019
Notas de usuário	Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o detalhamento da implementação foi adequado à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.



Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Localizador 0012 - No Estado do Acre			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	-	

Localizador 0014 - No Estado de Roraima			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	-	

Localizador 0015 - No Estado do Pará			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Pará	-	

Localizador 0016 - No Estado do Amapá			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Amapá	-	

Localizador 0017 - No Estado do Tocantins			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Tocantins	-	

Localizador 0021 - No Estado do Maranhão			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Maranhão	-	

Localizador 0022 - No Estado do Piauí			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	-	

Localizador 0023 - No Estado do Ceará			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 0024 - No Estado do Rio Grande do Norte			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Rio Grande do Norte	-	

Localizador 0025 - No Estado da Paraíba			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Paraíba	-	

Localizador 0026 - No Estado de Pernambuco			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	-	

Localizador 0027 - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	

Localizador 0028 - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	-	

Localizador 0032 - No Estado do Espírito Santo			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Espírito Santo	-	

Localizador 0033 - No Estado do Rio de Janeiro			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Rio de Janeiro	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 0035 - No Estado de São Paulo			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	-	

Localizador 0040 - Na Região Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	-	-	

Localizador 0041 - No Estado do Paraná			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Paraná	-	

Localizador 0042 - No Estado de Santa Catarina			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Santa Catarina	-	

Localizador 0043 - No Estado do Rio Grande do Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Rio Grande do Sul	-	

Localizador 0052 - No Estado de Goiás			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Goiás	-	

Localizador 0053 - No Distrito Federal			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Distrito Federal	-	

Localizador 0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	-	

Localizador 0101 - No Município de Ariquemes - RO			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Rondônia	Ariquemes	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 0157 - No Município de Cruzeiro do Sul - AC			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	Cruzeiro do Sul	

Localizador 0166 - No Município de Rio Branco - AC			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	Rio Branco	

Localizador 0169 - No Município de Senador Guiomard - AC			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	Senador Guiomard	

Localizador 0170 - No Município de Sena Madureira - AC			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	Sena Madureira	

Localizador 0171 - No Município de Tarauacá - AC			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	Tarauacá	

Localizador 0202 - No Município de Itacoatiara - AM			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Amazonas	Itacoatiara	

Localizador 0208 - No Município de Lábrea - AM			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Amazonas	Lábrea	

Localizador 0237 - No Município de Alto Alegre - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Alto Alegre	

Localizador 0238 - No Município de Boa Vista - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Boa Vista	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 0241 - No Município de Caracará - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Caracará	

Localizador 0402 - No Município de Macapá - AP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Amapá	Macapá	

Localizador 0542 - No Município de Palmas - TO			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Tocantins	Palmas	

Localizador 0929 - No Município de Piripiri - PI			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	Piripiri	

Localizador 1009 - No Município de Aurora - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Aurora	

Localizador 1013 - No Município de Barreira - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Barreira	

Localizador 1019 - No Município de Boa Viagem - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Boa Viagem	

Localizador 1027 - No Município de Caririaçu - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Caririaçu	

Localizador 1030 - No Município de Cascavel - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Cascavel	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 1043 - No Município de Deputado Irapuan Pinheiro - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Deputado Irapuan Pinheiro	

Localizador 1053 - No Município de Granja - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Granja	

Localizador 1059 - No Município de Hidrolândia - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Hidrolândia	

Localizador 1072 - No Município de Iracema - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Iracema	

Localizador 1073 - No Município de Irauçuba - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Irauçuba	

Localizador 1084 - No Município de Jaguaruana - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Jaguaruana	

Localizador 1096 - No Município de Martinópole - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Martinópole	

Localizador 1109 - No Município de Mucambo - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Mucambo	

Localizador 1117 - No Município de Pacatuba - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Pacatuba	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 1128 - No Município de Pentecoste - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Pentecoste	

Localizador 1131 - No Município de Piquet Carneiro - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Piquet Carneiro	

Localizador 1136 - No Município de Potiretama - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Potiretama	

Localizador 1141 - No Município de Quixeré - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Quixeré	

Localizador 1149 - No Município de Santa Quitéria - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Santa Quitéria	

Localizador 1161 - No Município de Tauá - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Tauá	

Localizador 1164 - No Município de Trairi - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Trairi	

Localizador 1170 - No Município de Uruoca - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Uruoca	

Localizador 1183 - No Município de Apodi - RN			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Rio Grande do Norte	Apodi	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 1261 - No Município de Mossoró - RN			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Rio Grande do Norte	Mossoró	

Localizador 1262 - No Município de Natal - RN			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Rio Grande do Norte	Natal	

Localizador 1296 - No Município de Santa Cruz - RN			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Rio Grande do Norte	Santa Cruz	

Localizador 1392 - No Município de Campina Grande - PB			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Paraíba	Campina Grande	

Localizador 1651 - No Município de Jaboatão dos Guararapes - PE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	Jaboatão dos Guararapes	

Localizador 1684 - No Município de Paudalho - PE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	Paudalho	

Localizador 1685 - No Município de Paulista - PE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	Paulista	

Localizador 1721 - No Município de Serra Talhada - PE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	Serra Talhada	

Localizador 1941 - No Município de Andorinha - BA			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	Andorinha	



Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 2018 - No Município de Catu - BA			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	Catu	

Localizador 2035 - No Município de Coribe - BA			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	Coribe	

Localizador 2045 - No Município de Dias d'Ávila - BA			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	Dias d'Ávila	

Localizador 2061 - No Município de Gandu - BA			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	Gandu	

Localizador 2100 - No Município de Itabela - BA			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	Itabela	

Localizador 2156 - No Município de Lauro de Freitas - BA			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	Lauro de Freitas	

Localizador 2181 - No Município de Miguel Calmon - BA			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	Miguel Calmon	

Localizador 2275 - No Município de Santo Antônio de Jesus - BA			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	Santo Antônio de Jesus	

Localizador 2338 - No Município de Vitória da Conquista - BA			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	Vitória da Conquista	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 2541 - No Município de Congonhas - MG			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	Congonhas	

Localizador 2649 - No Município de Galiléia - MG			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	Galiléia	

Localizador 2699 - No Município de Ipatinga - MG			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	Ipatinga	

Localizador 2809 - No Município de Martinho Campos - MG			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	Martinho Campos	

Localizador 3200 - No Município de Alfredo Chaves - ES			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Espírito Santo	Alfredo Chaves	

Localizador 3295 - No Município de Conceição de Macabu - RJ			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Rio de Janeiro	Conceição de Macabu	

Localizador 3308 - No Município de Japeri - RJ			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Rio de Janeiro	Japeri	

Localizador 3341 - No Município do Rio de Janeiro - RJ			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	

Localizador 3387 - No Município de Amparo - SP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	Amparo	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 3474 - No Município de Campinas - SP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	Campinas	

Localizador 3511 - No Município de Cravinhos - SP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	Cravinhos	

Localizador 3553 - No Município de Franco da Rocha - SP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	Franco da Rocha	

Localizador 3595 - No Município de Igarapava - SP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	Igarapava	

Localizador 3663 - No Município de Lagoinha - SP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	Lagoinha	

Localizador 3928 - No Município de São Paulo - SP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	São Paulo	

Localizador 3935 - No Município de São Vicente - SP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	São Vicente	

Localizador 3950 - No Município de Suzano - SP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	Suzano	

Localizador 3982 - No Município de Tupã - SP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	Tupã	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 4097 - No Município de Coronel Vivida - PR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Paraná	Coronel Vivida	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	451 - Infra-Estrutura Urbana		
Unidade Responsável	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Constituição Federal de 1988, art. 43; Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.		
Descrição	Implantação e qualificação de infraestrutura viária urbana de forma integral contemplando a pavimentação, calçamento, sinalização viária, acessibilidade e demais soluções para deslocamento de pessoas e cargas.		
Especificação do Produto	projeto apoiado		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Famílias residentes na área de intervenção.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	A SUDAM apoiará municípios, estados, entidades metropolitanas e Distrito Federal na implementação de projetos e obras de reabilitação urbana. O apoio poderá ser viabilizado via contratação direta, execução descentralizada e outros tipos de transferências legais.		
Participação social	Não		
Início da Ação	01/01/2021	Término da Ação	31/12/2021

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	451 - Infra-Estrutura Urbana		
Unidade Responsável			
Tipo de ação	Projeto		
Origem	Emenda		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal			
Descrição	FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO, POR MEIO DE PROJETOS DEMANDADOS PELOS ENTES FEDERADOS E APORTES DE RECURSOS, DE AÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, DRENAGEM URBANA, SANEAMENTO INTEGRADO, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PLANOS E PROJETOS, PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO DE VIAS URBANAS, TRANSPORTE PÚBLICO, ACESSIBILIDADE, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ACESSO À MORADIA E URBANIZAÇÃO, DENTRE OUTRAS CARACTERIZADAS COMO DESENVOLVIMENTO URBANO, VISANDO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS, DE HABITABILIDADE, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANAS.		
Especificação do Produto			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário			
Tipo de implementação			
Implementação da Ação			
Participação social	Não		
Início da Ação	Término da Ação		
Plano Orçamentário			
0000 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Despesas Diversas			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBMA - Emenda de Bancada do Estado do Maranhão			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado do Maranhão			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0021 - No Estado do Maranhão			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Maranhão	-	

Ação Orçamentária

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Localizador 0022 - No Estado do Piauí			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	-	

Localizador 0028 - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	-	

Localizador 0040 - Na Região Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	-	-	

Localizador 0052 - No Estado de Goiás			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Goiás	-	

Localizador 1584 - No Município de Bezerros - PE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	Bezerros	

Localizador 1849 - No Município de União dos Palmares - AL			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	União dos Palmares	

Localizador 7011 - Na Região Metropolitana de São Luís - No Estado do Maranhão			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Maranhão	-	

Ação Orçamentária

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano



Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Momento da ação	Órgão Setorial
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	451 - Infra-Estrutura Urbana
Unidade Responsável	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade

Base legal  
CF/1988,art. 21 e art. 23; Lei Complementar nº 124/2007, art. 4º.

Descrição  
Formulação e implementação, por meio de projetos demandados pelos entes federados e aportes de recursos, de ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos, drenagem urbana, saneamento integrado, elaboração de estudos, planos e projetos, pavimentação e calçamento de vias urbanas, transporte público, acessibilidade, regularização fundiária, acesso à moradia e urbanização, dentre outras caracterizadas como desenvolvimento urbano, visando a melhoria das condições sanitárias, de habitabilidade, mobilidade e acessibilidade urbanas.

Especificação do Produto  
projeto apoiado  
Ação de Insumo Estratégico Não Regionalização na Execução Não

Beneficiário  
População da Amazônia Legal.  
Tipo de implementação Direta Descentralizada  
Implementação da Ação  
Execução direta ou descentralizada (repasse de recursos a municípios, estados ou consórcios públicos).

Participação social Não  
Início da Ação 01/01/2020 Término da Ação 31/12/2020

Plano Orçamentário  
0000 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Caracterização  
Unidade Medida Produto

Localizador	6000 - Na Amazônia Legal		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
4.000.000	4	01/01/2020	31/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária

1012 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixo Acaraú - 2ª Etapa - com 4.168 ha no Estado do Ceará

Momento da ação	Consolidado		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Diretoria de Infraestrutura Hídrica		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto executado		
Unidade de Medida	percentual de execução física		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.		
Descrição	<p>Implantação da infraestrutura do Projeto Baixo Acaraú, relativa à 2ª Etapa - 4.168ha, compreendendo canais, adutoras, estações de bombeamento, drenos, vertedouros, reservatórios, descargas de segurança, automação, núcleos habitacionais, rede on farm, rede viária, redes de energia e de irrigação nas áreas irrigáveis selecionadas. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial.</p> <p>Esse projeto visa promover a irrigação de mais 4.168ha em área correspondente à 2ª Etapa do Projeto, aproveitando o potencial da Bacia do Vale do Acaraú, contribuindo para elevar a produção e a produtividade das safras agrícolas, bem como aumentar a oferta de alimentos básicos e fruticultura de exportação, mediante incentivo à irrigação e o fomento à geração de emprego e renda.</p>		
Especificação do Produto	Execução das obras civis, aquisição e montagem de equipamentos elétricos e hidromecânicos, estudos ambientais complementares e execução das medidas mitigadoras, ações sociais e desapropriação.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	A população beneficiada está estimada em 60.000 pessoas, na área de abrangência do Projeto Público de Irrigação Baixo Acaraú, no Estado do Ceará, e prevê-se a geração de 12.000 empregos, entre diretos e indiretos, e uma renda bruta da ordem de R\$ 40.000.000,00.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou através de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		
Início da Ação	28/02/2007	Término da Ação	30/12/2020

Plano Orçamentário			
0000 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixo Acaraú - 2ª Etapa - com 4.168 ha no Estado do Ceará			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0023 - No Estado do Ceará			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
233.271.737	100	28/02/2007	30/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	-	

Ação Orçamentária

1021 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha no Estado do Piauí

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Diretoria de Infraestrutura Hídrica		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto executado		
Unidade de Medida	percentual de execução física		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.		
Descrição	Implantação de 5.985ha com a utilização de modernas tecnologias de irrigação do tipo microaspersão e gotejamento, compreendendo as seguintes obras: rede de adução e de distribuição de água; suprimento elétrico e drenagem; aquisição montagem de equipamentos parcelares para pequenos irrigantes; aquisição e montagem de equipamentos parcelares para pequenos irrigantes; aquisição e montagem eletromecânica da estação de bombeamento principal e da modernização das estações existentes. Inclui ainda administração fundiária, reassentamento da população afetada, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial. Este projeto visa incrementar o processo produtivo da região com mais 5.985ha de irrigação, com a utilização de metodologias modernas de irrigação localizada.		
Especificação do Produto	Projeto Público de irrigação localizada com extensão de 5.985ha, incluindo a execução das obras civis, aquisição e montagem de equipamentos elétricos e hidromecânicos, estudos ambientais complementares, execução das medidas mitigadoras, ações sociais e desapropriação.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	A população beneficiada está estimada em 25.000 pessoas, na área de abrangência do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa, no Estado do Piauí, e prevê-se a geração de 1.960 empregos diretos e 3.920 indiretos		
Tipo de implementação	Direta		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico do Órgão e/ou através de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		
Início da Ação	28/02/2007	Término da Ação	31/12/2021

Plano Orçamentário			
0000 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha no Estado do Piauí			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0022 - No Estado do Piauí			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
309.661.701	100	28/02/2007	30/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	-	

Ação Orçamentária

1025 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Araras Norte - 2ª Etapa - com 1.619 ha no Estado do Ceará

Momento da ação	Consolidado		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Diretoria de Infraestrutura Hídrica		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto executado		
Unidade de Medida	percentual de execução física		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.		
Descrição	<p>Implantação da 2ª etapa do Projeto Público de Irrigação Araras Norte, adicionando 1.619 ha ao projeto, totalizando 3.225 ha, compreendendo a implantação de rede elétrica, estações setoriais de bombeamento e de rede de distribuição de água, aquisição e montagem do equipamento parcelar para pequenos irrigantes, e execução da rede de drenagem. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial das delegatárias da gestão do projeto público de irrigação, execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso comum; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas.</p> <p>A ação visa implantar 1.619 ha de área irrigada na região norte do Estado do Ceará, aproveitando o potencial da Bacia do Vale do Acaraú, contribuindo para elevar a produção e a produtividade das safras agrícolas, bem como aumentar a oferta de alimentos básicos mediante incentivo à irrigação e o fomento à geração de emprego e renda.</p>		
Especificação do Produto	<p>2ª etapa da infraestrutura do Projeto de Irrigação Araras Norte implantada com 1.619 ha, incluindo o fornecimento e montagem de "by-pass" para EBP da 2ª etapa, 16 Km de rede de eletrificação, 16 Km de cercas de contorno, contrução de EB's individuais, serviços e obras complementares e reloteamento dos setores 5, 6, 7 e 8 da etapa.</p>		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	<p>A população beneficiada está estimada em 8.070 pessoas, na área de abrangência do Projeto Público de Irrigação Araras Norte - 2ª Etapa, no Estado do Ceará, e prevê-se a geração de 1.345 empregos diretos e 2.690 indiretos.</p>		
Tipo de implementação	Direta		
Implementação da Ação	<p>Execução direta por meio do próprio quadro técnico do Órgão e/ou por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.</p>		
Participação social	Não		
Início da Ação	31/07/2008	Término da Ação	30/12/2021

Plano Orçamentário

0000 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Araras Norte - 2ª Etapa - com 1.619 ha no Estado do Ceará

Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	0023 - No Estado do Ceará		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
34.100.653	100	31/07/2008	30/12/2021
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	-	

Ação Orçamentária

1025 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Araras Norte - 2ª Etapa - com 1.619 ha no Estado do Ceará

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20EY - Administração de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação mantido
Unidade de Medida	unidade
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.
Descrição	Operação e manutenção de Projetos Públicos de irrigação, para viabilizar a produção dos projetos públicos de irrigação de interesse eminentemente social, visando garantir sua gestão operacional, bem como a manutenção e a melhoria de suas condições produtivas, por meio de apoio à administração, execução de obras para a operação, manutenção e recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos projetos públicos de irrigação (energia elétrica), atividades de prestação de assistência técnica e atividades de organização de produtores, regularização fundiária, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento das condicionantes ambientais, capacitação de técnicos e agricultores, recuperação das estruturas já implementadas dos Projetos Públicos de Irrigação (reservatórios, canais, adutoras, sistemas de bombeamento, diques, estradas, etc) e implantação de novos sistemas que garantam a otimização e atualização do empreendimento (tais como novos sistemas de captação, drenagem, etc), gerando acréscimo na produtividade e qualidade das culturas.
Especificação do Produto	Operação e manutenção de Projetos Públicos de irrigação, com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos projetos públicos de irrigação e prestação de assistência técnica aos produtores.
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Irigantes e população da área de abrangência de Projetos Públicos de irrigação de interesse eminentemente social atendida pela CODEVASF.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou através de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.
Participação social	Não

---

Plano Orçamentário	
0000 - Administração de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

---

Plano Orçamentário	
0001 - Perímetros Públicos de Irrigação Sociais – Codevasf	
Caracterização	
Operação, conservação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação de interesse social da Codevasf (Propriá-SE, Cotinguiaba-Pindoba-SE, Betume-SE, Boacica-AL, Itiúba-AL e Jacaré-Curituba-SE) com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos perímetros (energia elétrica, vigilância, custeio administrativo) e prestação de assistência técnica aos produtores.	
Unidade Medida	unidade
Produto	Perímetro irrigado mantido

Plano Orçamentário

0002 - Perímetros Públicos de Irrigação Sociais – Sistema Itaparica

Caracterização

Operação, conservação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação de interesse social do Sistema Itaparica – antigo Termo de Cooperação CV- I - 92.2006.4630.00(CHESF/CODEVASF) - Programa de Reassentamento de Itaparica (Apolônio Sales-PE, Barreiras-PE, Brígida-PE, Caraibas-PE, Icó-Mandantes-PE, Manga de Baixo-PE, Glória-BA, Pedra Branca-BA e Rodelas-BA) com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos perímetros (energia elétrica, vigilância, custeio administrativo) e prestação de assistência técnica aos produtores.

Unidade Medida <span>unidade</span>		Produto <span>Perímetro irrigado mantido</span>	
Localizador <span>0020 - Na Região Nordeste</span>			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
<span>Região Nordeste</span>	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20EY - Administração de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF(53201)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação mantido
Unidade de Medida	unidade

Base legal  
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.

Descrição  
Operação e manutenção de Projetos Públicos de irrigação, para viabilizar a produção dos projetos públicos de irrigação de interesse eminentemente social, visando garantir sua gestão operacional, bem como a manutenção e a melhoria de suas condições produtivas, por meio de apoio à administração, execução de obras para a operação, manutenção e recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos projetos públicos de irrigação (energia elétrica), atividades de prestação de assistência técnica e atividades de organização de produtores, regularização fundiária, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento das condicionantes ambientais, capacitação de técnicos e agricultores, recuperação das estruturas já implementadas dos Projetos Públicos de Irrigação (reservatórios, canais, adutoras, sistemas de bombeamento, diques, estradas, etc) e implantação de novos sistemas que garantam a otimização e atualização do empreendimento (tais como novos sistemas de captação, drenagem, etc), gerando acréscimo na produtividade e qualidade das culturas.

Especificação do Produto  
Operação e manutenção de Projetos Públicos de irrigação, com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos projetos públicos de irrigação e prestação de assistência técnica aos produtores.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

Beneficiário  
Irrigantes e população da área de abrangência de Projetos Públicos de irrigação de interesse eminentemente social atendida pela CODEVASF.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

Implementação da Ação  
Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou através de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Plano Orçamentário	
0000 - Administração de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0001 - Perímetros Públicos de Irrigação Sociais – Codevasf	
Caracterização	
Operação, conservação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação de interesse social da Codevasf (Propriá-SE, Cotinguiba-Pindoba-SE, Betume-SE, Boacica-AL, Itiúba-AL e Jacaré-Curituba-SE) com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos perímetros (energia elétrica, vigilância, custeio administrativo) e prestação de assistência técnica aos produtores.	
Unidade Medida	Produto
unidade	Perímetro irrigado mantido



Plano Orçamentário

0002 - Perímetros Públicos de Irrigação Sociais – Sistema Itaparica

Caracterização

Operação, conservação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação de interesse social do Sistema Itaparica – antigo Termo de Cooperação CV- I - 92.2006.4630.00(CHESF/CODEVASF) - Programa de Reassentamento de Itaparica (Apolônio Sales-PE, Barreiras-PE, Brígida-PE, Caraibas-PE, Icó-Mandantes-PE, Manga de Baixo-PE, Glória-BA, Pedra Branca-BA e Rodelas-BA) com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos perímetros (energia elétrica, vigilância, custeio administrativo) e prestação de assistência técnica aos produtores.

Unidade Medida	unidade	Produto	Perímetro irrigado mantido
Localizador 0020 - Na Região Nordeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20EY - Administração de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação mantido
Unidade de Medida	unidade
Base legal	
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.	

Descrição			
Operação e manutenção de Projetos Públicos de irrigação, para viabilizar a produção dos projetos públicos de irrigação de interesse eminentemente social, visando garantir sua gestão operacional, bem como a manutenção e a melhoria de suas condições produtivas, por meio de apoio à administração, execução de obras para a operação, manutenção e recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos projetos públicos de irrigação (energia elétrica), atividades de prestação de assistência técnica e atividades de organização de produtores, regularização fundiária, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento das condicionantes ambientais, capacitação de técnicos e agricultores, recuperação das estruturas já implementadas dos Projetos Públicos de Irrigação (reservatórios, canais, adutoras, sistemas de bombeamento, diques, estradas, etc) e implantação de novos sistemas que garantam a otimização e atualização do empreendimento (tais como novos sistemas de captação, drenagem, etc), gerando acréscimo na produtividade e qualidade das culturas.			
Especificação do Produto			
Operação e manutenção de Projetos Públicos de irrigação, com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos projetos públicos de irrigação e prestação de assistência técnica aos produtores.			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário			
Irigantes e população da área de abrangência de Projetos Públicos de irrigação de interesse eminentemente social atendida pela CODEVASF.			
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação			
Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou através de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.			
Participação social	Não		

Plano Orçamentário	
0000 - Administração de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0001 - Perímetros Públicos de Irrigação Sociais – Codevasf	
Caracterização	
Operação, conservação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação de interesse social da Codevasf (Propriá-SE, Cotinguiba-Pindoba-SE, Betume-SE, Boacica-AL, Itiúba-AL e Jacaré-Curituba-SE) com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos perímetros (energia elétrica, vigilância, custeio administrativo) e prestação de assistência técnica aos produtores.	
Unidade Medida	Produto
unidade	Perímetro irrigado mantido

Plano Orçamentário

0002 - Perímetros Públicos de Irrigação Sociais – Sistema Itaparica

Caracterização

Operação, conservação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação de interesse social do Sistema Itaparica – antigo Termo de Cooperação CV- I - 92.2006.4630.00(CHESF/CODEVASF) - Programa de Reassentamento de Itaparica (Apolônio Sales-PE, Barreiras-PE, Brígida-PE, Caraibas-PE, Icó-Mandantes-PE, Manga de Baixo-PE, Glória-BA, Pedra Branca-BA e Rodelas-BA) com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos perímetros (energia elétrica, vigilância, custeio administrativo) e prestação de assistência técnica aos produtores.

Unidade Medida	unidade	Produto	Perímetro irrigado mantido
----------------	---------	---------	----------------------------

Plano Orçamentário

RO01 - Perímetros Públicos de Irrigação Sociais – Codevasf - Regra de Ouro

Caracterização

Operação, conservação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação de interesse social da Codevasf (Propriá-SE, Cotinguiba-Pindoba-SE, Betume-SE, Boacica-AL,Itiúba-AL e Jacaré-Curituba-SE) com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos perímetros (energia elétrica, vigilância, custeio administrativo) e prestação de assistência técnica aos produtores.

Unidade Medida	unidade	Produto	Perímetro irrigado mantido
----------------	---------	---------	----------------------------

Plano Orçamentário

RO02 - Perímetros Públicos de Irrigação Sociais – Sistema Itaparica - Regra de Ouro

Caracterização

Operação, conservação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação de interesse social do Sistema Itaparica – antigo Termo de Cooperação CV- I - 92.2006.4630.00(CHESF/CODEVASF) - Programa de Reassentamento de Itaparica (Apolônio Sales-PE, Barreiras-PE, Brígida-PE, Caraibas-PE, Icó-Mandantes-PE, Manga de Baixo-PE, Glória-BA, Pedra Branca-BA e Rodelas-BA) com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos perímetros (energia elétrica, vigilância, custeio administrativo) e prestação de assistência técnica aos produtores.

Unidade Medida	unidade	Produto	Perímetro irrigado mantido
----------------	---------	---------	----------------------------

Localizador	0020 - Na Região Nordeste		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20EY - Administração de Projetos Públicos de Irrigação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos sob Supervisão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Projeto público de irrigação mantido
Unidade de Medida	unidade

Base legal  
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.

Descrição  
Operação e manutenção de Projetos Públicos de irrigação, para viabilizar a produção dos projetos públicos de irrigação de interesse eminentemente social, visando garantir sua gestão operacional, bem como a manutenção e a melhoria de suas condições produtivas, por meio de apoio à administração, execução de obras para a operação, manutenção e recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos projetos públicos de irrigação (energia elétrica), atividades de prestação de assistência técnica e atividades de organização de produtores, regularização fundiária, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento das condicionantes ambientais, capacitação de técnicos e agricultores, recuperação das estruturas já implementadas dos Projetos Públicos de Irrigação (reservatórios, canais, adutoras, sistemas de bombeamento, diques, estradas, etc) e implantação de novos sistemas que garantam a otimização e atualização do empreendimento (tais como novos sistemas de captação, drenagem, etc), gerando acréscimo na produtividade e qualidade das culturas.

Especificação do Produto  
Operação e manutenção de Projetos Públicos de irrigação, com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos projetos públicos de irrigação e prestação de assistência técnica aos produtores.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

Beneficiário  
Irrigantes e população da área de abrangência de Projetos Públicos de irrigação de interesse eminentemente social atendida pela CODEVASF.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

Implementação da Ação  
Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou através de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Plano Orçamentário	
0000 - Administração de Projetos Públicos de Irrigação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0001 - Perímetros Públicos de Irrigação Sociais – Codevasf	
Caracterização	
Operação, conservação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação de interesse social da Codevasf (Propriá-SE, Cotinguiba-Pindoba-SE, Betume-SE, Boacica-AL, Itiúba-AL e Jacaré-Curituba-SE) com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos perímetros (energia elétrica, vigilância, custeio administrativo) e prestação de assistência técnica aos produtores.	
Unidade Medida	Produto
unidade	Perímetro irrigado mantido

Plano Orçamentário

0002 - Perímetros Públicos de Irrigação Sociais – Sistema Itaparica

Caracterização

Operação, conservação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação de interesse social do Sistema Itaparica – antigo Termo de Cooperação CV- I - 92.2006.4630.00(CHESF/CODEVASF) - Programa de Reassentamento de Itaparica (Apolônio Sales-PE, Barreiras-PE, Brígida-PE, Caraibas-PE, Icó-Mandantes-PE, Manga de Baixo-PE, Glória-BA, Pedra Branca-BA e Rodelas-BA) com apoio à administração, execução de obras, recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos perímetros (energia elétrica, vigilância, custeio administrativo) e prestação de assistência técnica aos produtores.

Unidade Medida	unidade	Produto	Perímetro irrigado mantido
----------------	---------	---------	----------------------------

Plano Orçamentário

EBAN - Emenda de Bancada

Caracterização

Emenda de Bancada

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

Plano Orçamentário

ECOM - Emenda de Comissão

Caracterização

Emenda de Comissão

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

Localizador 0020 - Na Região Nordeste

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93180 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	541 - Preservação e Conservação Ambiental
Unidade Responsável	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Iniciativa implementada
Unidade de Medida	unidade

Base legal  
Decreto nº. 7.008/2009; Decreto nº. 6.321/07; Lei nº. 6.938/81; Lei nº. 9.605/98; Lei nº. 7.827/89; Lei nº 12.187/09. Lei nº 12.651/2012; Decreto nº 7.029/2009; Decreto 9667/2019 , Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto 9699/2019.

Descrição  
Conservação de ativos ambientais e apoia à reversão do atual estágio de degradação dos ecossistemas e, promoção e difusão dos sistemas produtivos agropecuário-sustentáveis por meio da formulação de estratégias, planos, projetos, diagnósticos, mapeamentos, campanhas e ferramentas de planejamento, gestão e monitoramento do uso sustentável dos recursos naturais na atividade agropecuária com o apoio à disseminação de tecnologias e práticas agroambientais e de conversão de sistemas produtivos, via adequação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, e que envolva a participação de todos os setores envolvidos tanto públicos como da sociedade civil em colegiados. A produção agropecuária brasileira ocupa parte significativa do território nacional, e envolve uma grande variabilidade de territórios com características ecossistêmicas e socioeconômicas distintas e, onde a ocupação desordenada dos territórios e a adoção de práticas agropecuárias não adequadas às especificidades, e muitas vezes em desacordo com os normativos ambientais, levam à degradação do solo, à poluição da água, à perda de biodiversidade e baixa produtividade dos empreendimentos.  
Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais sustentáveis também por intermédio da criação de espaços de diálogo intergovernamental com governos e sociedade civil e por meio de mecanismos de cooperação federativa.

Especificação do Produto  
Iniciativas que disseminem instrumentos de planejamento, gestão e monitoramento, visando à implementação de políticas agroambientais.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Sociedade Brasileira.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Parcerias com órgãos federais e demais entes da federação, entidades da sociedade civil, organismos internacionais, organizações não governamentais; realização e apoio a eventos, reuniões, oficinas e capacitações; produção de materiais gráficos e audiovisuais correlatos; produção de estudos; realização de diagnósticos, elaboração de projetos, planos e programas; desenvolvimento de aplicações e de sistemas informatizados.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0001 - Realização de Zoneamento Ambiental Produtivo e Aplicação dos Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas em Territórios Selecionados	
Caracterização	
Realização de zoneamento ambiental da produção em territórios prioritários com pressão da agropecuária sobre o meio ambiente, visando a adequação de políticas públicas ambientais de desenvolvimento agropecuário e agrário; promoção e apoio a projetos de pecuária sustentável, agricultura sustentável, sistemas agroflorestais, pagamento por serviços ambientais, agroecologia, dentre outros instrumentos que possam contribuir na disseminação de modelos produtivos rurais sustentáveis.	
Unidade Medida	Produto Iniciativa implementada

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais

Plano Orçamentário

0002 - Desenvolvimento de Proposta de Indicadores para Políticas Agroambientais

Caracterização

Identificação e definição de proposta de indicadores para políticas agroambientais e desenvolvimento de plataforma/sistema de gestão desses indicadores em bases territoriais.

Unidade Medida	unidade	Produto	Indicador definido
----------------	---------	---------	--------------------

Plano Orçamentário

0003 - Análise e Adequação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável

Caracterização

Análise e avaliação das políticas públicas e dos instrumentos de incentivo e fomento ao desenvolvimento rural, envolvendo órgãos federais e demais níveis de governo com atuação no meio rural, por meio da promoção e da participação ativa das entidades representativas dos produtores rurais, familiares e patronais em torno do diálogo social e articulação federativa com vistas ao desenvolvimento rural sustentável e da gestão de conflitos ambientais em áreas rurais.

Unidade Medida	unidade	Produto	Iniciativa implementada
----------------	---------	---------	-------------------------

Plano Orçamentário

0004 - Acompanhamento do Componente Tradicional no Licenciamento Ambiental

Caracterização

Acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente causadores de significativos impactos ambientais e socioculturais envolve despesas com viagens de servidores e colaboradores: diárias, passagens aéreas e terrestres. É prevista ainda, em casos especiais, a possibilidade de contratação de serviços e/ou consultores para desenvolvimento de atividades referentes ao acompanhamento do componente tradicional no Licenciamento Ambiental nas terras de quilombolas

A realização de procedimentos técnicos relativos ao componente tradicional dos processos de licenciamento ambiental compreende reuniões e vistorias com comunidades, empreendedores, órgãos licenciadores e de controle. Essas reuniões e vistorias ocorrem em diferentes fases do processo, quais sejam: na fase de licença prévia, apresentação do plano de trabalho e apresentação dos estudos do componente tradicional; na fase de licença de instalação, apresentação e discussão dos programas que compõem o componente tradicional do plano básico ambiental ou instrumentos correlatos; e na licença de operação, reuniões dos conselhos gestores, monitoramento e controle de impactos e avaliação da execução de programas e projetos.

Unidade Medida	unidade	Produto	Processo acompanhado
----------------	---------	---------	----------------------

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	541 - Preservação e Conservação Ambiental		
Unidade Responsável	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Iniciativa implementada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº. 7.008/2009; Decreto nº. 6.321/07; Lei nº. 6.938/81; Lei nº. 9.605/98; Lei nº. 7.827/89; Lei nº 12.187/09. Lei nº 12.651/2012; Decreto nº 7.029/2009; Decreto 9667/2019 , Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto 9699/2019.		
Descrição	<p>Conservação de ativos ambientais e apoia à reversão do atual estágio de degradação dos ecossistemas e, promoção e difusão dos sistemas produtivos agropecuário-sustentáveis por meio da formulação de estratégias, planos, projetos, diagnósticos, mapeamentos, campanhas e ferramentas de planejamento, gestão e monitoramento do uso sustentável dos recursos naturais na atividade agropecuária com o apoio à disseminação de tecnologias e práticas agroambientais e de conversão de sistemas produtivos, via adequação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, e que envolva a participação de todos os setores envolvidos tanto públicos como da sociedade civil em colegiados. A produção agropecuária brasileira ocupa parte significativa do território nacional, e envolve uma grande variabilidade de territórios com características ecossistêmicas e socioeconômicas distintas e, onde a ocupação desordenada dos territórios e a adoção de práticas agropecuárias não adequadas às especificidades, e muitas vezes em desacordo com os normativos ambientais, levam à degradação do solo, à poluição da água, à perda de biodiversidade e baixa produtividade dos empreendimentos.</p> <p>Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais sustentáveis também por intermédio da criação de espaços de diálogo intergovernamental com governos e sociedade civil e por meio de mecanismos de cooperação federativa.</p>		
Especificação do Produto	Iniciativas que disseminem instrumentos de planejamento, gestão e monitoramento, visando à implementação de políticas agroambientais.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Sociedade Brasileira.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Parcerias com órgãos federais e demais entes da federação, entidades da sociedade civil, organismos internacionais, organizações não governamentais; realização e apoio a eventos, reuniões, oficinas e capacitações; produção de materiais gráficos e audiovisuais correlatos; produção de estudos; realização de diagnósticos, elaboração de projetos, planos e programas; desenvolvimento de aplicações e de sistemas informatizados.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais - Despesas Diversas			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Plano Orçamentário			
0001 - Realização de Zoneamento Ambiental Produtivo e Aplicação dos Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas em Territórios Selecionados			
Caracterização			
Realização de zoneamento ambiental da produção em territórios prioritários com pressão da agropecuária sobre o meio ambiente, visando a adequação de políticas públicas ambientais de desenvolvimento agropecuário e agrário; promoção e apoio a projetos de pecuária sustentável, agricultura sustentável, sistemas agroflorestais, pagamento por serviços ambientais, agroecologia, dentre outros instrumentos que possam contribuir na disseminação de modelos produtivos rurais sustentáveis.			
Unidade Medida	unidade	Produto	Iniciativa implementada



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais

Plano Orçamentário		
0002 - Desenvolvimento de Proposta de Indicadores para Políticas Agroambientais		
Caracterização		
Identificação e definição de proposta de indicadores para políticas agroambientais e desenvolvimento de plataforma/sistema de gestão desses indicadores em bases territoriais.		
Unidade Medida	unidade	Produto Indicador definido

Plano Orçamentário		
0003 - Análise e Adequação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável		
Caracterização		
Análise e avaliação das políticas públicas e dos instrumentos de incentivo e fomento ao desenvolvimento rural, envolvendo órgãos federais e demais níveis de governo com atuação no meio rural, por meio da promoção e da participação ativa das entidades representativas dos produtores rurais, familiares e patronais em torno do diálogo social e articulação federativa com vistas ao desenvolvimento rural sustentável e da gestão de conflitos ambientais em áreas rurais.		
Unidade Medida	unidade	Produto Iniciativa implementada

Plano Orçamentário		
0004 - Acompanhamento do Componente Tradicional no Licenciamento Ambiental		
Caracterização		
Acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente causadores de significativos impactos ambientais e socioculturais envolve despesas com viagens de servidores e colaboradores: diárias, passagens aéreas e terrestres. É prevista ainda, em casos especiais, a possibilidade de contratação de serviços e/ou consultores para desenvolvimento de atividades referentes ao acompanhamento do componente tradicional no Licenciamento Ambiental nas terras de quilombolas		
A realização de procedimentos técnicos relativos ao componente tradicional dos processos de licenciamento ambiental compreende reuniões e vistorias com comunidades, empreendedores, órgãos licenciadores e de controle. Essas reuniões e vistorias ocorrem em diferentes fases do processo, quais sejam: na fase de licença prévia, apresentação do plano de trabalho e apresentação dos estudos do componente tradicional; na fase de licença de instalação, apresentação e discussão dos programas que compõem o componente tradicional do plano básico ambiental ou instrumentos correlatos; e na licença de operação, reuniões dos conselhos gestores, monitoramento e controle de impactos e avaliação da execução de programas e projetos.		
Unidade Medida	unidade	Produto Processo acompanhado

Notas de usuário para esta Ação

Data	27/02/2020
Notas de usuário	SOF - Alteração Unidade Responsável (PO).

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93180 - Recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta(22101)		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	541 - Preservação e Conservação Ambiental		
Unidade Responsável	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Iniciativa implementada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº. 7.008/2009; Decreto nº. 6.321/07; Lei nº. 6.938/81; Lei nº. 9.605/98; Lei nº. 7.827/89; Lei nº 12.187/09. Lei nº 12.651/2012; Decreto nº 7.029/2009; Decreto 9667/2019 , Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto 9699/2019.		
Descrição	<p>Conservação de ativos ambientais e apoia à reversão do atual estágio de degradação dos ecossistemas e, promoção e difusão dos sistemas produtivos agropecuário-sustentáveis por meio da formulação de estratégias, planos, projetos, diagnósticos, mapeamentos, campanhas e ferramentas de planejamento, gestão e monitoramento do uso sustentável dos recursos naturais na atividade agropecuária com o apoio à disseminação de tecnologias e práticas agroambientais e de conversão de sistemas produtivos, via adequação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, e que envolva a participação de todos os setores envolvidos tanto públicos como da sociedade civil em colegiados. A produção agropecuária brasileira ocupa parte significativa do território nacional, e envolve uma grande variabilidade de territórios com características ecossistêmicas e socioeconômicas distintas e, onde a ocupação desordenada dos territórios e a adoção de práticas agropecuárias não adequadas às especificidades, e muitas vezes em desacordo com os normativos ambientais, levam à degradação do solo, à poluição da água, à perda de biodiversidade e baixa produtividade dos empreendimentos.</p> <p>Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais sustentáveis também por intermédio da criação de espaços de diálogo intergovernamental com governos e sociedade civil e por meio de mecanismos de cooperação federativa.</p>		
Especificação do Produto	Iniciativas que disseminem instrumentos de planejamento, gestão e monitoramento, visando à implementação de políticas agroambientais.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Sociedade Brasileira.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Parcerias com órgãos federais e demais entes da federação, entidades da sociedade civil, organismos internacionais, organizações não governamentais; realização e apoio a eventos, reuniões, oficinas e capacitações; produção de materiais gráficos e audiovisuais correlatos; produção de estudos; realização de diagnósticos, elaboração de projetos, planos e programas; desenvolvimento de aplicações e de sistemas informatizados.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais - Despesas Diversas			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Plano Orçamentário			
0001 - Realização de Zoneamento Ambiental Produtivo e Aplicação dos Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas em Territórios Selecionados			
Caracterização			
Realização de zoneamento ambiental da produção em territórios prioritários com pressão da agropecuária sobre o meio ambiente, visando a adequação de políticas públicas ambientais de desenvolvimento agropecuário e agrário; promoção e apoio a projetos de pecuária sustentável, agricultura sustentável, sistemas agroflorestais, pagamento por serviços ambientais, agroecologia, dentre outros instrumentos que possam contribuir na disseminação de modelos produtivos rurais sustentáveis.			
Unidade Medida	unidade	Produto	Iniciativa implementada

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais

Plano Orçamentário

0002 - Desenvolvimento de Proposta de Indicadores para Políticas Agroambientais

Caracterização

Identificação e definição de proposta de indicadores para políticas agroambientais e desenvolvimento de plataforma/sistema de gestão desses indicadores em bases territoriais.

Unidade Medida	unidade	Produto	Indicador definido
----------------	---------	---------	--------------------

Plano Orçamentário

0003 - Análise e Adequação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável

Caracterização

Análise e avaliação das políticas públicas e dos instrumentos de incentivo e fomento ao desenvolvimento rural, envolvendo órgãos federais e demais níveis de governo com atuação no meio rural, por meio da promoção e da participação ativa das entidades representativas dos produtores rurais, familiares e patronais em torno do diálogo social e articulação federativa com vistas ao desenvolvimento rural sustentável e da gestão de conflitos ambientais em áreas rurais.

Unidade Medida	unidade	Produto	Iniciativa implementada
----------------	---------	---------	-------------------------

Plano Orçamentário

0004 - Acompanhamento do Componente Tradicional no Licenciamento Ambiental

Caracterização

Acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente causadores de significativos impactos ambientais e socioculturais envolve despesas com viagens de servidores e colaboradores: diárias, passagens aéreas e terrestres. É prevista ainda, em casos especiais, a possibilidade de contratação de serviços e/ou consultores para desenvolvimento de atividades referentes ao acompanhamento do componente tradicional no Licenciamento Ambiental nas terras de quilombolas

A realização de procedimentos técnicos relativos ao componente tradicional dos processos de licenciamento ambiental compreende reuniões e vistorias com comunidades, empreendedores, órgãos licenciadores e de controle. Essas reuniões e vistorias ocorrem em diferentes fases do processo, quais sejam: na fase de licença prévia, apresentação do plano de trabalho e apresentação dos estudos do componente tradicional; na fase de licença de instalação, apresentação e discussão dos programas que compõem o componente tradicional do plano básico ambiental ou instrumentos correlatos; e na licença de operação, reuniões dos conselhos gestores, monitoramento e controle de impactos e avaliação da execução de programas e projetos.

Unidade Medida	unidade	Produto	Processo acompanhado
----------------	---------	---------	----------------------

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	541 - Preservação e Conservação Ambiental
Unidade Responsável	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Iniciativa implementada
Unidade de Medida	unidade

Base legal  
Decreto nº. 7.008/2009; Decreto nº. 6.321/07; Lei nº. 6.938/81; Lei nº. 9.605/98; Lei nº. 7.827/89; Lei nº 12.187/09. Lei nº 12.651/2012; Decreto nº 7.029/2009; Decreto 9667/2019 , Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto 9699/2019.

Descrição  
Conservação de ativos ambientais e apoia à reversão do atual estágio de degradação dos ecossistemas e, promoção e difusão dos sistemas produtivos agropecuário-sustentáveis por meio da formulação de estratégias, planos, projetos, diagnósticos, mapeamentos, campanhas e ferramentas de planejamento, gestão e monitoramento do uso sustentável dos recursos naturais na atividade agropecuária com o apoio à disseminação de tecnologias e práticas agroambientais e de conversão de sistemas produtivos, via adequação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, e que envolva a participação de todos os setores envolvidos tanto públicos como da sociedade civil em colegiados. A produção agropecuária brasileira ocupa parte significativa do território nacional, e envolve uma grande variabilidade de territórios com características ecossistêmicas e socioeconômicas distintas e, onde a ocupação desordenada dos territórios e a adoção de práticas agropecuárias não adequadas às especificidades, e muitas vezes em desacordo com os normativos ambientais, levam à degradação do solo, à poluição da água, à perda de biodiversidade e baixa produtividade dos empreendimentos.  
Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais sustentáveis também por intermédio da criação de espaços de diálogo intergovernamental com governos e sociedade civil e por meio de mecanismos de cooperação federativa.

Especificação do Produto  
Iniciativas que disseminem instrumentos de planejamento, gestão e monitoramento, visando à implementação de políticas agroambientais.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Sociedade Brasileira.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Parcerias com órgãos federais e demais entes da federação, entidades da sociedade civil, organismos internacionais, organizações não governamentais; realização e apoio a eventos, reuniões, oficinas e capacitações; produção de materiais gráficos e audiovisuais correlatos; produção de estudos; realização de diagnósticos, elaboração de projetos, planos e programas; desenvolvimento de aplicações e de sistemas informatizados.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0001 - Realização de Zoneamento Ambiental Produtivo e Aplicação dos Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas em Territórios Selecionados	
Caracterização	
Realização de zoneamento ambiental da produção em territórios prioritários com pressão da agropecuária sobre o meio ambiente, visando a adequação de políticas públicas ambientais de desenvolvimento agropecuário e agrário; promoção e apoio a projetos de pecuária sustentável, agricultura sustentável, sistemas agroflorestais, pagamento por serviços ambientais, agroecologia, dentre outros instrumentos que possam contribuir na disseminação de modelos produtivos rurais sustentáveis.	
Unidade Medida	Produto Iniciativa implementada

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais

Plano Orçamentário		
0002 - Desenvolvimento de Proposta de Indicadores para Políticas Agroambientais		
Caracterização		
Identificação e definição de proposta de indicadores para políticas agroambientais e desenvolvimento de plataforma/sistema de gestão desses indicadores em bases territoriais.		
Unidade Medida	unidade	Produto Indicador definido
Plano Orçamentário		
0003 - Análise e Adequação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável		
Caracterização		
Análise e avaliação das políticas públicas e dos instrumentos de incentivo e fomento ao desenvolvimento rural, envolvendo órgãos federais e demais níveis de governo com atuação no meio rural, por meio da promoção e da participação ativa das entidades representativas dos produtores rurais, familiares e patronais em torno do diálogo social e articulação federativa com vistas ao desenvolvimento rural sustentável e da gestão de conflitos ambientais em áreas rurais.		
Unidade Medida	unidade	Produto Iniciativa implementada
Plano Orçamentário		
0004 - Acompanhamento do Componente Tradicional no Licenciamento Ambiental		
Caracterização		
Acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente causadores de significativos impactos ambientais e socioculturais envolve despesas com viagens de servidores e colaboradores: diárias, passagens aéreas e terrestres. É prevista ainda, em casos especiais, a possibilidade de contratação de serviços e/ou consultores para desenvolvimento de atividades referentes ao acompanhamento do componente tradicional no Licenciamento Ambiental nas terras de quilombolas		
A realização de procedimentos técnicos relativos ao componente tradicional dos processos de licenciamento ambiental compreende reuniões e vistorias com comunidades, empreendedores, órgãos licenciadores e de controle. Essas reuniões e vistorias ocorrem em diferentes fases do processo, quais sejam: na fase de licença prévia, apresentação do plano de trabalho e apresentação dos estudos do componente tradicional; na fase de licença de instalação, apresentação e discussão dos programas que compõem o componente tradicional do plano básico ambiental ou instrumentos correlatos; e na licença de operação, reuniões dos conselhos gestores, monitoramento e controle de impactos e avaliação da execução de programas e projetos.		
Unidade Medida	unidade	Produto Processo acompanhado
Plano Orçamentário		
RO00 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais - Despesas Diversas - Regra de Ouro		
Caracterização		
Plano Orçamentário Padrão		
Unidade Medida	unidade	Produto Iniciativa implementada
Plano Orçamentário		
RO01 - Realização de Zoneamento Ambiental Produtivo e Aplicação dos Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas em Territórios Seleccionados - Regra de Ouro		
Caracterização		
Realização de zoneamento ambiental da produção em territórios prioritários com pressão da agropecuária sobre o meio ambiente, visando a adequação de políticas públicas ambientais de desenvolvimento agropecuário e agrário; promoção e apoio a projetos de pecuária sustentável, agricultura sustentável, sistemas agroflorestais, pagamento por serviços ambientais, agroecologia, dentre outros instrumentos que possam contribuir na disseminação de modelos produtivos rurais sustentáveis.		
Unidade Medida	unidade	Produto Iniciativa implementada
Plano Orçamentário		
RO02 - Desenvolvimento de Proposta de Indicadores para Políticas Agroambientais - Regra de Ouro		
Caracterização		
Identificação e definição de proposta de indicadores para políticas agroambientais e desenvolvimento de plataforma/sistema de gestão desses indicadores em bases territoriais.		
Unidade Medida	unidade	Produto Indicador definido
Plano Orçamentário		
RO03 - Análise e Adequação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável - Regra de Ouro		
Caracterização		
Análise e avaliação das políticas públicas e dos instrumentos de incentivo e fomento ao desenvolvimento rural, envolvendo órgãos federais e demais níveis de governo com atuação no meio rural, por meio da promoção e da participação ativa das entidades representativas dos produtores rurais, familiares e patronais em torno do diálogo social e articulação federativa com vistas ao desenvolvimento rural sustentável e da gestão de conflitos ambientais em áreas rurais.		
Unidade Medida	unidade	Produto Iniciativa implementada

Plano Orçamentário

RO04 - Acompanhamento do Componente Tradicional no Licenciamento Ambiental - Regra de Ouro

Caracterização

Acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente causadores de significativos impactos ambientais e socioculturais envolve despesas com viagens de servidores e colaboradores: diárias, passagens aéreas e terrestres. É prevista ainda, em casos especiais, a possibilidade de contratação de serviços e/ou consultores para desenvolvimento de atividades referentes ao acompanhamento do componente tradicional no Licenciamento Ambiental nas terras de quilombolas

A realização de procedimentos técnicos relativos ao componente tradicional dos processos de licenciamento ambiental compreende reuniões e vistorias com comunidades, empreendedores, órgãos licenciadores e de controle. Essas reuniões e vistorias ocorrem em diferentes fases do processo, quais sejam: na fase de licença prévia, apresentação do plano de trabalho e apresentação dos estudos do componente tradicional; na fase de licença de instalação, apresentação e discussão dos programas que compõem o componente tradicional do plano básico ambiental ou instrumentos correlatos; e na licença de operação, reuniões dos conselhos gestores, monitoramento e controle de impactos e avaliação da execução de programas e projetos.

Unidade Medida **unidade** Produto **Processo acompanhado**

Notas de usuário para esta Ação

Data	27/02/2020		
Notas de usuário	SOF - Alteração Unidade Responsável (PO).		
Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20NC - Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Unidade mantida		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Operação, manutenção e recuperação das unidades de produção para apoio aos Arranjos Produtivos Locais, englobando atividades de prestação de assistência técnica e capacitação, bem como o atendimento de despesas com ITR, condicionantes ambientais e regularização fundiária. Visa disponibilizar aos pequenos produtores animais material genético de bovinos, caprinos, ovinos, apícolas, píceos e avícolas, a fim de proporcionar condições para melhorar as características produtivas, bem como capacitar os produtores em técnicas gerais de manejo e utilização dos recursos ambientais de forma sustentável. Assim, objetiva-se o aumento da rentabilidade da pequena propriedade rural da região.		
Especificação do Produto	Execução de operação, manutenção e recuperação das unidades de produção para apoio aos Arranjos Produtivos Locais.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Pequenos produtores situados em áreas de Arranjos Produtivos Locais.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico e/ou mediante licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário	
0000 - Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
R000 - Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs - Regra de Ouro	
Caracterização	
Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs - Regra de Ouro	
Unidade Medida	Produto Atividade realizada

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20NC - Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs

Momento da ação	Consolidado		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Unidade mantida		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, Decreto nº 8.276, de 27 de Junho de 2014		
Descrição	Operação, manutenção e recuperação das unidades de produção para apoio aos Arranjos Produtivos Locais, englobando atividades de prestação de assistência técnica e capacitação, bem como o atendimento de despesas com ITR, condicionantes ambientais e regularização fundiária. Visa disponibilizar aos pequenos produtores animais material genético de bovinos, caprinos, ovinos, apícolas, píceos e avícolas, a fim de proporcionar condições para melhorar as características produtivas, bem como capacitar os produtores em técnicas gerais de manejo e utilização dos recursos ambientais de forma sustentável. Assim, objetiva-se o aumento da rentabilidade da pequena propriedade rural da região.		
Especificação do Produto	Execução de operação, manutenção e recuperação das unidades de produção para apoio aos Arranjos Produtivos Locais.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Pequenos produtores situados em áreas de Arranjos Produtivos Locais.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico e/ou mediante licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20NC - Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs

Momento da ação	Consolidado		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Unidade mantida		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Operação, manutenção e recuperação das unidades de produção para apoio aos Arranjos Produtivos Locais, englobando atividades de prestação de assistência técnica e capacitação, bem como o atendimento de despesas com ITR, condicionantes ambientais e regularização fundiária. Visa disponibilizar aos pequenos produtores animais material genético de bovinos, caprinos, ovinos, apícolas, píceos e avícolas, a fim de proporcionar condições para melhorar as características produtivas, bem como capacitar os produtores em técnicas gerais de manejo e utilização dos recursos ambientais de forma sustentável. Assim, objetiva-se o aumento da rentabilidade da pequena propriedade rural da região.		
Especificação do Produto	Execução de operação, manutenção e recuperação das unidades de produção para apoio aos Arranjos Produtivos Locais.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Pequenos produtores situados em áreas de Arranjos Produtivos Locais.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico e/ou mediante licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20NC - Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Unidade mantida		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Operação, manutenção e recuperação das unidades de produção para apoio aos Arranjos Produtivos Locais, englobando atividades de prestação de assistência técnica e capacitação, bem como o atendimento de despesas com ITR, condicionantes ambientais e regularização fundiária. Visa disponibilizar aos pequenos produtores animais material genético de bovinos, caprinos, ovinos, apícolas, píceos e avícolas, a fim de proporcionar condições para melhorar as características produtivas, bem como capacitar os produtores em técnicas gerais de manejo e utilização dos recursos ambientais de forma sustentável. Assim, objetiva-se o aumento da rentabilidade da pequena propriedade rural da região.		
Especificação do Produto	Execução de operação, manutenção e recuperação das unidades de produção para apoio aos Arranjos Produtivos Locais.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Pequenos produtores situados em áreas de Arranjos Produtivos Locais.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico e/ou mediante licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária

20NK - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	22 - Indústria		
SubFunção	333 - Empregabilidade		
Unidade Responsável			
Tipo de ação	Atividade		
Origem	Emenda		
Produto	Arranjo produtivo local apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal			
Descrição	Estruturação ou aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, inclusive com implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando o acesso às oportunidades de mercado. Assim, deseja-se desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, potencialmente competitivos, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.		
Especificação do Produto			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário			
Tipo de implementação			
Implementação da Ação			
Participação social	Não		

Plano Orçamentário	
0000 - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Localizador 0173 - No Município de Porto Acre - AC			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	Porto Acre	

Ação Orçamentária

20NK - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	22 - Indústria		
SubFunção	333 - Empregabilidade		
Unidade Responsável	Departamento de Estruturação Regional e Urbana		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	Emenda		
Produto	Arranjo produtivo local apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.		
Descrição	Estruturação ou aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, inclusive com implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando o acesso às oportunidades de mercado. Assim, deseja-se desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, potencialmente competitivos, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.		
Especificação do Produto	APL estruturado, fortalecido e integrado		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário			
Populações da área de abrangência da ação			
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	Atuação segundo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por meio das seguintes etapas: 1. Identificação do potencial endógeno do território; 2. Identificação das demandas dos agentes produtivos locais; 3. Definição de projetos de fomento produtivo, por meio das intitucionalidades locais; 4.Definição de parcerias potenciais - setor público, privado e terceiro setor. A estratégia de implementação promoverá a articulação para a convergência de ações governamentais e privadas em espaços sub-regionais prioritários, visando dotar as unidades produtivas de capacidade de auto-sustentação e competitividade mercadológica. Para tanto poderão ser apoiados projetos que promovam a diminuição de custos operacionais e administrativos, o aumento da qualidade e da produtividade, bem como da atratividade dos produtos oferecidos nos mercados atuais e potenciais.Da mesma forma, promoverá a integração com outros atores financeiros que possam facilitar o desenvolvimento produtivo dos empreendimentos e da região como um todo e ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, em atuação compartilhada com demais Unidades de Gestão do MI, que poderá utilizar-se da celebração de convênios e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0024 - No Estado do Rio Grande do Norte			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Rio Grande do Norte	-	

Ação Orçamentária

20NK - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais

Localizador 0053 - No Distrito Federal			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Distrito Federal	-	

Ação Orçamentária

20NK - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	22 - Indústria		
SubFunção	333 - Empregabilidade		
Unidade Responsável	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Arranjo produtivo local apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.		
Descrição	Estruturação ou aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, inclusive com implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando o acesso às oportunidades de mercado. Assim, deseja-se desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, potencialmente competitivos, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.		
Especificação do Produto	APL estruturado, fortalecido e integrado		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário			
Populações da área de abrangência da ação			
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	Atuação segundo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por meio das seguintes etapas: 1. Identificação do potencial endógeno do território; 2. Identificação das demandas dos agentes produtivos locais; 3. Definição de projetos de fomento produtivo, por meio das intitucionalidades locais; 4.Definição de parcerias potenciais - setor público, privado e terceiro setor. A estratégia de implementação promoverá a articulação para a convergência de ações governamentais e privadas em espaços sub-regionais prioritários, visando dotar as unidades produtivas de capacidade de auto-sustentação e competitividade mercadológica. Para tanto poderão ser apoiados projetos que promovam a diminuição de custos operacionais e administrativos, o aumento da qualidade e da produtividade, bem como da atratividade dos produtos oferecidos nos mercados atuais e potenciais. Da mesma forma, promoverá a integração com outros atores financeiros que possam facilitar o desenvolvimento produtivo dos empreendimentos e da região, podendo ser celebrados convênios e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	04 - Administração		
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial		
Unidade Responsável	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto			
Unidade de Medida			
Base legal	Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; e Decreto Nº 9.810, de 30 de maio de 2019.		
Descrição	Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ao ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos e capacitações; apoio à elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e ordenamento do território; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial; apoio à implementação do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial		
Especificação do Produto			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Sudam e Estados e Municípios da Amazônia Legal.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta ou descentralizada (repasse de recursos a municípios, estados ou consórcios públicos).		
Participação social	Não		
Plano Orçamentário			
0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Despesas Diversas			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário			
0007 - Fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais			
Caracterização			
Estímulo ao capital social e ao fortalecimento das administrações locais e regionais, por meio do desenvolvimento institucional em seus diversos aspectos, voltados à consolidação de sistemas de governança multinível. Apoia, também, a criação de conselhos municipais, estaduais e representativos da sociedade, além de consórcios públicos e cooperativas.			
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário			
RO00 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Despesas Diversas - Regra de Ouro			
Caracterização			
Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Despesas Diversas - Regra de Ouro			
Unidade Medida	unidade	Produto	Atividade realizada

Plano Orçamentário

RO07 - Fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais - Regra de Ouro

Caracterização

Estímulo ao capital social e ao fortalecimento das administrações locais e regionais, por meio do desenvolvimento institucional em seus diversos aspectos, voltados à consolidação de sistemas de governança multinível. Apoia, também, a criação de conselhos municipais, estaduais e representativos da sociedade, além de consórcios públicos e cooperativas.

Unidade Medida	unidade	Produto	Atividade realizada
Localizador	6000 - Na Amazônia Legal		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	04 - Administração		
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial		
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto			
Unidade de Medida			
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007. Decreto 9810/2019		
Descrição	Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ao ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos e capacitações; apoio à elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e ordenamento do território; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial; apoio à implementação do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial		
Especificação do Produto			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Segmento da sociedade ou do Estado para o qual os bens ou serviços são produzidos ou adquiridos, ou ainda aqueles que diretamente usufruem dos seus efeitos. Sudene e Estados e Municípios da área de atuação.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução por intermédio de ações diretas da Unidade ou de parcerias com outros entes federativos.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário	
0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0004 - Elaboração de Estudos e Planos de Desenvolvimento Regional e Territorial	
Caracterização	
Realização de planejamento regional e/ou territorial, levantamento de dados, elaboração/atualização de estudos, diagnósticos e planos de desenvolvimento territorial integrado, análises de dificuldades, identificação de potencialidades e principais fatores limitantes locais, de forma participativa, e realização de avaliação e monitoramento de ações federais.	
Os planos de desenvolvimento regional e/ou territorial , em múltiplas escalas, proporcionam orientação ao processo de planejamento e aplicação de recursos, explorando especificidades regionais e aspectos sociais, econômicos, ambientais, tendências e condicionantes de seu desenvolvimento, de forma a definir e priorizar ações com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população do território e reduzir as desigualdades regionais, além de contribuir para o ordenamento territorial.	
Unidade Medida	Produto Plano elaborado

Plano Orçamentário	
0005 - Fortalecimento das Políticas de Desenvolvimento Regional	
Caracterização	
Implantação das seguintes iniciativas referentes às Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de outras Políticas Nacionais Setoriais vinculadas ao desenvolvimento regional: implementação do pacto de metas para o desenvolvimento regional e apoio a regionalização do PPA Federal e suas revisões e atualizações; apoio às instâncias de governança da PNDR e PRDNE; acompanhamento da tramitação da proposta do projeto de lei da	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

PNDR e PRDNE; promoção de eventos para a divulgação das políticas de desenvolvimento regional; concessão de prêmios para práticas exitosas em desenvolvimento regional; e Produção e edição de publicações e mídias informativas para divulgação e disseminação da temática relativa ao desenvolvimento regional. Apoio a governança, gestão e melhoria dos instrumentos (incluídos FNE, FDNE) do Desenvolvimento Regional.

Unidade Medida unidade Produto Iniciativa implementada

Plano Orçamentário

0006 - Revitalização e Manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Caracterização

Desenvolvimento de sistema de informação que englobe: i) base de dados, mediante intercâmbio de informações com os demais órgãos, entidades da administração indireta, organizações da sociedade civil, bem como Estados e Municípios; ii) indicadores relacionados ao desenvolvimento regional e ao ordenamento territorial; iii) ferramentas de gestão das ações de desenvolvimento regional e ordenamento territorial do Ministério, vinculadas e órgãos de diferentes níveis de governo relacionados à PNDR e à PNOT; Aquisição de equipamentos de informática, desenvolvimento de softwares, manutenção de base de dados, qualificação de pessoal técnico e custeio da divulgação de informações e resultados.

Unidade Medida unidade Produto Sistema implementado

Plano Orçamentário

0007 - Estudos Estratégicos

Caracterização

Elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional visando os objetivos do PRDNE, PNDR.

Unidade Medida unidade Produto Estudo realizado

Plano Orçamentário

0008 - Monitoramento e Avaliação de Instrumentos e Mecanismos de Desenvolvimento Regional

Caracterização

Monitoramento e avaliação periódica de planos, programas, políticas públicas, ações e projetos de desenvolvimento regional, incluídos os instrumento de financiamento (FNE, FDNE).

Unidade Medida unidade Produto Avaliação realizada

Plano Orçamentário

0009 - Apoio a Delimitação do Semiárido

Caracterização

realização de eventos, conferências técnicas, reuniões de articulação e participação social, publicação e divulgação.

Unidade Medida Produto

Plano Orçamentário

000A - Promoção do Desenvolvimento Regional – Capacitação

Caracterização

Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos.

Unidade Medida unidade Produto Capacitação realizada

Notas de usuário para esta Ação

Data 07/06/2019  
Notas de usuário Inserir na descrição das informações complementares: Gestão integrada das ações do ministério do desenvolvimento regional e superintendências de desenvolvimento regional ....

Localizador	0020 - Na Região Nordeste		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta(53101)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	04 - Administração
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	
Unidade de Medida	
Base legal	Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020; Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto n. 9.810, de 30 de maio de 2019; Portaria MI n. 34, de 18 de janeiro de 2018; Lei n. 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Portaria MDR n. 3.149, de 27 dezembro de 2019; e Portaria MDR n. 3.153, de 27 dezembro de 2019.
Descrição	Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional, ao ordenamento territorial e à irrigação, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos; apoio à elaboração de planos macrorregionais, estaduais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional, ordenamento do território e produção irrigada; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional, o ordenamento territorial e produção irrigada, incluindo estudos de monitoramento e avaliação dos instrumentos das políticas; apoio à implementação do Comitê Gestor e do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.
Especificação do Produto	Planos Nacionais, Estaduais e Sub-regionais de Desenvolvimento Regional, Ordenamento do Território e Irrigação; estudos estratégicos para o desenvolvimento regional, o ordenamento territorial e a produção irrigada; e estudo de estratégias de implementação da política e revisão de ações implementadas; estudos sobre monitoramento e avaliação da política de desenvolvimento regional, da política de ordenamento territorial e da política nacional de irrigação; capacitações e eventos técnicos em desenvolvimento regional, ordenamento territorial e produção irrigada.
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Ministério do Desenvolvimento Regional, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	
Execução por intermédio de ações diretas da Unidade ou de parcerias com outros entes federativos.	
Participação social	Não

Plano Orçamentário	
0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto
Plano Orçamentário	
000C - Apoio a Planos de Desenvolvimento Macrorregionais e Sub-regionais	
Caracterização	
Apoio à elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional, ordenamento do território e produção irrigada, compreendendo a elaboração de estudos e relatórios.	
Unidade Medida	unidade
Produto	Plano apoiado

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação

Plano Orçamentário			
000D - Estudos Estratégicos			
Caracterização			
Elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional, ordenamento territorial e produção irrigada, visando aos objetivos da PNDR e as funções do ordenamento do território.			
Unidade Medida	unidade	Produto	Estudo realizado

Plano Orçamentário			
000E - Apoio ao Núcleo de Inteligência Regional			
Caracterização			
Apoio à implementação do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto nº 9.810/2019; manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; elaboração de estudos sobre a dinâmica de informações territoriais, suporte às vinculadas para o desenvolvimento de informações técnicas sobre os eixos da PNDR, bem como sobre a dinâmica territorial brasileira.			
Unidade Medida	unidade	Produto	Sistema implementado

Plano Orçamentário			
000H - Promoção do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial – Capacitação			
Caracterização			
Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos.			
Unidade Medida	unidade	Produto	Capacitação realizada

Plano Orçamentário			
000I - Promoção do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial – Evento			
Caracterização			
Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional, ordenamento territorial e produção irrigada, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos.			
Unidade Medida	unidade	Produto	Evento realizado

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	04 - Administração		
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial		
Unidade Responsável	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto			
Unidade de Medida			
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.		
Descrição	Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional, ao ordenamento territorial e à irrigação, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos; apoio à elaboração de planos macrorregionais, estaduais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional, ordenamento do território e produção irrigada; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional, o ordenamento territorial e produção irrigada, incluindo estudos de monitoramento e avaliação dos instrumentos das políticas; apoio à implementação do Comitê Gestor e do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.		
Especificação do Produto			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Sudeco e Estados e Municípios de sua área de abrangência.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução por intermédio de ações diretas da Unidade ou de parcerias com outros entes federativos.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	04 - Administração
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	
Unidade de Medida	
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007. Decreto 9810/2019
Descrição	Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional, ao ordenamento territorial e à irrigação, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos; apoio à elaboração de planos macrorregionais, estaduais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional, ordenamento do território e produção irrigada; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional, o ordenamento territorial e produção irrigada, incluindo estudos de monitoramento e avaliação dos instrumentos das políticas; apoio à implementação do Comitê Gestor e do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.
Especificação do Produto	
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Segmento da sociedade ou do Estado para o qual os bens ou serviços são produzidos ou adquiridos, ou ainda aqueles que diretamente usufruem dos seus efeitos. Sudene e Estados e Municípios da área de atuação.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	
Execução por intermédio de ações diretas da Unidade ou de parcerias com outros entes federativos.	
Participação social	Não

Plano Orçamentário	
0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0004 - Elaboração de Estudos e Planos de Desenvolvimento Regional e Territorial	
Caracterização	
Realização de planejamento regional e/ou territorial, levantamento de dados, elaboração/atualização de estudos, diagnósticos e planos de desenvolvimento territorial integrado, análises de dificuldades, identificação de potencialidades e principais fatores limitantes locais, de forma participativa, e realização o avaliação e monitoramento de ações federais.	
Os planos de desenvolvimento regional e/ou territorial , em múltiplas escalas, proporcionam orientação ao processo de planejamento e aplicação de recursos, explorando especificidades regionais e aspectos sociais, econômicos, ambientais, tendências e condicionantes de seu desenvolvimento, de forma a definir e priorizar ações com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população do território e reduzir as desigualdades regionais, além de contribuir para o ordenamento territorial.	
Unidade Medida	unidade
Produto	Estudo/projeto apoiado/realizado

Plano Orçamentário		
0005 - Fortalecimento das Políticas de Desenvolvimento Regional		
Caracterização		
Implantação das seguintes iniciativas referentes às Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de outras Políticas Nacionais Setoriais vinculadas ao desenvolvimento regional: implementação do pacto de metas para o desenvolvimento regional e apoio a regionalização do PPA Federal e suas revisões e atualizações; apoio às instâncias de governança da PNDR e PRDNE; acompanhamento da tramitação da proposta do projeto de lei da PNDR e PRDNE; promoção de eventos para a divulgação das políticas de desenvolvimento regional; concessão de prêmios para práticas exitosas em desenvolvimento regional; e Produção e edição de publicações e mídias informativas para divulgação e disseminação da temática relativa ao desenvolvimento regional. Apoio a governança, gestão e melhoria dos instrumentos (incluídos FNE, FDNE) do Desenvolvimento Regional.		
Unidade Medida	unidade	Produto Iniciativa implementada

Plano Orçamentário		
0006 - Serviços Especializados de Informação		
Caracterização		
Convergência de seu sistema de inteligência e competência técnica para entender as estruturas e movimentos macroeconômicos da região, em articulação com o movimento regional. A estruturação de um sistema de dados e informações de abrangência regional, em sintonia com o Ipea, Ibge e Banco Central, será um instrumento útil para se conhecer e planejar os movimentos dos investimentos e decisões de políticas públicas e privadas de desenvolvimento. O sistema deverá permitir o acompanhamento do comércio exterior da região e possibilitará a realização de estudos voltados para as vantagens competitivas da região. A referida iniciativa também deverá permitir à apropriação do conhecimento sobre as questões geológicas, cartográfica, hidrológica da região.		
Unidade Medida	unidade	Produto Serviço implementado

Plano Orçamentário		
0007 - Estudos Estratégicos		
Caracterização		
Elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional visando os objetivos do PRDNE, PNDR.		
Unidade Medida	unidade	Produto Estudo realizado

Plano Orçamentário		
0008 - Monitoramento e Avaliação de Instrumentos e Mecanismos de Desenvolvimento Regional		
Caracterização		
Monitoramento e avaliação periódica de planos, programas, políticas públicas, ações e projetos de desenvolvimento regional, incluídos os instrumento de financiamento (FNE, FDNE).		
Unidade Medida	unidade	Produto Avaliação realizada

Plano Orçamentário		
0009 - Apoio a Delimitação do Semiárido		
Caracterização		
realização de eventos, conferências técnicas, reuniões de articulação e participação social, publicação e divulgação.		
Unidade Medida		Produto

Notas de usuário para esta Ação	
Data	07/06/2019
Notas de usuário	Inserir na descrição das informações complementares: Gestão integrada das ações do ministério do desenvolvimento regional e superintendências de desenvolvimento regional ....

Localizador	0020 - Na Região Nordeste		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	04 - Administração
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial
Unidade Responsável	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	
Unidade de Medida	
Base legal	

Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; e Decreto Nº 9.810, de 30 de maio de 2019.

**Descrição**  
Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional, ao ordenamento territorial e à irrigação, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos; apoio à elaboração de planos macrorregionais, estaduais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional, ordenamento do território e produção irrigada; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional, o ordenamento territorial e produção irrigada, incluindo estudos de monitoramento e avaliação dos instrumentos das políticas; apoio à implementação do Comitê Gestor e do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.

Especificação do Produto			
Atividade apoiada			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário			
Sudam e Estados e Municípios da Amazônia Legal.			
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação			
Execução direta ou descentralizada (repasse de recursos a municípios, estados ou consórcios públicos).			
Participação social	Não		

<b>Plano Orçamentário</b>	
0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação - Despesas Diversas	
<b>Caracterização</b>	
Unidade Medida	Produto

<b>Plano Orçamentário</b>	
0007 - Fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais	
<b>Caracterização</b>	
Estímulo ao capital social e ao fortalecimento das administrações locais e regionais, por meio do desenvolvimento institucional em seus diversos aspectos, voltados à consolidação de sistemas de governança multinível. Apoia, também, a criação de conselhos municipais, estaduais e representativos da sociedade, além de consórcios públicos e cooperativas.	
Unidade Medida	Produto

<b>Localizador 6000 - Na Amazônia Legal</b>			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
<b>Abrangência Geográfica</b>			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	04 - Administração
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	
Unidade de Medida	
Base legal	Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020; Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto n. 9.810, de 30 de maio de 2019; Portaria MI n. 34, de 18 de janeiro de 2018; Lei n. 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Portaria MDR n. 3.149, de 27 dezembro de 2019; e Portaria MDR n. 3.153, de 27 dezembro de 2019.
Descrição	Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional, ao ordenamento territorial e à irrigação, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos; apoio à elaboração de planos macrorregionais, estaduais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional, ordenamento do território e produção irrigada; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional, o ordenamento territorial e produção irrigada, incluindo estudos de monitoramento e avaliação dos instrumentos das políticas; apoio à implementação do Comitê Gestor e do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.
Especificação do Produto	Planos Nacionais, Estaduais e Sub-regionais de Desenvolvimento Regional, Ordenamento do Território e Irrigação; estudos estratégicos para o desenvolvimento regional, o ordenamento territorial e a produção irrigada; e estudo de estratégias de implementação da política e revisão de ações implementadas; estudos sobre monitoramento e avaliação da política de desenvolvimento regional, da política de ordenamento territorial e da política nacional de irrigação; capacitações e eventos técnicos em desenvolvimento regional, ordenamento territorial e produção irrigada.
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Ministério do Desenvolvimento Regional, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	
Execução por intermédio de ações diretas da Unidade ou de parcerias com outros entes federativos.	
Participação social	Não

---

Plano Orçamentário	
0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

---

Plano Orçamentário	
000C - Apoio a Planos de Desenvolvimento Macrorregionais e Sub-regionais	
Caracterização	
Apoio à elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional, ordenamento do território e produção irrigada, compreendendo a elaboração de estudos e relatórios.	
Unidade Medida	unidade
Produto	Plano apoiado

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação

Plano Orçamentário	
000D - Estudos Estratégicos	
Caracterização	
Elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional, ordenamento territorial e produção irrigada, visando aos objetivos da PNDR e as funções do ordenamento do território.	
Unidade Medida	Produto
unidade	Estudo realizado

Plano Orçamentário	
000E - Apoio ao Núcleo de Inteligência Regional	
Caracterização	
Apoio à implementação do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto nº 9.810/2019; manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; elaboração de estudos sobre a dinâmica de informações territoriais, suporte às vinculadas para o desenvolvimento de informações técnicas sobre os eixos da PNDR, bem como sobre a dinâmica territorial brasileira.	
Unidade Medida	Produto
unidade	Sistema implementado

Plano Orçamentário	
000H - Promoção do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial – Capacitação	
Caracterização	
Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos.	
Unidade Medida	Produto
unidade	Capacitação realizada

Plano Orçamentário	
000I - Promoção do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial – Evento	
Caracterização	
Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional, ordenamento territorial e produção irrigada, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos.	
Unidade Medida	Produto
unidade	Evento realizado

Notas de usuário para esta Ação	
Data	13/03/2020
Notas de usuário	SOF: ajuste na base legal.

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	04 - Administração		
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto			
Unidade de Medida			
Base legal	Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018.		
Descrição	Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ao ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos e capacitações; apoio à elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e ordenamento do território; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial; apoio à implementação do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial		
Especificação do Produto			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário			
Ministério da Integração Nacional, Estados e Municípios.			
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação			
Execução por intermédio de ações diretas da Unidade ou de parcerias com outros entes federativos.			
Participação social	Não		
Plano Orçamentário			
0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Despesas Diversas			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário			
000C - Apoio a Planos de Desenvolvimento Macrorregionais e sub-regionais			
Caracterização			
Apoio à elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e ordenamento do território, compreendendo a elaboração de estudos e relatórios.			
Unidade Medida	unidade	Produto	Plano apoiado
Plano Orçamentário			
000D - Estudos Estratégicos			
Caracterização			
Elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial, visando os objetivos da PNDR e as funções do ordenamento do território.			
Unidade Medida	unidade	Produto	Estudo realizado

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Plano Orçamentário

000E - Apoio ao Núcleo de Inteligência Regional

Caracterização

Apoio à implementação do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto n.º 9.810/2019; manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; elaboração de estudos sobre a dinâmica de informações territoriais, suporte às vinculadas para o desenvolvimento de informações técnicas sobre os eixos da PNDR, bem como sobre a dinâmica territorial brasileira.

Unidade Medida unidade Produto Sistema implementado

Plano Orçamentário

000F - Promoção do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Capacitação

Caracterização

Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos.

Unidade Medida unidade Produto Capacitação realizada

Plano Orçamentário

000G - Promoção do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Evento

Caracterização

Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos.

Unidade Medida unidade Produto Evento realizado

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	04 - Administração		
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto			
Unidade de Medida			
Base legal	Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018; Portaria MDR n. 3.149, de 27 dezembro de 2019; e Portaria MDR n. 3.153, de 27 dezembro de 2019.		
Descrição	Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ao ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos e capacitações; apoio à elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e ordenamento do território; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial; apoio à implementação do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial		
Especificação do Produto			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Ministério da Integração Nacional, Estados e Municípios.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução por intermédio de ações diretas da Unidade ou de parcerias com outros entes federativos.		
Participação social	Não		
Plano Orçamentário			
	0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Despesas Diversas		
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário			
	000C - Apoio a Planos de Desenvolvimento Macrorregionais e sub-regionais		
Caracterização	Apoio à elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e ordenamento do território, compreendendo a elaboração de estudos e relatórios.		
Unidade Medida	unidade	Produto	Plano apoiado
Plano Orçamentário			
	000D - Estudos Estratégicos		
Caracterização	Elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial, visando os objetivos da PNDR e as funções do ordenamento do território.		
Unidade Medida	unidade	Produto	Estudo realizado

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

### Plano Orçamentário

#### 000E - Apoio ao Núcleo de Inteligência Regional

##### Caracterização

Apoio à implementação do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto n.º 9.810/2019; manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; elaboração de estudos sobre a dinâmica de informações territoriais, suporte às vinculadas para o desenvolvimento de informações técnicas sobre os eixos da PNDR, bem como sobre a dinâmica territorial brasileira.

Unidade Medida unidade

Produto Sistema implementado

### Plano Orçamentário

#### 000F - Promoção do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Capacitação

##### Caracterização

Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos.

Unidade Medida unidade

Produto Capacitação realizada

### Plano Orçamentário

#### 000G - Promoção do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Evento

##### Caracterização

Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos.

Unidade Medida unidade

Produto Evento realizado

### Plano Orçamentário

#### RO07 - Fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais - Regra de Ouro

##### Caracterização

Estímulo ao capital social e ao fortalecimento das administrações locais e regionais, por meio do desenvolvimento institucional em seus diversos aspectos, voltados à consolidação de sistemas de governança multinível. Apoia, também, a criação de conselhos municipais, estaduais e representativos da sociedade, além de consórcios públicos e cooperativas.

Unidade Medida

Produto

### Plano Orçamentário

#### RO0C - Apoio a Planos de Desenvolvimento Macrorregionais e sub-regionais - Regra de Ouro

##### Caracterização

Apoio à elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e ordenamento do território, compreendendo a elaboração de estudos e relatórios.

Unidade Medida unidade

Produto Plano apoiado

### Plano Orçamentário

#### RO0D - Estudos Estratégicos - Regra de Ouro

##### Caracterização

Elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial, visando os objetivos da PNDR e as funções do ordenamento do território.

Unidade Medida unidade

Produto Estudo realizado

### Plano Orçamentário

#### RO0E - Apoio ao Núcleo de Inteligência Regional - Regra de Ouro

##### Caracterização

Apoio à implementação do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto n.º 9.810/2019; manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; elaboração de estudos sobre a dinâmica de informações territoriais, suporte às vinculadas para o desenvolvimento de informações técnicas sobre os eixos da PNDR, bem como sobre a dinâmica territorial brasileira.

Unidade Medida unidade

Produto Sistema implementado

### Notas de usuário para esta Ação

Data 13/03/2020

Notas de usuário SOF: ajuste na base legal.

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93411 - Recursos sob Supervisão da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	04 - Administração		
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto			
Unidade de Medida			
Base legal	Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018.		
Descrição	Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ao ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos e capacitações; apoio à elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e ordenamento do território; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial; apoio à implementação do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial		
Especificação do Produto			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário			
	Ministério da Integração Nacional, Estados e Municípios.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação			
	Execução por intermédio de ações diretas da Unidade ou de parcerias com outros entes federativos.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Despesas Diversas			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Plano Orçamentário			
0007 - Fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais			
Caracterização			
X			
Unidade Medida	Produto		

Localizador 6000 - Na Amazônia Legal			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	04 - Administração		
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial		
Unidade Responsável	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto			
Unidade de Medida			
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.		
Descrição	Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ao ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos e capacitações; apoio à elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e ordenamento do território; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial; apoio à implementação do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial		
Especificação do Produto			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Sudeco e Estados e Municípios de sua área de abrangência.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução por intermédio de ações diretas da Unidade ou de parcerias com outros entes federativos.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário	
0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
R000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Regra de Ouro	
Caracterização	
Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Regra de Ouro	
Unidade Medida	Produto Atividade realizada

Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Localizador 0052 - No Estado de Goiás			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Goiás	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93414 - Recursos sob Supervisão do Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	04 - Administração		
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto			
Unidade de Medida			
Base legal	Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018.		
Descrição	Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional e ao ordenamento territorial, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos e capacitações; apoio à elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e ordenamento do território; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial; apoio à implementação do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial		
Especificação do Produto			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário			
Ministério da Integração Nacional, Estados e Municípios.			
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação			
Execução por intermédio de ações diretas da Unidade ou de parcerias com outros entes federativos.			
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93412 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste(53203)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	04 - Administração
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	
Unidade de Medida	
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007. Decreto 9810/2019
Descrição	Promoção de atividades relativas ao desenvolvimento regional, ao ordenamento territorial e à irrigação, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos; apoio à elaboração de planos macrorregionais, estaduais e sub-regionais; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional, ordenamento do território e produção irrigada; elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional, o ordenamento territorial e produção irrigada, incluindo estudos de monitoramento e avaliação dos instrumentos das políticas; apoio à implementação do Comitê Gestor e do Núcleo de Inteligência Regional, em atendimento ao Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.
Especificação do Produto	
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Segmento da sociedade ou do Estado para o qual os bens ou serviços são produzidos ou adquiridos, ou ainda aqueles que diretamente usufruem dos seus efeitos. Sudene e Estados e Municípios da área de atuação.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	
Execução por intermédio de ações diretas da Unidade ou de parcerias com outros entes federativos.	
Participação social	Não

Plano Orçamentário	
0000 - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0004 - Elaboração de Estudos e Planos de Desenvolvimento Regional e Territorial	
Caracterização	
Realização de planejamento regional e/ou territorial, levantamento de dados, elaboração/atualização de estudos, diagnósticos e planos de desenvolvimento territorial integrado, análises de dificuldades, identificação de potencialidades e principais fatores limitantes locais, de forma participativa, e realização o avaliação e monitoramento de ações federais.	
Os planos de desenvolvimento regional e/ou territorial , em múltiplas escalas, proporcionam orientação ao processo de planejamento e aplicação de recursos, explorando especificidades regionais e aspectos sociais, econômicos, ambientais, tendências e condicionantes de seu desenvolvimento, de forma a definir e priorizar ações com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população do território e reduzir as desigualdades regionais, além de contribuir para o ordenamento territorial.	
Unidade Medida	unidade
Produto	Estudo/projeto apoiado/realizado

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação

Plano Orçamentário  
0005 - Fortalecimento das Políticas de Desenvolvimento Regional

Caracterização  
Implantação das seguintes iniciativas referentes às Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de outras Políticas Nacionais Setoriais vinculadas ao desenvolvimento regional: implementação do pacto de metas para o desenvolvimento regional e apoio a regionalização do PPA Federal e suas revisões e atualizações; apoio às instâncias de governança da PNDR e PRDNE; acompanhamento da tramitação da proposta do projeto de lei da PNDR e PRDNE; promoção de eventos para a divulgação das políticas de desenvolvimento regional; concessão de prêmios para práticas exitosas em desenvolvimento regional; e Produção e edição de publicações e mídias informativas para divulgação e disseminação da temática relativa ao desenvolvimento regional. Apoio a governança, gestão e melhoria dos instrumentos (incluídos FNE, FDNE) do Desenvolvimento Regional.

Unidade Medida unidade Produto Iniciativa implementada

Plano Orçamentário  
0006 - Serviços Especializados de Informação

Caracterização  
Convergência de seu sistema de inteligência e competência técnica para entender as estruturas e movimentos macroeconômicos da região, em articulação com o movimento regional. A estruturação de um sistema de dados e informações de abrangência regional, em sintonia com o Ipea, Ibge e Banco Central, será um instrumento útil para se conhecer e planejar os movimentos dos investimentos e decisões de políticas públicas e privadas de desenvolvimento. O sistema deverá permitir o acompanhamento do comércio exterior da região e possibilitará a realização de estudos voltados para as vantagens competitivas da região. A referida iniciativa também deverá permitir à apropriação do conhecimento sobre as questões geológicas, cartográfica, hidrológica da região.

Unidade Medida unidade Produto Serviço implementado

Plano Orçamentário  
0007 - Estudos Estratégicos  
Caracterização  
Elaboração de estudos estratégicos para o desenvolvimento regional visando os objetivos do PRDNE, PNDR.

Unidade Medida unidade Produto Estudo realizado

Plano Orçamentário  
0008 - Monitoramento e Avaliação de Instrumentos e Mecanismos de Desenvolvimento Regional

Caracterização  
Monitoramento e avaliação periódica de planos, programas, políticas públicas, ações e projetos de desenvolvimento regional, incluídos os instrumento de financiamento (FNE, FDNE).

Unidade Medida unidade Produto Avaliação realizada

Plano Orçamentário  
0009 - Apoio a Delimitação do Semiárido  
Caracterização  
realização de eventos, conferências técnicas, reuniões de articulação e participação social, publicação e divulgação.

Unidade Medida Produto

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta(53101)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	19 - Ciência e Tecnologia
SubFunção	571 - Desenvolvimento Científico
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade

### Base legal

Artigo 218 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e seus parágrafos; Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997 (CNPEM); Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002 (CGEE); Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 (RNP); Decreto nº 3.605, de 20 setembro de 2000 (IMPA); Decreto S/Nº, de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto S/Nº, de 02 de setembro de 2013 (qualifica como Organização Social a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação – Embrapii); Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

### Descrição

Execução de atividades por meio de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais - OS nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que celebrarem contratos de gestão com órgãos e entidades do Governo Federal, relativas a:

I) Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, e aos estudos prospectivos;

II) Manutenção e custeio da infraestrutura física, laboratorial e pessoal;

III) Desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas a pesquisa, fomento, fiscalização e constituição de acervo nas áreas de cultura, saúde e educação;

IV) Prestação de serviços nas áreas específicas de atuação das OS, dirigidas ao ensino, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

As atividades mencionadas serão realizadas nos seguintes temas: educação, florestas, desenvolvimento sustentável, tecnologias da informação e comunicação – TICs, redes, oceanografia, hidrografia, matemática pura e aplicada, disseminação do conhecimento, energia, materiais, nanociências, nanotecnologia, biociências e biotecnologia, bioetanol, engenharias, transferência de tecnologias, produtos e processos industriais; saúde, educação em saúde; e temas correlatos.

### Especificação do Produto

Cumprimento dos Contratos de Gestão firmados entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e as Organizações Sociais.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

Comunidade científica, tecnológica e acadêmica, governo, setores empresarial e produtivo, formuladores de políticas públicas, alunos de escolas públicas e sociedade em geral.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

### Implementação da Ação

Repasse de recursos orçamentários e financeiros para execução dos objetivos e metas dos Contratos de Gestão firmados entre o Ministério de Desenvolvimento Regional e as Organizações Sociais.

Participação social	Não
---------------------	-----

### Plano Orçamentário

0000 - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Despesas Diversas

### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

### Plano Orçamentário

0001 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação voltados a setores produtivos na Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii – OS

### Caracterização

Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação do setor produtivo brasileiro. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e setor produtivo brasileiro, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Credenciamento de unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica. Credenciamento de Polos Embrapii IF para incentivar os Institutos Federais a interagir com as demandas de PD&I do setor produtivo brasileiro, explorando o potencial de contribuição da sua infraestrutura e capacidade de formação de recursos humanos. Estabelecer metas de desempenho para as Unidades e Polos Embrapii, as quais são continuamente acompanhadas e avaliadas pela Embrapii.

Unidade Medida unidade Produto Contrato de gestão mantido

Plano Orçamentário

0003 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação voltados a setores industriais na Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii – OS

Caracterização

Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação da indústria brasileira. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas industriais, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Credenciamento de unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica. Credenciamento de Polos Embrapii IF para incentivar os Institutos Federais a interagir com as demandas de PD&I de empresas industriais, explorando o potencial de contribuição da sua infraestrutura e capacidade de formação de recursos humanos. Estabelecer metas de desempenho para as Unidades e Polos EMBRAPII, as quais são continuamente acompanhadas e avaliadas pela Embrapii.

Unidade Medida unidade Produto Contrato de gestão mantido

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93412 - Recursos sob Supervisão da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	19 - Ciência e Tecnologia
SubFunção	571 - Desenvolvimento Científico
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade apoiada
Unidade de Medida	unidade

### Base legal

Artigo 218 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e seus parágrafos; Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997 (CNPEM); Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002 (CGEE); Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 (RNP); Decreto nº 3.605, de 20 setembro de 2000 (IMPA); Decreto S/Nº, de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto S/Nº, de 02 de setembro de 2013 (qualifica como Organização Social a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação – Embrapii); Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018.

### Descrição

Execução de atividades por meio de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais - OS nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que celebrarem contratos de gestão com órgãos e entidades do Governo Federal, relativas a:

I) Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, e aos estudos prospectivos;

II) Manutenção e custeio da infraestrutura física, laboratorial e pessoal;

III) Desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas a pesquisa, fomento, fiscalização e constituição de acervo nas áreas de cultura, saúde e educação;

IV) Prestação de serviços nas áreas específicas de atuação das OS, dirigidas ao ensino, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

As atividades mencionadas serão realizadas nos seguintes temas: educação, florestas, desenvolvimento sustentável, tecnologias da informação e comunicação – TICs, redes, oceanografia, hidrografia, matemática pura e aplicada, disseminação do conhecimento, energia, materiais, nanociências, nanotecnologia, biociências e biotecnologia, bioetanol, engenharias, transferência de tecnologias, produtos e processos industriais; saúde, educação em saúde; e temas correlatos.

### Especificação do Produto

Cumprimento dos Contratos de Gestão firmados entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e as Organizações Sociais.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

Comunidade científica, tecnológica e acadêmica, governo, setores empresarial e produtivo, formuladores de políticas públicas, alunos de escolas públicas e sociedade em geral.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

### Implementação da Ação

Repasse de recursos orçamentários e financeiros para execução dos objetivos e metas dos Contratos de Gestão firmados entre o Ministério de Desenvolvimento Regional e as Organizações Sociais.

Participação social	Não
---------------------	-----

### Plano Orçamentário

0000 - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Despesas Diversas

### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

### Plano Orçamentário

0001 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação voltados a setores produtivos na Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii – OS

### Caracterização

Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação do setor produtivo brasileiro. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e setor produtivo brasileiro, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Credenciamento de unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica. Credenciamento de Polos Embrapii IF para incentivar os Institutos Federais a interagir com as demandas de PD&I do setor produtivo brasileiro, explorando o potencial de contribuição da sua infraestrutura e capacidade de formação de recursos humanos. Estabelecer metas de desempenho para as Unidades e Polos Embrapii, as quais são continuamente acompanhadas e avaliadas pela Embrapii.

Unidade Medida unidade Produto Contrato de gestão mantido

Plano Orçamentário

0002 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação voltados a setores industriais na Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii – OS

Caracterização

Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação da indústria brasileira. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas industriais, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Credenciamento de unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica. Credenciamento de Polos Embrapii IF para incentivar os Institutos Federais a interagir com as demandas de PD&I de empresas industriais, explorando o potencial de contribuição da sua infraestrutura e capacidade de formação de recursos humanos. Estabelecer metas de desempenho para as Unidades e Polos EMBRAPII, as quais são continuamente acompanhadas e avaliadas pela Embrapii.

Unidade Medida unidade Produto Contrato de gestão mantido

Localizador 0020 - Na Região Nordeste

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	-	-	

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	19 - Ciência e Tecnologia
SubFunção	571 - Desenvolvimento Científico
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade

### Base legal

Artigo 218 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e seus parágrafos; Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997 (CNPEM); Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002 (CGEE); Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 (RNP); Decreto nº 3.605, de 20 setembro de 2000 (IMPA); Decreto S/Nº, de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto S/Nº, de 02 de setembro de 2013 (qualifica como Organização Social a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação – Embrapii); Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

### Descrição

Execução de atividades por meio de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais - OS nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que celebrarem contratos de gestão com órgãos e entidades do Governo Federal, relativas a:

I) Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, e aos estudos prospectivos;

II) Manutenção e custeio da infraestrutura física, laboratorial e pessoal;

III) Desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas a pesquisa, fomento, fiscalização e constituição de acervo nas áreas de cultura, saúde e educação;

IV) Prestação de serviços nas áreas específicas de atuação das OS, dirigidas ao ensino, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

As atividades mencionadas serão realizadas nos seguintes temas: educação, florestas, desenvolvimento sustentável, tecnologias da informação e comunicação – TICs, redes, oceanografia, hidrografia, matemática pura e aplicada, disseminação do conhecimento, energia, materiais, nanociências, nanotecnologia, biociências e biotecnologia, bioetanol, engenharias, transferência de tecnologias, produtos e processos industriais; saúde, educação em saúde; e temas correlatos.

### Especificação do Produto

Cumprimento dos Contratos de Gestão firmados entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e as Organizações Sociais.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

Comunidade científica, tecnológica e acadêmica, governo, setores empresarial e produtivo, formuladores de políticas públicas, alunos de escolas públicas e sociedade em geral.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

### Implementação da Ação

Repasse de recursos orçamentários e financeiros para execução dos objetivos e metas dos Contratos de Gestão firmados entre o Ministério de Desenvolvimento Regional e as Organizações Sociais.

Participação social	Não
---------------------	-----

### Plano Orçamentário

0000 - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Despesas Diversas

### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

### Plano Orçamentário

0001 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação voltados a setores produtivos na Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii – OS

### Caracterização

Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação do setor produtivo brasileiro. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e setor produtivo brasileiro, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Credenciamento de unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica. Credenciamento de Polos Embrapii IF para incentivar os Institutos Federais a interagir com as demandas de PD&I do setor produtivo brasileiro, explorando o potencial de contribuição da sua infraestrutura e capacidade de formação de recursos humanos. Estabelecer metas de desempenho para as Unidades e Polos Embrapii, as quais são continuamente acompanhadas e avaliadas pela Embrapii.

Unidade Medida unidade Produto Contrato de gestão mantido

Plano Orçamentário  
0003 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação voltados a setores industriais na Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii – OS  
Caracterização  
Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação da indústria brasileira. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas industriais, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Credenciamento de unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica. Credenciamento de Polos Embrapii IF para incentivar os Institutos Federais a interagir com as demandas de PD&I de empresas industriais, explorando o potencial de contribuição da sua infraestrutura e capacidade de formação de recursos humanos. Estabelecer metas de desempenho para as Unidades e Polos EMBRAPII, as quais são continuamente acompanhadas e avaliadas pela Embrapii.

Unidade Medida unidade Produto Contrato de gestão mantido

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	19 - Ciência e Tecnologia
SubFunção	571 - Desenvolvimento Científico
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade apoiada
Unidade de Medida	unidade

### Base legal

Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, Decreto nº 8.276, de 27 de Junho de 2014.

### Descrição

Execução de atividades por meio de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais - OS nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que celebrarem contratos de gestão com órgãos e entidades do Governo Federal, relativas a:

I) Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, e aos estudos prospectivos;

II) Manutenção e custeio da infraestrutura física, laboratorial e pessoal;

III) Desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas a pesquisa, fomento, fiscalização e constituição de acervo nas áreas de cultura, saúde e educação;

IV) Prestação de serviços nas áreas específicas de atuação das OS, dirigidas ao ensino, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

As atividades mencionadas serão realizadas nos seguintes temas: educação, florestas, desenvolvimento sustentável, tecnologias da informação e comunicação – TICs, redes, oceanografia, hidrografia, matemática pura e aplicada, disseminação do conhecimento, energia, materiais, nanociências, nanotecnologia, biociências e biotecnologia, bioetanol, engenharias, transferência de tecnologias, produtos e processos industriais; saúde, educação em saúde; e temas correlatos.

### Especificação do Produto

Programas de desenvolvimento gerencial; programas de formação inicial e de educação permanente e continuada; Assessoria técnica para a execução de eventos de capacitação visando desenvolvimento, formação e atualização.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

Governo e sociedade em geral.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

### Implementação da Ação

Repasso de recursos orçamentários e financeiros para execução dos objetivos e metas dos Contratos de Gestão firmado entre a Unidade e as Organizações Sociais.

Participação social	Não
---------------------	-----

### Plano Orçamentário

0000 - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Despesas Diversas

### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

### Plano Orçamentário

0001 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Voltados a Setores Industriais na Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii - OS

### Caracterização

Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação da indústria nordestina. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas industriais, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Promoção do desenvolvimento de produtos e processos inovadores a partir de unidades credenciadas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica nos temas contidos na estratégia do PRDNE.

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Unidade Medida		unidade		Produto		Contrato firmado	
Plano Orçamentário							
0002 - Construção de Portfólio e Plataforma de Tecnologias para o Semiárido Brasileiro com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)							
Caracterização							
Disponibilização, em conjunto com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), e em articulação com diversos Ministérios, Institutos de Pesquisa, Universidades, Embrapa, entre outros parceiros, de um portfólio de tecnologias, aglutinados numa plataforma digital, acessível, amigável e ao alcance de todos os potenciais usuários, principalmente instituições de assistência técnica e pequenos e médios agricultores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Semiárida.							
No Semiárido, região com os maiores índices de desigualdade no País, há um hiato entre a geração de conhecimentos e sua aplicação como instrumento para alavancar um processo de desenvolvimento sustentável. As técnicas, tecnologias e inovações desenvolvidas e aplicáveis que podem auxiliar a população e governos locais no enfrentamento dos graves problemas que incidem sobre o desenvolvimento da região, tais como o avanço dos processos de desertificação, a degradação da terra, os efeitos das secas sobre a economia e o consequente aumento da pobreza, não são devidamente difundidas e/ou possuem baixo nível de aplicação, estando também dispersas no território e em várias instituições estaduais e federais que lidam com estas técnicas e tecnologias. Este Projeto visa suprir a carência de uma ferramenta que organize e disponibilize as tecnologias existentes, voltadas para o desenvolvimento do Semiárido Brasileiro.							
Unidade Medida		unidade		Produto		Contrato firmado	
Plano Orçamentário							
RO01 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Voltados a Setores Industriais na Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii - OS - Regra de Ouro							
Caracterização							
Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação da indústria nordestina. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas industriais, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Promoção do desenvolvimento de produtos e processos inovadores a partir de unidades credenciadas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica nos temas contidos na estratégia do PRDNE.							
Unidade Medida		unidade		Produto		Contrato firmado	
Plano Orçamentário							
RO02 - Construção de Portfólio e Plataforma de Tecnologias para o Semiárido Brasileiro com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) - Regra de Ouro							
Caracterização							
Disponibilização, em conjunto com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), e em articulação com diversos Ministérios, Institutos de Pesquisa, Universidades, Embrapa, entre outros parceiros, de um portfólio de tecnologias, aglutinados numa plataforma digital, acessível, amigável e ao alcance de todos os potenciais usuários, principalmente instituições de assistência técnica e pequenos e médios agricultores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Semiárida.							
No Semiárido, região com os maiores índices de desigualdade no País, há um hiato entre a geração de conhecimentos e sua aplicação como instrumento para alavancar um processo de desenvolvimento sustentável. As técnicas, tecnologias e inovações desenvolvidas e aplicáveis que podem auxiliar a população e governos locais no enfrentamento dos graves problemas que incidem sobre o desenvolvimento da região, tais como o avanço dos processos de desertificação, a degradação da terra, os efeitos das secas sobre a economia e o consequente aumento da pobreza, não são devidamente difundidas e/ou possuem baixo nível de aplicação, estando também dispersas no território e em várias instituições estaduais e federais que lidam com estas técnicas e tecnologias. Este Projeto visa suprir a carência de uma ferramenta que organize e disponibilize as tecnologias existentes, voltadas para o desenvolvimento do Semiárido Brasileiro.							
Unidade Medida		unidade		Produto		Contrato firmado	
Localizador 0020 - Na Região Nordeste							
Custo Total		Total Físico		Início do Localizador		Término do Localizador	
Abrangência Geográfica							
Região		Estado		Município			
Região Nordeste		-		-			

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	19 - Ciência e Tecnologia
SubFunção	571 - Desenvolvimento Científico
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade apoiada
Unidade de Medida	unidade

### Base legal

Artigo 218 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e seus parágrafos; Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997 (CNPQ); Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002 (CGEE); Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 (RNP); Decreto nº 3.605, de 20 setembro de 2000 (IMPA); Decreto S/Nº, de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto S/Nº, de 02 de setembro de 2013 (qualifica como Organização Social a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação – Embrapii); Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018.

### Descrição

Execução de atividades por meio de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais - OS nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que celebrem contratos de gestão com órgãos e entidades do Governo Federal, relativas a:

I) Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, e aos estudos prospectivos;

II) Manutenção e custeio da infraestrutura física, laboratorial e pessoal;

III) Desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas a pesquisa, fomento, fiscalização e constituição de acervo nas áreas de cultura, saúde e educação;

IV) Prestação de serviços nas áreas específicas de atuação das OS, dirigidas ao ensino, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

As atividades mencionadas serão realizadas nos seguintes temas: educação, florestas, desenvolvimento sustentável, tecnologias da informação e comunicação – TICs, redes, oceanografia, hidrografia, matemática pura e aplicada, disseminação do conhecimento, energia, materiais, nanociências, nanotecnologia, biociências e biotecnologia, bioetanol, engenharias, transferência de tecnologias, produtos e processos industriais; saúde, educação em saúde; e temas correlatos.

### Especificação do Produto

Cumprimento dos Contratos de Gestão firmados entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e as Organizações Sociais.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

Comunidade científica, tecnológica e acadêmica, governo, setores empresarial e produtivo, formuladores de políticas públicas, alunos de escolas públicas e sociedade em geral.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

### Implementação da Ação

Repasse de recursos orçamentários e financeiros para execução dos objetivos e metas dos Contratos de Gestão firmados entre o Ministério de Desenvolvimento Regional e as Organizações Sociais.

Participação social Não

### Plano Orçamentário

0000 - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Despesas Diversas

### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

### Plano Orçamentário

0001 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação voltados a setores produtivos na Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii – OS

### Caracterização

Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação do setor produtivo brasileiro. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e setor produtivo brasileiro, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Credenciamento de unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica. Credenciamento de Polos Embrapii IF para incentivar os Institutos Federais a interagir com as demandas de PD&I do setor produtivo brasileiro, explorando o potencial de contribuição da sua infraestrutura e capacidade de formação de recursos humanos. Estabelecer metas de desempenho para as Unidades e Polos Embrapii, as quais são continuamente acompanhadas e avaliadas pela Embrapii.

Unidade Medida unidade Produto Contrato de gestão mantido

Plano Orçamentário

0002 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação voltados a setores industriais na Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii – OS

Caracterização

Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação da indústria brasileira. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas industriais, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Credenciamento de unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica. Credenciamento de Polos Embrapii IF para incentivar os Institutos Federais a interagir com as demandas de PD&I de empresas industriais, explorando o potencial de contribuição da sua infraestrutura e capacidade de formação de recursos humanos. Estabelecer metas de desempenho para as Unidades e Polos EMBRAPII, as quais são continuamente acompanhadas e avaliadas pela Embrapii.

Unidade Medida unidade Produto Contrato de gestão mantido

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	19 - Ciência e Tecnologia
SubFunção	571 - Desenvolvimento Científico
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade apoiada
Unidade de Medida	unidade

### Base legal

Artigo 218 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e seus parágrafos; Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997 (CNPEM); Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002 (CGEE); Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 (RNP); Decreto nº 3.605, de 20 setembro de 2000 (IMPA); Decreto S/Nº, de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto S/Nº, de 02 de setembro de 2013 (qualifica como Organização Social a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação – Embrapii); Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018.

### Descrição

Execução de atividades por meio de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais - OS nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que celebrarem contratos de gestão com órgãos e entidades do Governo Federal, relativas a:

I) Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, e aos estudos prospectivos;

II) Manutenção e custeio da infraestrutura física, laboratorial e pessoal;

III) Desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas a pesquisa, fomento, fiscalização e constituição de acervo nas áreas de cultura, saúde e educação;

IV) Prestação de serviços nas áreas específicas de atuação das OS, dirigidas ao ensino, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

As atividades mencionadas serão realizadas nos seguintes temas: educação, florestas, desenvolvimento sustentável, tecnologias da informação e comunicação – TICs, redes, oceanografia, hidrografia, matemática pura e aplicada, disseminação do conhecimento, energia, materiais, nanociências, nanotecnologia, biociências e biotecnologia, bioetanol, engenharias, transferência de tecnologias, produtos e processos industriais; saúde, educação em saúde; e temas correlatos.

### Especificação do Produto

Cumprimento dos Contratos de Gestão firmados entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e as Organizações Sociais.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

Comunidade científica, tecnológica e acadêmica, governo, setores empresarial e produtivo, formuladores de políticas públicas, alunos de escolas públicas e sociedade em geral.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

### Implementação da Ação

Repasse de recursos orçamentários e financeiros para execução dos objetivos e metas dos Contratos de Gestão firmados entre o Ministério de Desenvolvimento Regional e as Organizações Sociais.

Participação social	Não
---------------------	-----

### Plano Orçamentário

0000 - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Despesas Diversas

### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

### Plano Orçamentário

0001 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação voltados a setores produtivos na Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii – OS

### Caracterização

Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação do setor produtivo brasileiro. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e setor produtivo brasileiro, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Credenciamento de unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica. Credenciamento de Polos Embrapii IF para incentivar os Institutos Federais a interagir com as demandas de PD&I do setor produtivo brasileiro, explorando o potencial de contribuição da sua infraestrutura e capacidade de formação de recursos humanos. Estabelecer metas de desempenho para as Unidades e Polos Embrapii, as quais são continuamente acompanhadas e avaliadas pela Embrapii.

Unidade Medida unidade Produto Contrato de gestão mantido

Plano Orçamentário  
0002 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação voltados a setores industriais na Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii – OS  
Caracterização  
Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação da indústria brasileira. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas industriais, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Credenciamento de unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica. Credenciamento de Polos Embrapii IF para incentivar os Institutos Federais a interagir com as demandas de PD&I de empresas industriais, explorando o potencial de contribuição da sua infraestrutura e capacidade de formação de recursos humanos. Estabelecer metas de desempenho para as Unidades e Polos EMBRAPII, as quais são continuamente acompanhadas e avaliadas pela Embrapii.

Unidade Medida unidade Produto Contrato de gestão mantido

Plano Orçamentário  
RO01 - Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação voltados a setores produtivos na Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii – OS - Regra de Ouro  
Caracterização  
Contribuição visando o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação do setor produtivo brasileiro. Indução da cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e setor produtivo brasileiro, estimulando a transferência de conhecimentos e a busca de soluções tecnológicas. Apoio a projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e unidades credenciadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. Credenciamento de unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constituídas a partir de competências específicas, com experiência comprovada em projetos de inovação em parceria com empresas industriais, que terão como objetivo exclusivo desenvolver projetos de inovação tecnológica. Credenciamento de Polos Embrapii IF para incentivar os Institutos Federais a interagir com as demandas de PD&I do setor produtivo brasileiro, explorando o potencial de contribuição da sua infraestrutura e capacidade de formação de recursos humanos. Estabelecer metas de desempenho para as Unidades e Polos Embrapii, as quais são continuamente acompanhadas e avaliadas pela Embrapii.

Unidade Medida unidade Produto Contrato de gestão mantido

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212M - Apoio e Estruturação de Projetos Aquícolas na Área de Atuação da Codevasf

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Produtor capacitado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.		
Descrição	Capacitação de pequenos e médios produtores/irrigantes e pescadores artesanais em técnicas de criação de peixes em tanques-rede em rios, açudes, grandes reservatórios e canais de perímetros de irrigação e em viveiros escavados. Implantação e manutenção de módulos coletivos, compostos por tanques-rede, telas, delimitadoras de seções de canal (no caso de perímetros irrigados), acessórios, ração, kits de monitoramento da qualidade da água; destinados à capacitação de aqüicultores, pescadores artesanais e pequenos e médios produtores/irrigantes de perímetros de irrigação com acompanhamento, prestação de assistência técnica e manutenção dos tanques-rede e viveiros até a concessão de uso para a gestão pelos beneficiários. Dessa forma, a ação visa oferecer alternativa de trabalho a pequenos e médios produtores/irrigantes e a pescadores artesanais, inserindo-os na cadeia produtiva da aquicultura; revitalizar a pesca profissional a partir da diminuição do esforço de pesca sobre os estoques pesqueiros naturais, com possibilidade de recuperação de espécies de peixes em processo de extinção; e aumentar a produção de pescado.		
Especificação do Produto	Produtores/pescadores capacitados nas unidades demonstrativas em piscicultura compostas por tanques-rede, viveiros, galpão, equipamentos, utensílios de pesca e ração para alimentação de peixes.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário			
Produtores/pescadores			
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Sim		
Organização da Sociedade Civil			
Organização da Sociedade Civil			

Plano Orçamentário			
0000 - Apoio e Estruturação de Projetos Aquícolas na Área de Atuação da Codevasf			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212M - Apoio e Estruturação de Projetos Aquícolas na Área de Atuação da Codevasf

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos sob Supervisão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Produtor capacitado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.		
Descrição	Capacitação de pequenos e médios produtores/irrigantes e pescadores artesanais em técnicas de criação de peixes em tanques-rede em rios, açudes, grandes reservatórios e canais de perímetros de irrigação e em viveiros escavados. Implantação e manutenção de módulos coletivos, compostos por tanques-rede, telas, delimitadoras de seções de canal (no caso de perímetros irrigados), acessórios, ração, kits de monitoramento da qualidade da água; destinados à capacitação de aqüicultores, pescadores artesanais e pequenos e médios produtores/irrigantes de perímetros de irrigação com acompanhamento, prestação de assistência técnica e manutenção dos tanques-rede e viveiros até a concessão de uso para a gestão pelos beneficiários. Dessa forma, a ação visa oferecer alternativa de trabalho a pequenos e médios produtores/irrigantes e a pescadores artesanais, inserindo-os na cadeia produtiva da aquicultura; revitalizar a pesca profissional a partir da diminuição do esforço de pesca sobre os estoques pesqueiros naturais, com possibilidade de recuperação de espécies de peixes em processo de extinção; e aumentar a produção de pescado.		
Especificação do Produto	Produtores/pescadores capacitados nas unidades demonstrativas em piscicultura compostas por tanques-rede, viveiros, galpão, equipamentos, utensílios de pesca e ração para alimentação de peixes.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Produtores/pescadores		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Sim		
Organização da Sociedade Civil			
Organização da Sociedade Civil			

Plano Orçamentário			
0000 - Apoio e Estruturação de Projetos Aquícolas na Área de Atuação da Codevasf			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

212M - Apoio e Estruturação de Projetos Aquícolas na Área de Atuação da Codevasf

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Unidade Responsável	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade produtiva apoiada
Unidade de Medida	unidade
Base legal	

Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014.

**Descrição**  
Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.

**Especificação do Produto**  
Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
População da Amazônia Legal.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

**Implementação da Ação**

Execução direta ou descentralizada (repasse de recursos a municípios, estados ou consórcios públicos)

Participação social	Não
---------------------	-----

Plano Orçamentário	
0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBAC - Emenda de Bancada do Estado do Acre	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado do Acre	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Localizador	6000 - Na Amazônia Legal		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional			
Momento da ação	Consolidado		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Atividade produtiva apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007 ; Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014; e Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009.		
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.		
Especificação do Produto	Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Pequenos produtores, agricultores familiares, situados na área de abrangência da SUDECO.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Atividade produtiva apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007 ; Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.		
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.		
Especificação do Produto	Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Pequenos produtores, agricultores familiares, microempreendedores, associados e cooperados, além de atores relevantes da área de abrangência de arranjos produtivos locais/ Rotas da área de atuação da SUDENE.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução indireta por meio de Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Localizador 0027 - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Unidade Responsável	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade produtiva apoiada
Unidade de Medida	unidade
Base legal	
Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014.	
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.
Especificação do Produto	Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.
Ação de Insumo Estratégico	NãoRegionalização na ExecuçãoSim
Beneficiário	
População da Amazônia Legal.	
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	
Execução direta ou descentralizada (repasse de recursos a municípios, estados ou consórcios públicos)	
Participação social	Não

Plano Orçamentário	
0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBAC - Emenda de Bancada do Estado do Acre	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado do Acre	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Plano Orçamentário			
RO00 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas - Regra de Ouro			
Caracterização			
Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas - Regra de Ouro			
Unidade Medida	unidade	Produto	Atividade realizada
Localizador 0012 - No Estado do Acre			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	-	
Localizador 0015 - No Estado do Pará			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Pará	-	
Localizador 0016 - No Estado do Amapá			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Amapá	-	
Localizador 0051 - No Estado de Mato Grosso			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Mato Grosso	-	
Localizador 0157 - No Município de Cruzeiro do Sul - AC			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	Cruzeiro do Sul	
Localizador 0166 - No Município de Rio Branco - AC			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	Rio Branco	
Localizador 0170 - No Município de Sena Madureira - AC			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	Sena Madureira	
Localizador 0243 - No Município de Iracema - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Iracema	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Localizador 0245 - No Município de Normandia - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Normandia	

Localizador 0246 - No Município de Pacaraima - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Pacaraima	

Localizador 0248 - No Município de São João da Baliza - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	São João da Baliza	

Localizador 6000 - Na Amazônia Legal			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Localizador 7000 - Aquisição de equipamentos e material permanente - No Estado do Acre			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	-	

Localizador 7001 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado do Acre			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Atividade produtiva apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.		
Especificação do Produto	Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Produtores e população da área de abrangência da região onde será executado o projeto.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário	0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas		
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Plano Orçamentário	R000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Regra de Ouro		
Caracterização	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Regra de Ouro		
Unidade Medida	unidade	Produto	Atividade realizada

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	
Localizador 0027 - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	
Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	-	
Localizador 0035 - No Estado de São Paulo			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	-	
Localizador 0041 - No Estado do Paraná			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Paraná	-	
Localizador 0043 - No Estado do Rio Grande do Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Rio Grande do Sul	-	
Localizador 0052 - No Estado de Goiás			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Goiás	-	
Localizador 3474 - No Município de Campinas - SP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	Campinas	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93411 - Recursos sob Supervisão da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Atividade produtiva apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.		
Especificação do Produto	Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Produtores e população da área de abrangência da região onde será executado o projeto.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário	0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas		
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Plano Orçamentário	ECOM - Emenda de Comissão		
Caracterização	Emenda de Comissão		
Unidade Medida	Produto		



## 214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

**Produto**

■

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Atividade produtiva apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.		
Especificação do Produto	Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Produtores e população da área de abrangência da região onde será executado o projeto.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário	0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas		
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Plano Orçamentário	ECOM - Emenda de Comissão		
Caracterização	Emenda de Comissão		
Unidade Medida	Produto		

## 214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

## Plano Orçamentário

**EIND - Emenda Individual**

### Caracterização

## Emenda Individual

Unidade Medida

**Produto**

Localizador 0001 - Nacional

**Custo Total****Total Físico**

## Início do Localizador

## Término do Localizador

### Abrangência Geográfica

Região

## Estado

Município

**Nacional**

1

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade produtiva apoiada
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

#### Descrição

Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.

#### Especificação do Produto

Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Pequenos produtores, agricultores familiares, situados na área de abrangência da CODEVASF.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou através de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

#### Plano Orçamentário

0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas

#### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

#### Plano Orçamentário

0001 - Provimento de Infraestrutura Produtiva, Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica para Arranjos Produtivos Locais

#### Caracterização

"Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, por meio da resolução de gargalos nos processos produtivos em todas as instâncias, podendo sê-las produtivas, de beneficiamento ou ainda de inserção mercadológica, perfazendo assim, o apoio a toda cadeia de valor e promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos materiais e insumos, bem como a promoção de capacitações, intercâmbio de produtores, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismos como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente, nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs e apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção: o recorte territorial define o espaço comum a ser trabalhado e o modelo de governança adotado, enquanto o recorte setorial sinaliza o conteúdo das ações a serem definidas e trabalhadas de modo integrado e cooperativo."

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Unidade Medida	unidade	Produto	Entidade apoiada
----------------	---------	---------	------------------

Plano Orçamentário

RO00 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas - Regra de Ouro

Caracterização

Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas - Regra de Ouro

Unidade Medida	unidade	Produto	Atividade realizada
----------------	---------	---------	---------------------

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos sob Supervisão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade produtiva apoiada
Unidade de Medida	unidade

Base legal  
Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

Descrição  
Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.

Especificação do Produto  
Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

Beneficiário  
Produtores e população da área de abrangência da região onde será executado o projeto.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

Implementação da Ação  
Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.

Participação social	Não
---------------------	-----

Plano Orçamentário	
0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
ECOM - Emenda de Comissão	
Caracterização	
Emenda de Comissão	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Plano Orçamentário  
EIND - Emenda Individual  
Caracterização  
Emenda Individual

Unidade Medida		Produto	
Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade produtiva apoiada
Unidade de Medida	unidade
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018.
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.
Especificação do Produto	Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Produtores e população da área de abrangência da região onde será executado o projeto.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.
Participação social	Não

Plano Orçamentário	
0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0002 - Polos de Agricultura Irrigada	
Caracterização	Implementação de projetos prioritários nos “Polos de Agricultura irrigada”, que são aglomerados agrícolas irrigados com potencial de expansão da agricultura irrigada ou de melhoria da eficiência da irrigação e cuja presença possibilita a dinamização da economia e dos índices de desenvolvimento da população. A iniciativa foi instituída pela Portaria MDR nº 1.82, de 25 de abril de 2019, e faz parte integrante das ações de implementação da Política Nacional de irrigação, Lei nº 12.787/13, e de incentivo ao desenvolvimento regional no âmbito do MDR. A ação tem o objetivo de desenvolvimento da agricultura irrigada por meio da elaboração de projetos e estudos, implementação de infraestruturas de irrigação, de apoio à produção e aquisição de equipamentos e serviços, implementação de unidades de referência em agricultura irrigada para transferência de tecnologia, unidades demonstrativas de irrigação, projetos de estruturação produtiva da agricultura irrigada com foco na gestão de recursos hídricos, na implementação de sistemas de irrigação mais eficientes e reúso de água para irrigação, e a elaboração de estudos e implementação de energias



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

renováveis.

Unidade Medida unidade

Produto Projeto apoiado

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade produtiva apoiada
Unidade de Medida	unidade
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.
Especificação do Produto	Apio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Pequenos produtores, agricultores familiares, situados na área de abrangência da CODEVASF.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou através de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.
Participação social	Sim
Outros	

Plano Orçamentário			
0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade produtiva apoiada
Unidade de Medida	unidade
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007 ; Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.
Especificação do Produto	Apio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Pequenos produtores, agricultores familiares, microempreendedores, associados e cooperados, além de atores relevantes da área de abrangência de arranjos produtivos locais/ Rotas da área de atuação da SUDENE.
Tipo de implementação	Descentralizada
Implementação da Ação	Execução indireta por meio de Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.
Participação social	Não

Plano Orçamentário			
0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta(53101)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade produtiva apoiada
Unidade de Medida	unidade
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018.
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.
Especificação do Produto	Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Produtores e população da área de abrangência da região onde será executado o projeto.
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.
Participação social	Não

Plano Orçamentário	
0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0002 - Polos de Agricultura Irrigada	
Caracterização	
Implementação de projetos prioritários nos “Polos de Agricultura irrigada”, que são aglomerados agrícolas irrigados com potencial de expansão da agricultura irrigada ou de melhoria da eficiência da irrigação e cuja presença possibilita a dinamização da economia e dos índices de desenvolvimento da população. A iniciativa foi instituída pela Portaria MDR nº 1.82, de 25 de abril de 2019, e faz parte integrante das ações de implementação da Política Nacional de irrigação, Lei nº 12.787/13, e de incentivo ao desenvolvimento regional no âmbito do MDR.	
A ação tem o objetivo de desenvolvimento da agricultura irrigada por meio da elaboração de projetos e estudos, implementação de infraestruturas de irrigação, de apoio à produção e aquisição de equipamentos e serviços, implementação de unidades de referência em agricultura irrigada para transferência de tecnologia, unidades demonstrativas de irrigação, projetos de estruturação produtiva da agricultura irrigada com foco na gestão de recursos hídricos, na implementação de sistemas de irrigação mais eficientes e reúso de água para irrigação, e a elaboração de estudos e implementação de energias	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

renováveis.

Unidade Medida **unidade**

Produto **Projeto apoiado**

Localizador **0001 - Nacional**

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
<b>Nacional</b>	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF(53201)		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Atividade produtiva apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.		
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.		
Especificação do Produto	Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Pequenos produtores, agricultores familiares, situados na área de abrangência da CODEVASF.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou através de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Sim		
Outros			

Plano Orçamentário	
0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93411 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia(53202)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Unidade Responsável	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Atividade produtiva apoiada
Unidade de Medida	unidade
Base legal	
Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014.	
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.
Especificação do Produto	Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.
Ação de Insumo Estratégico	NãoRegionalização na ExecuçãoSim
Beneficiário	
População da Amazônia Legal.	
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	
Execução direta ou descentralizada (repasse de recursos a municípios, estados ou consórcios públicos)	
Participação social	Não

Plano Orçamentário	
0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBAC - Emenda de Bancada do Estado do Acre	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado do Acre	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Localizador	6000 - Na Amazônia Legal		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional			
Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93412 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste(53203)		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Atividade produtiva apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007 ; Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.		
Descrição	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.		
Especificação do Produto	Apoio a ações que promovam a superação de gargalos nas cadeias e nos arranjos produtivos locais em qualquer dos subsistemas: insumos, produção, processamento e comercialização ou mesmo questões transversais associadas à dotação de infraestrutura e ao fortalecimento do capital social, de forma a dotá-las de capacidade de autossustentação e competitividade mercadológica. Compreendendo, também, recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Pequenos produtores, agricultores familiares, microempreendedores, associados e cooperados, além de atores relevantes da área de abrangência de arranjos produtivos locais/ Rotas da área de atuação da SUDENE.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução indireta por meio de Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		
Plano Orçamentário			
0000 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Ação Orçamentária

215H - Gestão da Política Nacional de Irrigação

Momento da ação	Consolidado
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	
Unidade de Medida	
Base legal	

Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

**Descrição**  
Implementação dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação, incluindo: o Plano Nacional de Irrigação, que terá caráter orientador para a elaboração dos planos e projetos de irrigação pelos Estados e caráter determinativo para a implantação de projetos de irrigação pela União; os Planos Estaduais de Irrigação, estudos de caráter estratégico e de subsídios à formulação das políticas setoriais que impactarão no desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada; o programa de capacitação e sua execução, que requer a sistematização das ofertas e demandas apropriadas a cada público-alvo por região e por unidade federativa com os temas relacionados à água no meio rural e à gestão de projetos públicos de irrigação; a atualização dos manuais de irrigação, para dar suporte aos procedimentos utilizados pelos diversos atores da agricultura irrigada no desenvolvimento de projetos de irrigação; a promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores irrigantes, por meio da implementação de um programa de ATER junto com os órgãos parceiros, para atender a contento a necessidade de cada região.

**Especificação do Produto**  
Implementação dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
União, Estados, Municípios, Técnicos, Gestores e Agricultores Irrigantes.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

**Implementação da Ação**  
Execução direta e/ou indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.

Participação social	Não
---------------------	-----

Plano Orçamentário	
0000 - Gestão da Política Nacional de Irrigação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0001 - Elaboração de estudos para o Plano Nacional de Irrigação	
Caracterização	
De acordo com a Política Nacional de Irrigação - PNI, o Plano Nacional de Irrigação terá caráter orientador para a elaboração dos planos e projetos de irrigação pelos Estados e pelo Distrito Federal e caráter determinativo para a implantação de projetos de irrigação pela União. Com isto, este plano de abrangência nacional, visa levantar e espacializar variáveis de interesse para a compreensão do desenvolvimento da agricultura irrigada, tais como aptidão agrícola, disponibilidade de recursos hídricos, sensibilidade de impacto ambiental, infraestrutura necessária, além da caracterização da distribuição de renda no meio rural, do perfil da agricultura desenvolvida e da adequação da alocação de investimentos públicos no setor. O Plano Nacional de Irrigação contemplará o planejamento, a execução, o monitoramento e o indicativo da necessidade de atualizações periódicas.	
Unidade Medida	unidade
	Produto
	Estudo elaborado

Plano Orçamentário

0002 - Elaboração de Planos Estaduais de Irrigação

Caracterização

De acordo com a Política Nacional de Irrigação, os Planos Estaduais de Irrigação são estudos de caráter estratégico e de subsídio à formulação das políticas setoriais, as quais impactarão direta ou indiretamente o desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada nos respectivos Estados. Assim, os Planos Estaduais de Irrigação contemplarão o planejamento, a execução, o monitoramento e o indicativo da necessidade de revisões periódicas.

Unidade Medida unidade

Produto Plano elaborado

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

219H - Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	18 - Gestão Ambiental		
SubFunção	544 - Recursos Hídricos		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Infraestrutura mantida		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 81.351, de 17 de fevereiro de 1978, que promulgou o Tratado de Cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim; Decreto nº 1.148, de 26 de maio de 1994; Decreto nº 4.258, de 4 de junho de 2002; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Manutenção e operação de infraestrutura física, realizada pela Universidade Federal de Pelotas, por meio de sua Agência da Lagoa Mirim, mediante apoio administrativo, técnico e financeiro à Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (SB/CLM) necessário à fiel execução, na área brasileira, do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim, nos termos do Decreto nº 1.148, de 26 de maio de 1994.		
Especificação do Produto	Infraestrutura mantida por meio da realização de serviços administrativos e apoio técnico e financeiro da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Sociedade civil, composta pelas comunidades locais, urbanas e rurais na área de abrangência da Bacia da Lagoa Mirim - São Gonçalo.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	A implementação ocorrerá sob competência e responsabilidade da Agência da Lagoa Mirim – ALM/UFPel, responsável pela execução do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim, por meio da execução de obras de manutenção (por meio de transferência de recurso orçamentário e financeiro via Termo de Execução Descentralizada - TED) na Barragem e Eclusa do Canal São Gonçalo.		
Participação social	Sim		
Organização da Sociedade Civil			
Outros			
Outros			

Plano Orçamentário	
0000 - Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário		
RO00 - Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão - Regra de Ouro		
Caracterização		
Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão - Regra de Ouro		
Unidade Medida	unidade	Produto Atividade realizada

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

219H - Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão

Localizador	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Rio Grande do Sul	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

219H - Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta(53101)		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	18 - Gestão Ambiental		
SubFunção	544 - Recursos Hídricos		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Infraestrutura mantida		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 81.351, de 17 de fevereiro de 1978, que promulgou o Tratado de Cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim; Decreto nº 1.148, de 26 de maio de 1994; Decreto nº 4.258, de 4 de junho de 2002; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Manutenção e operação de infraestrutura física, realizada pela Universidade Federal de Pelotas, por meio de sua Agência da Lagoa Mirim, mediante apoio administrativo, técnico e financeiro à Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (SB/CLM) necessário à fiel execução, na área brasileira, do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim, nos termos do Decreto nº 1.148, de 26 de maio de 1994.		
Especificação do Produto	Infraestrutura mantida por meio da realização de serviços administrativos e apoio técnico e financeiro da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Sociedade civil, composta pelas comunidades locais, urbanas e rurais na área de abrangência da Bacia da Lagoa Mirim - São Gonçalo.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	A implementação ocorrerá sob competência e responsabilidade da Agência da Lagoa Mirim – ALM/UFPel, responsável pela execução do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim, por meio da execução de obras de manutenção (por meio de transferência de recurso orçamentário e financeiro via Termo de Execução Descentralizada - TED) na Barragem e Eclusa do Canal São Gonçalo.		
Participação social	Sim		
Organização da Sociedade Civil			
Organização da Sociedade Civil			
Outros			
Outros			

Plano Orçamentário			
0000 - Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0043 - No Estado do Rio Grande do Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Rio Grande do Sul	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

219H - Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	18 - Gestão Ambiental		
SubFunção	544 - Recursos Hídricos		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Infraestrutura mantida		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 81.351, de 17 de fevereiro de 1978, que promulgou o Tratado de Cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim; Decreto nº 1.148, de 26 de maio de 1994; Decreto nº 4.258, de 4 de junho de 2002; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Manutenção e operação de infraestrutura física, realizada pela Universidade Federal de Pelotas, por meio de sua Agência da Lagoa Mirim, mediante apoio administrativo, técnico e financeiro à Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (SB/CLM) necessário à fiel execução, na área brasileira, do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim, nos termos do Decreto nº 1.148, de 26 de maio de 1994.		
Especificação do Produto	Infraestrutura mantida por meio da realização de serviços administrativos e apoio técnico e financeiro da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Sociedade civil, composta pelas comunidades locais, urbanas e rurais na área de abrangência da Bacia da Lagoa Mirim - São Gonçalo.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	A implementação ocorrerá sob competência e responsabilidade da Agência da Lagoa Mirim – ALM/UFPel, responsável pela execução do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim, por meio da execução de obras de manutenção (por meio de transferência de recurso orçamentário e financeiro via Termo de Execução Descentralizada - TED) na Barragem e Eclusa do Canal São Gonçalo.		
Participação social	Sim		
Organização da Sociedade Civil			
Plano Orçamentário	0000 - Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão - Despesas Diversas		
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário	RO00 - Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão - Regra de Ouro		
Caracterização	Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão - Regra de Ouro		
Unidade Medida	unidade	Produto	Atividade realizada
Localizador	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Rio Grande do Sul	-	

**Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial**

219H - Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão



## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Centro/estação mantido(a)
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

#### Descrição

Funcionamento das estações e centros de pesquisa em aquicultura, que inclui a aquisição de material permanente e de consumo, a realização de obras e instalações, o pagamento de obrigações tributárias e a contratação de serviços. As unidades custeadas por essa ação têm por objetivo promover a sustentabilidade da pesca e desenvolvimento da aquicultura por meio da produção de alevinos de espécies de importância econômica e ecológica para peixamentos de rios, lagoas, reservatórios e açudes, e para o incremento da produção do pescado por aquicultores, apoio a ações voltadas para a estruturação de arranjos produtivos locais (APLs) de aquicultura, desenvolvimento de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes em viveiros, tanques-rede e canais de irrigação, capacitação de técnicos, produtores, pescadores artesanais e estudantes em técnicas de manejo e criação de peixes, associativismo e gestão de empreendimentos aquícolas, prestação de assistência técnica, e realização e publicação de pesquisas em aquicultura, limnologia e biologia pesqueira, entre outros assuntos correlatos.

#### Especificação do Produto

Estação/Centro de Pesquisa para produção de alevinos, prestação de assistência técnica, realização de capacitação, pesquisas, identificação e mapeamento das espécies nos mananciais das bacias da área de atuação da Codevasf, apoio aos arranjos produtivos locais (APLs) de aquicultura, desenvolvimento e implantação de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes e/ou camarões.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Pescadores, piscicultores, técnicos, estudantes e instituições de pesquisa.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

#### Implementação da Ação

Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Sim
---------------------	-----

Organização da Sociedade Civil

#### Outros

#### Plano Orçamentário

0000 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

#### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

#### Notas de usuário para esta Ação

Data	20/03/2019
Notas de usuário	Correção de erro de digitação na Especificação do Produto.

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Localizador 0026 - No Estado de Pernambuco			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	-	

Localizador 0027 - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	

Localizador 0028 - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF(53201)		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Centro/estação mantido(a)		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.		
Descrição	Funcionamento das estações e centros de pesquisa em aquicultura, que inclui a aquisição de material permanente e de consumo, a realização de obras e instalações, o pagamento de obrigações tributárias e a contratação de serviços. As unidades custeadas por essa ação têm por objetivo promover a sustentabilidade da pesca e desenvolvimento da aquicultura por meio da produção de alevinos de espécies de importância econômica e ecológica para peixamentos de rios, lagoas, reservatórios e açudes, e para o incremento da produção do pescado por aquicultores, apoio a ações voltadas para a estruturação de arranjos produtivos locais (APLs) de aquicultura, desenvolvimento de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes em viveiros, tanques-rede e canais de irrigação, capacitação de técnicos, produtores, pescadores artesanais e estudantes em técnicas de manejo e criação de peixes, associativismo e gestão de empreendimentos aquícolas, prestação de assistência técnica, e realização e publicação de pesquisas em aquicultura, limnologia e biologia pesqueira, entre outros assuntos correlatos.		
Especificação do Produto	Estação/Centro de Pesquisa para produção de alevinos, prestação de assistência técnica, realização de capacitação, pesquisas, identificação e mapeamento das espécies nos mananciais das bacias da área de atuação da Codevasf, apoio aos arranjos produtivos locais (APLs) de aquicultura, desenvolvimento e implantação de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes e/ou camarões.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Pescadores, piscicultores, técnicos, estudantes e instituições de pesquisa.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Sim		
Organização da Sociedade Civil			
Organização da Sociedade Civil			
Outros			

Plano Orçamentário			
0000 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	0026 - No Estado de Pernambuco		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Localizador 0027 - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	

Localizador 0028 - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Centro/estação mantido(a)
Unidade de Medida	unidade

Base legal  
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Descrição  
Funcionamento das estações e centros de pesquisa em aquicultura, que inclui a aquisição de material permanente e de consumo, a realização de obras e instalações, o pagamento de obrigações tributárias e a contratação de serviços. As unidades custeadas por essa ação têm por objetivo promover a sustentabilidade da pesca e desenvolvimento da aquicultura por meio da produção de alevinos de espécies de importância econômica e ecológica para peixamentos de rios, lagoas, reservatórios e açudes, e para o incremento da produção do pescado por aquicultores, apoio a ações voltadas para a estruturação de arranjos produtivos locais (APLs) de aquicultura, desenvolvimento de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes em viveiros, tanques-rede e canais de irrigação, capacitação de técnicos, produtores, pescadores artesanais e estudantes em técnicas de manejo e criação de peixes, associativismo e gestão de empreendimentos aquícolas, prestação de assistência técnica, e realização e publicação de pesquisas em aquicultura, limnologia e biologia pesqueira, entre outros assuntos correlatos.

Especificação do Produto  
Estação/Centro de Pesquisa para produção de alevinos, prestação de assistência técnica, realização de capacitação, pesquisas, identificação e mapeamento das espécies nos mananciais das bacias da área de atuação da Codevasf, apoio aos arranjos produtivos locais (APLs) de aquicultura, desenvolvimento e implantação de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes e/ou camarões.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

Beneficiário  
Pescadores, piscicultores, técnicos, estudantes e instituições de pesquisa.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

Implementação da Ação  
Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Sim
---------------------	-----

Organização da Sociedade Civil

Plano Orçamentário	
0000 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
RO00 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - Regra de Ouro	
Caracterização	
Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - Regra de Ouro	
Unidade Medida	Produto Atividade realizada

Notas de usuário para esta Ação

Data	20/03/2019
Notas de usuário	Correção de erro de digitação na Especificação do Produto.

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Localizador 0026 - No Estado de Pernambuco			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	-	

Localizador 0027 - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	

Localizador 0028 - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF(53201)		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Centro/estação mantido(a)		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.		
Descrição	Funcionamento das estações e centros de pesquisa em aquicultura, que inclui a aquisição de material permanente e de consumo, a realização de obras e instalações, o pagamento de obrigações tributárias e a contratação de serviços. As unidades custeadas por essa ação têm por objetivo promover a sustentabilidade da pesca e desenvolvimento da aquicultura por meio da produção de alevinos de espécies de importância econômica e ecológica para peixamentos de rios, lagoas, reservatórios e açudes, e para o incremento da produção do pescado por aquicultores, apoio a ações voltadas para a estruturação de arranjos produtivos locais (APLs) de aquicultura, desenvolvimento de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes em viveiros, tanques-rede e canais de irrigação, capacitação de técnicos, produtores, pescadores artesanais e estudantes em técnicas de manejo e criação de peixes, associativismo e gestão de empreendimentos aquícolas, prestação de assistência técnica, e realização e publicação de pesquisas em aquicultura, limnologia e biologia pesqueira, entre outros assuntos correlatos.		
Especificação do Produto	Estação/Centro de Pesquisa para produção de alevinos, prestação de assistência técnica, realização de capacitação, pesquisas, identificação e mapeamento das espécies nos mananciais das bacias da área de atuação da Codevasf, apoio aos arranjos produtivos locais (APLs) de aquicultura, desenvolvimento e implantação de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes e/ou camarões.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Pescadores, piscicultores, técnicos, estudantes e instituições de pesquisa.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Sim		
Outros			

Plano Orçamentário			
0000 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	0026 - No Estado de Pernambuco		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Localizador 0027 - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	

Localizador 0028 - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Centro/estação mantido(a)
Unidade de Medida	unidade

Base legal  
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Descrição  
Funcionamento das estações e centros de pesquisa em aquicultura, que inclui a aquisição de material permanente e de consumo, a realização de obras e instalações, o pagamento de obrigações tributárias e a contratação de serviços. As unidades custeadas por essa ação têm por objetivo promover a sustentabilidade da pesca e desenvolvimento da aquicultura por meio da produção de alevinos de espécies de importância econômica e ecológica para peixamentos de rios, lagoas, reservatórios e açudes, e para o incremento da produção do pescado por aquicultores, apoio a ações voltadas para a estruturação de arranjos produtivos locais (APLs) de aquicultura, desenvolvimento de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes em viveiros, tanques-rede e canais de irrigação, capacitação de técnicos, produtores, pescadores artesanais e estudantes em técnicas de manejo e criação de peixes, associativismo e gestão de empreendimentos aquícolas, prestação de assistência técnica, e realização e publicação de pesquisas em aquicultura, limnologia e biologia pesqueira, entre outros assuntos correlatos.

Especificação do Produto  
Estação/Centro de Pesquisa para produção de alevinos, prestação de assistência técnica, realização de capacitação, pesquisas, identificação e mapeamento das espécies nos mananciais das bacias da área de atuação da Codevasf, apoio aos arranjos produtivos locais (APLs) de aquicultura, desenvolvimento e implantação de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes e/ou camarões.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

Beneficiário  
Pescadores, piscicultores, técnicos, estudantes e instituições de pesquisa.

Tipo de implementação Direta Descentralizada

Implementação da Ação  
Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social Sim

Outros

Plano Orçamentário	
0000 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
RO00 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - Regra de Ouro	
Caracterização	
Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - Regra de Ouro	
Unidade Medida	Produto Atividade realizada

Notas de usuário para esta Ação	
Data	20/03/2019
Notas de usuário	Correção de erro de digitação na Especificação do Produto.

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Localizador 0026 - No Estado de Pernambuco			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	-	

Localizador 0027 - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	

Localizador 0028 - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	-	

## Ação Orçamentária

3770 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - 1ª e 2ª Etapa - com 6.584 ha no Estado de Goiás

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Diretoria de Planejamento e Avaliação
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto executado
Unidade de Medida	percentual de execução física

### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009.

### Descrição

Implantação de obras de infraestrutura de irrigação de uso comum em duas áreas independentes, com 8.148ha de área total e 6.584ha de área útil (Superfície Agrícola Útil -SAU), compreendendo captação flutuante, estações bombeamento, subestações elétricas, rede viária e diques, rede de canais coletores de drenagem, rede elétrica, obras de arte. A 1ª etapa, com 1.844ha, encontra-se concluída e em operação. A Fase A da 2ª etapa com 960ha encontra-se concluída. Esse projeto visa contribuir para a elevação da produção e da produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada.

### Especificação do Produto

Obras de infraestrutura de irrigação de uso comum implantadas em 6.580ha de área útil (Superfície Agrícola Útil -SAU), compreendendo captação flutuante, estações bombeamento, subestações elétricas, rede viária e diques, rede de canais coletores de drenagem, rede elétrica, obras de arte.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência do Projeto Público de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - 1ª e 2ª Etapas, no Estado de Goiás.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

### Implementação da Ação

Apresentação do Plano de Trabalho pelo conveniente, contendo a execução física e financeira (recursos no OGU + contrapartida), que após aprovado pela área técnica celebra o respectivo convênio.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	26/12/1997	Término da Ação	31/12/2022
----------------	------------	-----------------	------------

### Plano Orçamentário

0000 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - 1ª e 2ª Etapa - com 6.584 ha no Estado de Goiás

### Caracterização

Unidade Medida	Produto		
Localizador	0052 - No Estado de Goiás		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
125.973.534	100	26/12/1997	31/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Goiás	-	

### Notas de usuário para este Localizador

Data	13/03/2020
Notas de usuário	Apesar do prazo de conclusão do Termo de Compromisso ser 31/12/2020, não houve licitação por parte do estado ainda. Aguardando autorização do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para redução de metas do objeto.

## Ação Orçamentária

### 4420 - Funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano

Momento da ação	Consolidado
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	452 - Serviços Urbanos
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Planejamento Integrado
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Conselho mantido
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

CF/88, art. 21 e art. 22; MP nº 2.220, de 4 de setembro de 2001; Lei nº 10.257, de 10 julho de 2001; Decreto nº 5.790, de 25 de março de 2006; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019 e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

#### Descrição

Esta ação é destinada à manutenção e ao funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU, por meio da realização de reuniões, eventos, seminários, publicação de material técnico e de divulgação, pagamento de diárias e passagens para Conselheiros do CNDU e de colaboradores, a fim de promover a participação social e a gestão democrática no âmbito da Política Urbana.

#### Especificação do Produto

Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, em substituição ao Conselho das Cidades, instalado, com plenas condições de funcionamento.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Governo, sociedade e cidades.

Tipo de implementação	Direta
-----------------------	--------

#### Implementação da Ação

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano é um órgão colegiado, integrante da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Regional, responsável pela proposição de diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O Conselho em parceria com o Ministério promove reuniões ordinárias do colegiado, da coordenação-executiva, além das reuniões de grupos de trabalho.

Participação social	Sim
---------------------	-----

Conferência Temática (Regional ou Nacional)

#### Plano Orçamentário

0000 - Funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano

#### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

#### Notas de usuário para esta Ação

Data	20/03/2019
Notas de usuário	Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o detalhamento da implementação foi adequado à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Ademais, o título da ação somente poderá ser alterado em 2020, tendo em vista tratar-se de atributo não atualizável após a publicação da Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, LOA-2019.

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária

4542 - Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	19 - Ciência e Tecnologia		
SubFunção	572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia		
Unidade Responsável	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, Resolução nº 008/2008 do CONDEL da Sudam; Decreto nº 7.839/2012, art. 3º, inciso II.		
Descrição	Apoio a instituições públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), bem como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), priorizando a implantação ou fortalecimento de polos de inovação e Redes de Centros de Inovação, visando a Descentralização de investimentos intra e inter-regional e o estabelecimento de mecanismos eficientes de transferência de tecnologia dos centros de PD&I para o setor produtivo regional.		
Especificação do Produto	Apoio a estudos e projetos de desenvolvimento, adaptação e transferência de tecnologias na Amazônia Legal (Desenvolvimento de Processos, Produtos e Serviços para a economia regional).		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	População da Amazônia Legal.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução por intermédio de ações diretas ou indiretas da Unidade.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	6000 - Na Amazônia Legal		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

4640 - Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	11 - Trabalho
SubFunção	128 - Formação de Recursos Humanos
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Pessoa capacitada
Unidade de Medida	unidade
Base legal	

DECRETO Nº 9.810, DE 30 DE MAIO DE 2019 e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.

**Descrição**  
Qualificação de mão de obra especializada para as atividades produtivas por meio de cursos, seminários e oficinas de trabalho, destinados à capacitação de empreendedores e à inovação necessária ao modelo competitivo, incluindo a melhoria da qualidade e produtividade. Essa ação visa suprir demandas especializadas do mercado de trabalho.

**Especificação do Produto**  
Recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
Microempreendedores, associados e cooperados, além de atores relevantes da área de atuação da SUDENE.

Tipo de implementação	Descentralizada
-----------------------	-----------------

**Implementação da Ação**  
Implementação, mediante articulação e formalização de parcerias, por meio de convênios ou termos de execução descentralizada a depender do planejamento anual e da priorização da Sudene.

Participação social	Não
---------------------	-----

Plano Orçamentário	
0000 - Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0002 - Desenvolvimento de capacidades inovativas e tecnológicas	
Caracterização	
Apoio a capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de setores produtivos com alto grau de intensidade tecnológica e inovativa	
Unidade Medida	Produto
unidade	Projeto apoiado

Localizador 0020 - Na Região Nordeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

4640 - Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade

Momento da ação	Consolidado		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	11 - Trabalho		
SubFunção	128 - Formação de Recursos Humanos		
Unidade Responsável	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Pessoa capacitada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.		
Descrição	Qualificação de mão de obra especializada para as atividades produtivas por meio de cursos, seminários e oficinas de trabalho, destinados à capacitação de empreendedores e à inovação necessária ao modelo competitivo, incluindo a melhoria da qualidade e produtividade. Essa ação visa suprir demandas especializadas do mercado de trabalho.		
Especificação do Produto	Recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário			
Estados da região Centro-Oeste			
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Celebração de termos de execução descentralizada, convênios ou outros instrumentos congêneres para alcance dos objetivos. Identificação das demandas mais urgentes em termos de capital humano para projetos estruturadores em implantação ou a implantar na Região Centro-Oeste, para os quais a qualificação da mão-de-obra disponível, na Região, representa significativa restrição.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

4640 - Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93412 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste(53203)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	11 - Trabalho
SubFunção	128 - Formação de Recursos Humanos
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Pessoa capacitada
Unidade de Medida	unidade
Base legal	DECRETO Nº 9.810, DE 30 DE MAIO DE 2019 e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.
Descrição	Qualificação de mão de obra especializada para as atividades produtivas por meio de cursos, seminários e oficinas de trabalho, destinados à capacitação de empreendedores e à inovação necessária ao modelo competitivo, incluindo a melhoria da qualidade e produtividade. Essa ação visa suprir demandas especializadas do mercado de trabalho.
Especificação do Produto	Recursos humanos capacitados, dotados de conhecimentos técnico-científicos, com competências e habilidades empreendedoras e gerenciais desenvolvidas, voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo demandas operacionais e especializadas do mercado de trabalho.
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Microempreendedores, associados e cooperados, além de atores relevantes da área de atuação da SUDENE.
Tipo de implementação	Descentralizada
Implementação da Ação	Implementação, mediante articulação e formalização de parcerias, por meio de convênios ou termos de execução descentralizada a depender do planejamento anual e da priorização da Sudene.
Participação social	Não

---

Plano Orçamentário	
0000 - Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

4786 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	11 - Trabalho		
SubFunção	333 - Empregabilidade		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Jovem capacitado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.		
Descrição	Capacitação para inserção no mercado trabalho e organização cooperativa, fornecimento de estágios e o fomento ao primeiro emprego, proporcionando aos jovens da área de atuação da Codevasf inclusão social, produtiva e geração de emprego e renda.		
Especificação do Produto	Jovens capacitados para inserção no mercado trabalho e organização cooperativa, fornecimento de estágios e o fomento ao primeiro emprego.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Juventude Rural, prioritariamente, na área de atuação da Codevasf.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou descentralizada, por meio de licitações específicas, para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres, em parceria com organizações da sociedade civil e/ou privada, para a realização de capacitações de jovens na faixa etária de 14 a 26 anos, na área de atuação da Codevasf.		
Participação social	Sim		
Conferência Temática (Regional ou Nacional)			

Plano Orçamentário			
0000 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

4786 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF(53201)		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	11 - Trabalho		
SubFunção	333 - Empregabilidade		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Jovem capacitado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.		
Descrição	Capacitação para inserção no mercado trabalho e organização cooperativa, fornecimento de estágios e o fomento ao primeiro emprego, proporcionando aos jovens da área de atuação da Codevasf inclusão social, produtiva e geração de emprego e renda.		
Especificação do Produto	Jovens capacitados para inserção no mercado trabalho e organização cooperativa, fornecimento de estágios e o fomento ao primeiro emprego.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Juventude Rural, prioritariamente, na área de atuação da Codevasf.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou descentralizada, por meio de licitações específicas, para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres, em parceria com organizações da sociedade civil e/ou privada, para a realização de capacitações de jovens na faixa etária de 14 a 26 anos, na área de atuação da Codevasf.		
Participação social	Sim		
Organização da Sociedade Civil			

Plano Orçamentário			
0000 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

4786 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	11 - Trabalho		
SubFunção	333 - Empregabilidade		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Jovem capacitado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.		
Descrição	Capacitação para inserção no mercado trabalho e organização cooperativa, fornecimento de estágios e o fomento ao primeiro emprego, proporcionando aos jovens da área de atuação da Codevasf inclusão social, produtiva e geração de emprego e renda.		
Especificação do Produto	Jovens capacitados para inserção no mercado trabalho e organização cooperativa, fornecimento de estágios e o fomento ao primeiro emprego.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Juventude Rural, prioritariamente, na área de atuação da Codevasf.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou descentralizada, por meio de licitações específicas, para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres, em parceria com organizações da sociedade civil e/ou privada, para a realização de capacitações de jovens na faixa etária de 14 a 26 anos, na área de atuação da Codevasf.		
Participação social	Sim		
Organização da Sociedade Civil			

Plano Orçamentário			
0000 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

4786 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF(53201)		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	11 - Trabalho		
SubFunção	333 - Empregabilidade		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Jovem capacitado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.		
Descrição	Capacitação para inserção no mercado trabalho e organização cooperativa, fornecimento de estágios e o fomento ao primeiro emprego, proporcionando aos jovens da área de atuação da Codevasf inclusão social, produtiva e geração de emprego e renda.		
Especificação do Produto	Jovens capacitados para inserção no mercado trabalho e organização cooperativa, fornecimento de estágios e o fomento ao primeiro emprego.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Juventude Rural, prioritariamente, na área de atuação da Codevasf.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou descentralizada, por meio de licitações específicas, para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres, em parceria com organizações da sociedade civil e/ou privada, para a realização de capacitações de jovens na faixa etária de 14 a 26 anos, na área de atuação da Codevasf.		
Participação social	Sim		
Conferência Temática (Regional ou Nacional)			

Plano Orçamentário			
0000 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

4786 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	11 - Trabalho		
SubFunção	333 - Empregabilidade		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Jovem capacitado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.		
Descrição	Capacitação para inserção no mercado trabalho e organização cooperativa, fornecimento de estágios e o fomento ao primeiro emprego, proporcionando aos jovens da área de atuação da Codevasf inclusão social, produtiva e geração de emprego e renda.		
Especificação do Produto	Jovens capacitados para inserção no mercado trabalho e organização cooperativa, fornecimento de estágios e o fomento ao primeiro emprego.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Juventude Rural, prioritariamente, na área de atuação da Codevasf.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou descentralizada, por meio de licitações específicas, para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres, em parceria com organizações da sociedade civil e/ou privada, para a realização de capacitações de jovens na faixa etária de 14 a 26 anos, na área de atuação da Codevasf.		
Participação social	Sim		
Conferência Temática (Regional ou Nacional)			
Organização da Sociedade Civil			

Plano Orçamentário	
0000 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário		
RO00 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - Regra de Ouro		
Caracterização		
Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - Regra de Ouro		
Unidade Medida	unidade	Produto Atividade realizada

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

4786 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

4786 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93410 - Recursos sob Supervisão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	11 - Trabalho		
SubFunção	333 - Empregabilidade		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Jovem capacitado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.		
Descrição	Capacitação para inserção no mercado trabalho e organização cooperativa, fornecimento de estágios e o fomento ao primeiro emprego, proporcionando aos jovens da área de atuação da Codevasf inclusão social, produtiva e geração de emprego e renda.		
Especificação do Produto	Jovens capacitados para inserção no mercado trabalho e organização cooperativa, fornecimento de estágios e o fomento ao primeiro emprego.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Juventude Rural, prioritariamente, na área de atuação da Codevasf.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou descentralizada, por meio de licitações específicas, para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres, em parceria com organizações da sociedade civil e/ou privada, para a realização de capacitações de jovens na faixa etária de 14 a 26 anos, na área de atuação da Codevasf.		
Participação social	Sim		
Conferência Temática (Regional ou Nacional)			
Organização da Sociedade Civil			

Plano Orçamentário			
0000 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

## Ação Orçamentária

5252 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Flores de Goiás com 26.500 ha no Estado de Goiás

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Diretoria de Planejamento e Avaliação
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto executado
Unidade de Medida	percentual de execução física

### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009.

### Descrição

Implantação de obras de infraestrutura de irrigação de uso comum, numa área de 26.500 ha, compreendendo captação e adução, construção de barragens, estações de bombeamento, canais e adutoras, redes de drenagem e de distribuição, pressurizadas, subestação, linhas de transmissão e de distribuição, redes viárias, aquisição de equipamentos eletro/hidromecânicos e de controle de vazão, e tomadas d'água. Também serão contempladas as atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção e capacitação de técnicos e produtores em uma área de 3.800ha da 1ª e 2ª Etapas para 06 assentamentos do Incra, beneficiando 997 famílias e 30 lotes empresariais. Esse projeto visa contribuir para a elevação da produção e da produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda, por meio da agricultura irrigada..

### Especificação do Produto

Implantação de infraestrutura hídrica de uso comum para atender a agricultura irrigada.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

Irrigantes e população da área de abrangência do Projeto Público de Irrigação Flores de Goiás, no Estado de Goiás.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

### Implementação da Ação

Apresentação do Plano de Trabalho pelo conveniente, contendo a execução física e financeira (recursos previstos no OGU + contrapartida do estado), que após aprovado pela área técnica é celebrado o respectivo convênio.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	31/12/2008	Término da Ação	30/06/2021
----------------	------------	-----------------	------------

### Plano Orçamentário

0000 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Flores de Goiás com 26.500 ha no Estado de Goiás

### Caracterização

Unidade Medida		Produto	
Localizador 0052 - No Estado de Goiás			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
312.159.500	100	01/07/1998	31/12/2022
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Goiás	-	

### Notas de usuário para este Localizador

Data	13/03/2020
Notas de usuário	As informações inseridas nos campos início, término e custo total dizem respeito à contratação do estudo de viabilidade técnica que faz parte do projeto público de irrigação. A licitação realizada pelo estado foi cancelada para revisão dos objetivos do estado. Valor anterior do Custo Total : R\$312.159.500.



Ação Orçamentária

5260 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha no Estado de Pernambuco

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto executado		
Unidade de Medida	percentual de execução física		
Base legal			
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.			
Descrição			
Implantação de 7.811,90 ha irrigáveis, compreendendo Elaboração de Estudos, Projetos, Programas. Elaboração de Estudos e Projetos de: Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental. Projetos: Anteprojetos de Engenharia; Projetos Básicos; Projetos Executivos. Levantamentos e Cadastramentos fundiários, destinados à aquisição de terras. Elaboração e implementação de planos e programas ambientais, cumprimento de compensação e condicionantes ambientais e pagamento de taxas, impostos, aquisição de terras e implantação da infraestrutura básica de uso comum. Implantação de Obras Civis bem como o fornecimento e montagem de equipamentos para captação, adução e distribuição de água para irrigação, piscicultura e bovinocultura. A implementação da rede viária e da rede de drenagem, suprimento de energia (eletrificação), automação. Supervisão e Gerenciamento de Obras e demais obras complementares necessárias.			
Especificação do Produto			
Obras de infraestrutura de irrigação em uma área de 7.811,9 ha compreendendo estudos e projetos, aquisição de terras e a implantação da infraestrutura básica de uso comum.			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Irrigantes e população da área de abrangência do Projeto Público de Irrigação Pontal, no Estado de Pernambuco.		
Tipo de implementação	Direta		
Implementação da Ação	Execução direta, por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas, para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.		
Participação social	Não		
Início da Ação	31/12/1992	Término da Ação	31/12/2026

Plano Orçamentário			
0000 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha no Estado de Pernambuco			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0026 - No Estado de Pernambuco			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
434.043.207	100	31/12/1992	31/12/2026
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	-	
Notas de usuário para este Localizador			
Data	13/03/2020		
Notas de usuário	Alteração no início, término e custo total, conforme solicitação do setorial.		

## Ação Orçamentária

5314 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê com 16.615 ha no Estado da Bahia

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	20 - Agricultura
SubFunção	607 - Irrigação
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto executado
Unidade de Medida	percentual de execução física

### Base legal

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.

### Descrição

Implantação de 16.434 ha irrigáveis, compreendendo Elaboração de Estudos, Projetos, Programas. Elaboração de Estudos e Projetos de: Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental. Projetos: Anteprojetos de Engenharia; Projetos Básicos; Projetos Executivos. Levantamentos e Cadastramentos fundiários, destinados à aquisição de terras. Elaboração e implementação de planos e programas ambientais, cumprimento de compensação e condicionantes ambientais e pagamento de taxas, impostos, aquisição de terras e implantação da infraestrutura básica de uso comum. Implantação de Obras Civis bem como o fornecimento e montagem de equipamentos para captação, adução e distribuição de água para irrigação, piscicultura e bovinocultura. A implementação da rede viária e da rede de drenagem, suprimento de energia (eletrificação), automação. Supervisão e Gerenciamento de Obras e demais obras complementares necessárias e ações de pré operação.

### Especificação do Produto

Obras de infraestrutura de irrigação em uma área de 16.615 ha, compreendendo estudos e projetos, aquisição de terras, a implantação da infraestrutura básica de uso comum, envolvendo ainda, operação, manutenção, vigilância, pagamento de impostos, taxas, assim como suprimento de energia elétrica e pré operação.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

A população beneficiada está estimada em 240.000 habitantes da área de abrangência do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê, no Estado da Bahia, e prevê-se a geração de 60.000 empregos diretos e 120.000 indiretos.

Tipo de implementação	Direta
-----------------------	--------

### Implementação da Ação

Execução direta, por meio do próprio quadro técnico da empresa e/ou por meio de licitações específicas, para as diversas fases do projeto e/ou Convênios ou instrumentos congêneres com entidades governamentais e não governamentais.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	30/06/1999	Término da Ação	31/12/2023
----------------	------------	-----------------	------------

### Plano Orçamentário

0000 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê com 16.615 ha no Estado da Bahia

### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

Localizador 0029 - No Estado da Bahia

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
448.174.323	100	30/06/1999	31/12/2021

### Abrangência Geográfica

Região	Estado	Município
Região Nordeste	Bahia	-

### Notas de usuário para este Localizador

Data	13/03/2020
Notas de usuário	Custo total alterado, conforme solicitação setorial.

Ação Orçamentária

5314 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê com 16.615 ha no Estado da Bahia

Data	13/03/2020
Notas de usuário	Término também alterado, conforme solicitação setorial.

Ação Orçamentária

5E79 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Passarão, com 1.000 ha, no Estado de Roraima

Momento da ação	Órgão Setorial		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	20 - Agricultura		
SubFunção	607 - Irrigação		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto executado		
Unidade de Medida	percentual de execução física		
Base legal	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; e Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.		
Descrição	Recuperação da infraestrutura existente em uma área de 400 ha e implantação de obras para ampliação do projeto em mais 600 ha, perfazendo uma área total de 1.000 ha, visando contribuir para a elevação da produção e produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda, por meio da promoção do desenvolvimento da agricultura irrigada no Município de Boa Vista e regiões circunvizinhas, no Estado de Roraima. Também poderão ser contempladas a implantação dos projetos ambientais, a supervisão e o gerenciamento das obras, assim como a administração fundiária, a organização de produtores, o apoio em administração, manutenção, assistência técnica e a capacitação de pequenos produtores.		
Especificação do Produto	Área implantada de 1.000 ha com infraestruturas de irrigação.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Irigantes e população da área de abrangência do Projeto Público de Irrigação Passarão, no Município de Boa Vista e regiões circunvizinhas, no Estado de Roraima.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	Apresentação do Plano de Trabalho pelo conveniente, contendo a execução física e financeira (recursos previstos no OGU + contrapartida do estado), que após aprovado pela área técnica é celebrado o respectivo convênio. Licitação, fiscalização e gerenciamento da implantação das obras por conta do Ente beneficiado.		
Participação social	Não		
Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023

Plano Orçamentário			
0000 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Passarão, com 1.000 ha, no Estado de Roraima			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0014 - No Estado de Roraima			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
8.000.000	100	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	26 - Transporte		
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Iniciativa apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; Lei nº 6.634, de 2 de maio 1979; e Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 20, § 2º.		
Descrição	Apoio à implantação de projetos de infraestrutura complementar, social e produtiva, na Faixa de Fronteira; e implantação de obras públicas em apoio à produção e à logística que articulem regionalmente os municípios da Faixa de Fronteira. As obras que compõem esta ação devem ser estruturantes e indutoras do desenvolvimento econômico local e regional.		
Especificação do Produto	Promoção de iniciativas de infraestrutura voltadas para a integração e desenvolvimento da Faixa de Fronteira.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Estados, Municípios, população e agentes econômicos.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta ou por meio da celebração de convênios e de outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades a fim de permitir a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira - Despesas Diversas			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Plano Orçamentário			
RO00 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira - Regra de Ouro			
Caracterização			
Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira - Regra de Ouro			
Unidade Medida	unidade	Produto	Atividade realizada

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta(53101)		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	26 - Transporte		
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Iniciativa apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; Lei nº 6.634, de 2 de maio 1979; e Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 20, § 2º.		
Descrição	Apoio à implantação de projetos de infraestrutura produtiva, social e complementar, como a implantação de parques tecnológicos nos Arcos de Fronteira que apoiem o desenvolvimento da faixa de fronteira; implantação de obras públicas em apoio à produção e à logística que articulem regionalmente os municípios da Faixa de Fronteira. As obras que compõem esta ação devem ser estruturantes e indutoras do desenvolvimento econômico local e regional.		
Especificação do Produto	Promoção de iniciativas de Infraestrutura voltadas para a integração e desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Parques tecnológicos com o apoio de instituições de ensino superior (IES) em articulação com projetos produtivos locais, como as áreas de livre comércio, as Zonas de Processamento de Exportação, etc.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Estados, Municípios, população e agentes econômicos da faixa de fronteira.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta ou descentralizada, por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e de outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades a fim de permitir a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EREL - Emenda de Relator	
Caracterização	
Emenda de Relator	
Unidade Medida	Produto

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

**Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial**

6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	26 - Transporte		
SubFunção	127 - Ordenamento Territorial		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Iniciativa apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; Lei nº 6.634, de 2 de maio 1979; e Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 20, § 2º.		
Descrição	Apoio à implantação de projetos de infraestrutura produtiva, social e complementar, como a implantação de parques tecnológicos nos Arcos de Fronteira que apoiem o desenvolvimento da faixa de fronteira; implantação de obras públicas em apoio à produção e à logística que articulem regionalmente os municípios da Faixa de Fronteira. As obras que compõem esta ação devem ser estruturantes e indutoras do desenvolvimento econômico local e regional.		
Especificação do Produto	Promoção de iniciativas de Infraestrutura voltadas para a integração e desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Parques tecnológicos com o apoio de instituições de ensino superior (IES) em articulação com projetos produtivos locais, como as áreas de livre comércio, as Zonas de Processamento de Exportação, etc.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Estados, Municípios, população e agentes econômicos da faixa de fronteira.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta ou descentralizada, por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e de outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades a fim de permitir a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário		
0000 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira - Despesas Diversas		
Caracterização		
Unidade Medida	Produto	
Plano Orçamentário		
0007 - Apoio a Estudos de Desenvolvimento Sub-regionais da Fronteira		
Caracterização		
Apoio à elaboração de estudos sub-regionais da Fronteira; acompanhamento, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional, ordenamento do território, compreendendo a elaboração de estudos e relatórios na faixa de fronteira.		
Unidade Medida	unidade	Produto Estudo apoiado
Plano Orçamentário		
0008 - Implantação de Polos da Rota de Integração Nacional na Faixa de Fronteira		
Caracterização		
Apoio a implantação de Polos da Rota de Integração Nacional na Faixa de Fronteira como indutoras do desenvolvimento econômico local e regional.		
Unidade Medida	unidade	Produto Projeto apoiado



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira

Plano Orçamentário

0009 - Apoio à implantação de projetos de infraestrutura produtiva, social e complementar

Caracterização

Apoio à implantação de projetos de infraestrutura produtiva, social e complementar, como a implantação de parques tecnológicos nos Arcos de Fronteira que apoiem o desenvolvimento da faixa de fronteira.

Unidade Medida unidade Produto Projeto apoiado

Plano Orçamentário

000A - Implantação de obras públicas em apoio à produção e à logística que articulem regionalmente os municípios da Faixa de Fronteira

Caracterização

Implantação de obras públicas estruturantes e indutoras do desenvolvimento econômico local e regional em apoio à produção e à logística que articulem regionalmente os municípios da Faixa de Fronteira.

Unidade Medida unidade Produto Obra realizada

Plano Orçamentário

000B - Promoção do Programa Fronteira Integrada – Evento

Caracterização

Promoção de atividades relativas a faixa de fronteira ao desenvolvimento regional, ordenamento territorial e, por meio do desenvolvimento institucional, treinamentos, capacitações e eventos.

Unidade Medida unidade Produto Evento realizado

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	244 - Assistência Comunitária
Unidade Responsável	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade
Base legal	

Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.

Descrição  
Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo sistema de logística, transporte, armazenamento, aquisição de máquinas e equipamentos, obras civis, construção de equipamentos urbanos; desenvolvimento e implantação de tecnologias sustentáveis de apoio à produção; estradas vicinais para o escoamento produtivo; bem como realização de estudos e elaboração de projetos intrínsecos.

Especificação do Produto  
Implantação da infraestrutura, aquisição de equipamentos para apoio à produção e serviços e estudos para implementação de projetos.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

Beneficiário  
População da Região Centro-Oeste

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

Implementação da Ação  
Execução por intermédio de delegação, termo de compromisso ou celebração de Convênios com administração pública Municipal, Consórcio Público, Administração Pública Estadual ou Distrito Federal.

Participação social	Não
---------------------	-----

Início da Ação	01/01/2020	Término da Ação	31/12/2023
----------------	------------	-----------------	------------

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBGO - Emenda de Bancada do Estado de Goiás	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado de Goiás	
Unidade Medida	Produto

Localizador	0050 - Na Região Centro-Oeste		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
2.600.000		01/01/2020	31/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 0051 - No Estado de Mato Grosso			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Mato Grosso	-	

Localizador 0052 - No Estado de Goiás			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Goiás	-	

Localizador 0053 - No Distrito Federal			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Distrito Federal	-	

Localizador 0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	-	

Localizador 5228 - No Município de Dois Irmãos do Buriti - MS			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Dois Irmãos do Buriti	

Localizador 7000 - Consórcio Público de Desenvolvimento do Vale do Ivinhema - CODEVALE - No Estado de Mato Grosso do Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	244 - Assistência Comunitária		
Unidade Responsável	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	Emenda		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015.		
Descrição	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo sistema de logística, transporte, armazenamento, aquisição de máquinas e equipamentos, obras civis, construção de equipamentos urbanos; desenvolvimento e implantação de tecnologias sustentáveis de apoio à produção; estradas vicinais para o escoamento produtivo; bem como realização de estudos e elaboração de projetos intrínsecos.		
Especificação do Produto	Implantação da infraestrutura, aquisição de equipamentos para apoio à produção e serviços e estudos para implementação de projetos.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Estados, Municípios, Agentes econômicos e População da Amazônia Legal.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução por intermédio de delegação, termo de compromisso ou celebração de Convênios com administração pública Municipal, Consórcio Público, Administração Pública Estadual ou Distrito Federal.		
Participação social	Não		
Início da Ação	Término da Ação		
Plano Orçamentário	0000 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Despesas Diversas		
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário	EBMT - Emenda de Bancada do Estado de Mato Grosso		
Caracterização	Emenda de Bancada do Estado de Mato Grosso		
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário	EBRR - Emenda de Bancada do Estado de Roraima		
Caracterização	Emenda de Bancada do Estado de Roraima		
Unidade Medida	Produto		

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 0012 - No Estado do Acre			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	-	

Localizador 0014 - No Estado de Roraima			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	-	

Localizador 0017 - No Estado do Tocantins			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Tocantins	-	

Localizador 0051 - No Estado de Mato Grosso			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Mato Grosso	-	

Localizador 0103 - No Município de Cacoal - RO			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Rondônia	Cacoal	

Localizador 0170 - No Município de Sena Madureira - AC			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Acre	Sena Madureira	

Localizador 0236 - No Município de Amajari - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Amajari	

Localizador 0239 - No Município de Bonfim - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Bonfim	

Localizador 0240 - No Município de Cantá - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Cantá	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 0246 - No Município de Pacaraima - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Pacaraima	

Localizador 0248 - No Município de São João da Baliza - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	São João da Baliza	

Localizador 0250 - No Município de Uiramutã - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Uiramutã	

Localizador 7014 - Pavimentação da MT-325 - No Estado de Mato Grosso			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Mato Grosso	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	244 - Assistência Comunitária		
Unidade Responsável			
Tipo de ação	Projeto		
Origem	Emenda		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal			
Descrição	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo sistema de logística, transporte, armazenamento, aquisição de máquinas e equipamentos, obras civis, construção de equipamentos urbanos; desenvolvimento e implantação de tecnologias sustentáveis de apoio à produção; estradas vicinais para o escoamento produtivo; bem como realização de estudos e elaboração de projetos intrínsecos.		
Especificação do Produto	Implantação da infraestrutura, aquisição de equipamentos para apoio à produção e serviços e estudos para implementação de projetos.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário			
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução por intermédio de delegação, termo de compromisso ou celebração de Convênios com administração publica Municipal, Consórcio Público, Administração Publica Estadual ou Distrito Federal.		
Participação social	Não		
Início da Ação	Término da Ação		

Plano Orçamentário			
0000 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0024 - No Estado do Rio Grande do Norte			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Rio Grande do Norte	-	
Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 2328 - No Município de Uruçuca - BA

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	Uruçuca	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93414 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO(53207)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	244 - Assistência Comunitária
Unidade Responsável	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade
Base legal	
Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.	
Descrição	
Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo: obras de pavimentação de estradas vicinais; obras de pavimentação de rodovias estaduais; implantação de infraestrutura produtiva e obras complementares; aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à produção; desenvolvimento e implantação de tecnologias sustentáveis e inovadoras de apoio à produção; bem como realização de serviços e elaboração de estudos e projetos intrínsecos.	
Especificação do Produto	
Implantação da infraestrutura, aquisição de equipamentos para apoio à produção e serviços e estudos para implementação de projetos.	
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	
População da Região Centro-Oeste	
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	
Execução por intermédio de delegação, termo de compromisso ou celebração de Convênios com administração publica Municipal, Consórcio Público, Administração Publica Estadual ou Distrito Federal.	
Participação social	Não
Início da Ação	01/01/2020
Término da Ação	31/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBGO - Emenda de Bancada do Estado de Goiás	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado de Goiás	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	244 - Assistência Comunitária
Unidade Responsável	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Tipo de ação	Projeto
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade
Base legal	
Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.	
Descrição	
Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo: obras de pavimentação de estradas vicinais; obras de pavimentação de rodovias estaduais; implantação de infraestrutura produtiva e obras complementares; aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à produção; desenvolvimento e implantação de tecnologias sustentáveis e inovadoras de apoio à produção; bem como realização de serviços e elaboração de estudos e projetos intrínsecos.	
Especificação do Produto	
Implantação da infraestrutura, aquisição de equipamentos para apoio à produção e serviços e estudos para implementação de projetos.	
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	
População da Região Centro-Oeste	
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	
Execução por intermédio de delegação, termo de compromisso ou celebração de Convênios com administração publica Municipal, Consórcio Público, Administração Publica Estadual ou Distrito Federal.	
Participação social	Não
Início da Ação	01/01/2020
Término da Ação	31/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBGO - Emenda de Bancada do Estado de Goiás	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado de Goiás	
Unidade Medida	Produto

Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
		01/01/2020	31/12/2020
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	244 - Assistência Comunitária		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Portaria MI nº 80, de 28/02/2018; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.		
Descrição	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo: obras de pavimentação de estradas vicinais; obras de pavimentação de rodovias estaduais; implantação de infraestrutura produtiva e obras complementares; aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à produção; desenvolvimento e implantação de tecnologias sustentáveis e inovadoras de apoio à produção; bem como realização de serviços e elaboração de estudos e projetos intrínsecos.		
Especificação do Produto	Implantação da infraestrutura, aquisição de equipamentos para apoio à produção e serviços e estudos para implementação de projetos.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Produtores e população da área de abrangência da região onde será executado o projeto.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		
Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBCE - Emenda de Bancada do Estado do Ceará	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado do Ceará	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBPA - Emenda de Bancada do Estado do Pará	
Caracterização	
Emenda de Bancada do Estado do Pará	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Plano Orçamentário			
EBPI - Emenda de Bancada do Estado do Piauí			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado do Piauí			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBRN - Emenda de Bancada do Estado do Rio Grande do Norte			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado do Rio Grande do Norte			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBRR - Emenda de Bancada do Estado de Roraima			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado de Roraima			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBSE - Emenda de Bancada do Estado de Sergipe			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado de Sergipe			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
30.000.000	120	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	244 - Assistência Comunitária		
Unidade Responsável	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	Emenda		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 02/01/2019; Portaria MI nº 80, de 28/02/2018; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.		
Descrição	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo sistema de logística, transporte, armazenamento, aquisição de máquinas e equipamentos, obras civis, construção de equipamentos urbanos; desenvolvimento e implantação de tecnologias sustentáveis de apoio à produção; estradas vicinais para o escoamento produtivo; bem como realização de estudos e elaboração de projetos intrínsecos.		
Especificação do Produto	Implantação da infraestrutura, aquisição de equipamentos para apoio à produção e serviços e estudos para implementação de projetos.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Produtores e população da área de abrangência da região onde será executado o projeto, considerando a área de atuação da Codevasf.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres.		
Participação social	Não		
Início da Ação	Término da Ação		
Plano Orçamentário	0000 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Despesas Diversas		
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário	EBBA - Emenda de Bancada do Estado da Bahia		
Caracterização			
	Emenda de Bancada do Estado da Bahia		
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário	EBGO - Emenda de Bancada do Estado de Goiás		
Caracterização			
	Emenda de Bancada do Estado de Goiás		
Unidade Medida	Produto		

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Plano Orçamentário			
EBMA - Emenda de Bancada do Estado do Maranhão			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado do Maranhão			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBPE - Emenda de Bancada do Estado de Pernambuco			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado de Pernambuco			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBSE - Emenda de Bancada do Estado de Sergipe			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado de Sergipe			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBTO - Emenda de Bancada do Estado do Tocantins			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado do Tocantins			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0015 - No Estado do Pará			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Pará	-	
Localizador 0017 - No Estado do Tocantins			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Tocantins	-	
Localizador 0020 - Na Região Nordeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	-	-	
Localizador 0021 - No Estado do Maranhão			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Maranhão	-	
Localizador 0022 - No Estado do Piauí			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 0026 - No Estado de Pernambuco			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	-	

Localizador 0027 - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	

Localizador 0028 - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	-	

Localizador 0042 - No Estado de Santa Catarina			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Santa Catarina	-	

Localizador 0052 - No Estado de Goiás			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Goiás	-	

Localizador 0053 - No Distrito Federal			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Distrito Federal	-	

Localizador 1569 - No Município de Águas Belas - PE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	Águas Belas	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 1722 - No Município de Serrita - PE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	Serrita	

Localizador 1794 - No Município de Limoeiro de Anadia - AL			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	Limoeiro de Anadia	

Localizador 1866 - No Município de Cristinápolis - SE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	Cristinápolis	

Localizador 1883 - No Município de Lagarto - SE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	Lagarto	

Localizador 1897 - No Município de Nossa Senhora do Socorro - SE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	Nossa Senhora do Socorro	

Localizador 7003 - Aquisição de máquinas e equipamentos - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Localizador 7004 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Pernambuco			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	-	

Localizador 7011 - Equipamentos e serviços - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Localizador 7015 - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Tocantins			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Tocantins	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 7018 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	

Localizador 7022 - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Maranhão			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Maranhão	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	244 - Assistência Comunitária		
Unidade Responsável	Diretoria de Infraestrutura Hídrica		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	Emenda		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.		
Descrição	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo sistema de logística, transporte, armazenamento, aquisição de máquinas e equipamentos, obras civis, construção de equipamentos urbanos; desenvolvimento e implantação de tecnologias sustentáveis de apoio à produção; estradas vicinais para o escoamento produtivo; bem como realização de estudos e elaboração de projetos intrínsecos.		
Especificação do Produto	Implantação da infraestrutura, aquisição de equipamentos para apoio à produção e serviços e estudos para implementação de projetos.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	População da área de abrangência do DNOCS		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução por intermédio de delegação, termo de compromisso ou celebração de Convênios com administração pública Municipal, Consórcio Público, Administração Pública Estadual ou Distrito Federal.		
Participação social	Não		
Início da Ação	Término da Ação		
Plano Orçamentário	0000 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Despesas Diversas		
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário	EBBA - Emenda de Bancada do Estado da Bahia		
Caracterização	Emenda de Bancada do Estado da Bahia		
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário	EBCE - Emenda de Bancada do Estado do Ceará		
Caracterização	Emenda de Bancada do Estado do Ceará		
Unidade Medida	Produto		

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Plano Orçamentário			
EBPE - Emenda de Bancada do Estado de Pernambuco			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado de Pernambuco			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBRN - Emenda de Bancada do Estado do Rio Grande do Norte			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado do Rio Grande do Norte			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBSE - Emenda de Bancada do Estado de Sergipe			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado de Sergipe			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0023 - No Estado do Ceará			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	-	
Localizador 0026 - No Estado de Pernambuco			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	-	
Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	
Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	-	
Localizador 7003 - Aquisição de máquinas e equipamentos - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	
Localizador 7004 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Pernambuco			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 7007 - Aquisição de Equipamentos, Maquinários e Serviços - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Localizador 7017 - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Ceará			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	-	

Localizador 7021 - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Rio Grande do Norte			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Rio Grande do Norte	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	244 - Assistência Comunitária		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.		
Descrição	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo sistema de logística, transporte, armazenamento, aquisição de máquinas e equipamentos, obras civis, construção de equipamentos urbanos; desenvolvimento e implantação de tecnologias sustentáveis de apoio à produção; estradas vicinais para o escoamento produtivo; bem como realização de estudos e elaboração de projetos intrínsecos.		
Especificação do Produto	Implantação da infraestrutura, aquisição de equipamentos para apoio à produção e serviços e estudos para implementação de projetos.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Produtores e população da área de abrangência da região onde será executado o projeto.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		
Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023
Plano Orçamentário	0000 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Despesas Diversas		
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário	EBCE - Emenda de Bancada do Estado do Ceará		
Caracterização	Emenda de Bancada do Estado do Ceará		
Unidade Medida	Produto		
Plano Orçamentário	EBPA - Emenda de Bancada do Estado do Pará		
Caracterização	Emenda de Bancada do Estado do Pará		
Unidade Medida	Produto		

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Plano Orçamentário			
EBPI - Emenda de Bancada do Estado do Piauí			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado do Piauí			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBRN - Emenda de Bancada do Estado do Rio Grande do Norte			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado do Rio Grande do Norte			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBRR - Emenda de Bancada do Estado de Roraima			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado de Roraima			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
EBSE - Emenda de Bancada do Estado de Sergipe			
Caracterização			
Emenda de Bancada do Estado de Sergipe			
Unidade Medida		Produto	
Plano Orçamentário			
RO00 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Despesas Diversas - Regra de Ouro			
Caracterização			
Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Despesas Diversas - Regra de Ouro			
Unidade Medida		unidade	Produto Atividade realizada
Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
30.000.000	120	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	
Localizador 0015 - No Estado do Pará			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Pará	-	
Localizador 0022 - No Estado do Piauí			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 0023 - No Estado do Ceará			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	-	

Localizador 0024 - No Estado do Rio Grande do Norte			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Rio Grande do Norte	-	

Localizador 0026 - No Estado de Pernambuco			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	-	

Localizador 0027 - No Estado de Alagoas			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	-	

Localizador 0029 - No Estado da Bahia			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	-	

Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Minas Gerais	-	

Localizador 0035 - No Estado de São Paulo			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	-	

Localizador 0040 - Na Região Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	-	-	

Localizador 0041 - No Estado do Paraná			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Paraná	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 0042 - No Estado de Santa Catarina			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Santa Catarina	-	

Localizador 0043 - No Estado do Rio Grande do Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Rio Grande do Sul	-	

Localizador 0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	-	

Localizador 0138 - No Município de Mirante da Serra - RO			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Rondônia	Mirante da Serra	

Localizador 0195 - No Município de Eirunepé - AM			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Amazonas	Eirunepé	

Localizador 0224 - No Município de Santo Antônio do Içá - AM			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Amazonas	Santo Antônio do Içá	

Localizador 0243 - No Município de Iracema - RR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Roraima	Iracema	

Localizador 0409 - No Município de Vitória do Jari - AP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Amapá	Vitória do Jari	

Localizador 1016 - No Município de Baturité - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Baturité	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 1026 - No Município de Cariré - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Cariré	

Localizador 1080 - No Município de Itatira - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Itatira	

Localizador 1081 - No Município de Jaguaretama - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Jagaretama	

Localizador 1095 - No Município de Marco - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Marco	

Localizador 1106 - No Município de Morada Nova - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Morada Nova	

Localizador 1109 - No Município de Mucambo - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Mucambo	

Localizador 1129 - No Município de Pereiro - CE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	Pereiro	

Localizador 1247 - No Município de Lajes - RN			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Rio Grande do Norte	Lajes	

Localizador 1344 - No Município de Alagoa Nova - PB			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Paraíba	Alagoa Nova	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 1701 - No Município de Salgueiro - PE			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Pernambuco	Salgueiro	
Localizador 1786 - No Município de Jacuípe - AL			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Alagoas	Jacuípe	
Localizador 2249 - No Município de Riachão do Jacuípe - BA			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Bahia	Riachão do Jacuípe	
Localizador 4002 - No Município de Vinhedo - SP			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	São Paulo	Vinhedo	
Localizador 4066 - No Município de Campina Grande do Sul - PR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Paraná	Campina Grande do Sul	
Localizador 4299 - No Município de Quatro Barras - PR			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Paraná	Quatro Barras	
Localizador 5096 - No Município de São José do Norte - RS			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Rio Grande do Sul	São José do Norte	
Localizador 7001 - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento dos Municípios da Região de Campo Mourão - Condescom - No Estado do Paraná			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Paraná	-	
Localizador 7002 - RS-118 - Trecho entre Cachoeirinha e Gravataí - No Estado do Rio Grande do Sul			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sul	Rio Grande do Sul	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 7012 - Equipamentos - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Localizador 7016 - Pavimentação de acessos as escolas rurais - RA Planaltina - No Distrito Federal			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	Distrito Federal	-	

Localizador 7019 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado do Pará			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Norte	Pará	-	

Localizador 7020 - Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos - no Estado do Ceará			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Ceará	-	

Localizador 7023 - Restauração da Estrada Estadual, do Entroncamento da BR-343 / Sebastião Leal / Uruçui / Ribeiro Gonçalves até Baixa Grande do			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	-	

Localizador 7024 - Restauração da Estrada Estadual Trecho PI-130 em Teresina / Amarante - No Estado do Piauí			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	-	

Localizador 7025 - Restauração da Estrada Estadual Trecho PI-140 em Floriano / São Raimundo Nonato - No Estado do Piauí			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	-	

Localizador 7026 - Restauração da Estrada Estadual Trecho PI-112 em Teresina / Porto - No Estado do Piauí			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	-	

Localizador 7027 - Construção da Estrada Estadual Trecho PI-213 em Esperantina-PI / Caraúbas-PI - No Estado do Piauí			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Localizador 7028 - Restauração da Estrada Estadual Trecho PI-141 em São João do Piauí / Entroncamento PI-140 - No Estado do Piauí			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Piauí	-	

Localizador 7029 - Aquisição e manutenção de equipamentos para melhorias na infraestrutura - No Município de Cantagalo - RJ			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Sudeste	Rio de Janeiro	Cantagalo	

Localizador 7030 - Adequação da Rodovia SE-240, Moita Bonita a Ribeirópolis, com 12,06 km de extensão - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Localizador 7031 - Adequação da Rodovia SE 160, Boquim-Pedrinhas-Salgado, com 31 km de extensão - No Estado de Sergipe			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	Sergipe	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	244 - Assistência Comunitária		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.		
Descrição	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo sistema de logística, transporte, armazenamento, aquisição de máquinas e equipamentos, obras civis, construção de equipamentos urbanos; desenvolvimento e implantação de tecnologias sustentáveis de apoio à produção; estradas vicinais para o escoamento produtivo; bem como realização de estudos e elaboração de projetos intrínsecos.		
Especificação do Produto	Implantação da infraestrutura, aquisição de equipamentos para apoio à produção e serviços e estudos para implementação de projetos.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Produtores e população da área de abrangência da região onde será executado o projeto.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		
Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBAN - Emenda de Bancada	
Caracterização	
Emenda de Bancada	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBPM - Emenda de Bancada - Anexo Prioridades e Metas	
Caracterização	
Emenda de Bancada - Anexo Prioridades e Metas	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Plano Orçamentário			
EIND - Emenda Individual			
Caracterização			
Emenda Individual			
Unidade Medida		Produto	

Plano Orçamentário			
EREL - Emenda de Relator			
Caracterização			
Emenda de Relator			
Unidade Medida		Produto	

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
30.000.000	120	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7W59 - Apoio à Inovação na Faixa de Fronteira Implantação do Projeto Sul-Fronteira

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	19 - Ciência e Tecnologia		
SubFunção	691 - Promoção Comercial		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 6.634, de 2 de maio 1979; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 20, § 2º; e Decreto n. 9.961, de 8 de agosto de 2019.		
Descrição	Apoiar a implantação de parques tecnológicos nos Arcos de Fronteira que apoiem o desenvolvimento da faixa de fronteira e a integração sul americana.		
Especificação do Produto	Parque tecnológico com o apoio de instituições de ensino superior (IES) em articulação com projetos produtivos locais, como as áreas de livre comércio, as Zonas de Processamento de Exportação, etc.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Municípios das áreas de influência dos parques tecnológicos.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		
Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio à Inovação na Faixa de Fronteira Implantação do Projeto Sul-Fronteira - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
RO00 - Apoio à Inovação na Faixa de Fronteira Implantação do Projeto Sul-Fronteira - Regra de Ouro	
Caracterização	
Apoio à Inovação na Faixa de Fronteira Implantação do Projeto Sul-Fronteira - Regra de Ouro	
Unidade Medida	Produto
unidade	Atividade realizada

Notas de usuário para esta Ação	
Data	13/03/2020
Notas de usuário	SOF: Ajuste na base legal.



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7W59 - Apoio à Inovação na Faixa de Fronteira Implantação do Projeto Sul-Fronteira

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
50.000.000	2	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

7W59 - Apoio à Inovação na Faixa de Fronteira Implantação do Projeto Sul-Fronteira

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	19 - Ciência e Tecnologia		
SubFunção	691 - Promoção Comercial		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 6.634, de 2 de maio 1979; e Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 20, § 2º.		
Descrição	Apoiar a implantação de parques tecnológicos nos Arcos de Fronteira que apoiem o desenvolvimento da faixa de fronteira e a integração sul americana.		
Especificação do Produto	Parque tecnológico com o apoio de instituições de ensino superior (IES) em articulação com projetos produtivos locais, como as áreas de livre comércio, as Zonas de Processamento de Exportação, etc.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Municípios das áreas de influência dos parques tecnológicos.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	Execução indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		
Início da Ação	06/01/2020	Término da Ação	29/12/2023

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio à Inovação na Faixa de Fronteira Implantação do Projeto Sul-Fronteira - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
EBAN - Emenda de Bancada	
Caracterização	
Emenda de Bancada	
Unidade Medida	Produto

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
50.000.000	2	06/01/2020	29/12/2023
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

8340 - Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação

Momento da ação	Consolidado		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	19 - Ciência e Tecnologia		
SubFunção	573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Iniciativa apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; e Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018.		
Descrição	Desenvolvimento, incorporação e difusão de novas tecnologias, produtos e serviços, propiciando inserção no mercado e agregação de valor. Visa articular empreendedores e agentes do sistema de apoio à inovação de forma a viabilizar condições para implantar estruturas produtivas baseadas na inovação, informação e conhecimento.		
Especificação do Produto	Desenvolvimento, incorporação e difusão de novas tecnologias, produtos e serviços, propiciando inserção no mercado e agregação de valor.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Produtores, instituições públicas e privadas, universidades e institutos federais.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Implantação de projetos e iniciativas de apoio à inovação, promovendo a integração entre empreendedores e entidades de pesquisa e desenvolvimento. Execução direta e indireta por meio da celebração de convênios, de termos de execução descentralizada e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

8340 - Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	19 - Ciência e Tecnologia
SubFunção	573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Iniciativa apoiada
Unidade de Medida	unidade
Base legal	

Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.

**Descrição**  
Desenvolvimento, incorporação e difusão de novas tecnologias, produtos e serviços, propiciando inserção no mercado e agregação de valor. Visa articular empreendedores e agentes do sistema de apoio à inovação de forma a viabilizar condições para implantar estruturas produtivas baseadas na inovação, informação e conhecimento.

**Especificação do Produto**  
Desenvolvimento, incorporação e difusão de novas tecnologias, produtos e serviços, propiciando inserção no mercado e agregação de valor.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
Produtores, instituições públicas e privadas e organizações diversas, civil e de classe que atuem na área de atuação da Sudene.

**Tipo de implementação** Direta Descentralizada

**Implementação da Ação**  
Apoio a projetos de tecnologia e inovação que fortaleçam e integrem a rede regional de inovação, propiciando melhoria nos processos produtivos, aumentos da competitividade, incorporação de tecnologias e inovação social e incremento tecnológico e inovativo para melhorias dos serviços públicos. Implantação de núcleos de apoio à inovação, identificação espacial dos focos emergentes e empecilhos à competitividade, articulação de empreendedores e fontes de financiamento da inovação.

Participação social	Não
---------------------	-----

**Plano Orçamentário**  
0000 - Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação - Despesas Diversas

Caracterização	
Unidade Medida	Produto

**Plano Orçamentário**  
0001 - Apoio a estudos de tecnologia e inovação

**Caracterização**  
Estudos para identificar gargalos e potencialidades e propor soluções inovativas que aumentem a competitividade dos setores produtivos. Estudos científicos para o desenvolvimento tecnológico e inovativo dos setores produtivos e sociais.

Unidade Medida	unidade	Produto	Estudo apoiado
----------------	---------	---------	----------------

Localizador	0020 - Na Região Nordeste		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

8340 - Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93412 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste(53203)
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	19 - Ciência e Tecnologia
SubFunção	573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Iniciativa apoiada
Unidade de Medida	unidade
Base legal	
Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.	
Descrição	
Desenvolvimento, incorporação e difusão de novas tecnologias, produtos e serviços, propiciando inserção no mercado e agregação de valor. Visa articular empreendedores e agentes do sistema de apoio à inovação de forma a viabilizar condições para implantar estruturas produtivas baseadas na inovação, informação e conhecimento.	
Especificação do Produto	
Desenvolvimento, incorporação e difusão de novas tecnologias, produtos e serviços, propiciando inserção no mercado e agregação de valor.	
Ação de Insumo Estratégico	Não
Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	
Produtores, instituições públicas e privadas e organizações diversas, civil e de classe que atuem na área de atuação da Sudene.	
Tipo de implementação	Direta Descentralizada
Implementação da Ação	
Apoio a projetos de tecnologia e inovação que fortaleçam e integrem a rede regional de inovação, propiciando melhoria nos processos produtivos, aumentos da competitividade, incorporação de tecnologias e inovação social e incremento tecnológico e inovativo para melhorias dos serviços públicos. Implantação de núcleos de apoio à inovação, identificação espacial dos focos emergentes e empecilhos à competitividade, articulação de empreendedores e fontes de financiamento da inovação.	
Participação social	Não

Plano Orçamentário	
0000 - Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário		
0001 - Apoio a estudos de tecnologia e inovação		
Caracterização		
Estudos para identificar gargalos e potencialidades e propor soluções inovativas que aumentem a competitividade dos setores produtivos. Estudos científicos para o desenvolvimento tecnológico e inovativo dos setores produtivos e sociais.		
Unidade Medida	unidade	Produto
		Estudo apoiado

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

8872 - Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano e Regional

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	452 - Serviços Urbanos
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Pessoa capacitada
Unidade de Medida	unidade

### Base legal

Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts.182 e 183; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Portaria MDR n. 2.652, de 11 de novembro de 2019 (PFCG).

### Descrição

Capacitações presenciais e a distância, atividades de extensão universitária e pesquisa que visem ao apoio e à formação de quadros técnicos das Prefeituras Municipais, órgãos supramunicipais, órgãos dos governos estaduais e federal à formação de agentes sociais para a implementação das Políticas sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional.

### Especificação do Produto

Atividades de capacitação para técnicos municipais, gestores e agentes sociais sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e Regional.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

### Beneficiário

Técnicos municipais e agentes sociais.

Tipo de implementação	Direta
-----------------------	--------

### Implementação da Ação

Pela abrangência territorial do país, a estratégia de capacitação visa a atender a todos os municípios da Federação em atividades conjuntas, regionais ou nacionais. O Ministério do Desenvolvimento Regional contrata diretamente o apoio e a infraestrutura necessários para a realização das atividades de capacitação, além dos demais produtos resultantes das atividades de capacitação, tais como a publicação de livros e revistas, a produção de cursos e materiais didáticos e a promoção de estudos específicos, incluindo materiais afetos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Participação social	Sim
---------------------	-----

Conferência Temática (Regional ou Nacional)

### Plano Orçamentário

0000 - Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano e Regional - Despesas Diversas

### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

### Plano Orçamentário

RO00 - Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano e Regional - Regra de Ouro

### Caracterização

Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano e Regional - Regra de Ouro

Unidade Medida	unidade	Produto	Atividade realizada
----------------	---------	---------	---------------------

### Notas de usuário para esta Ação

Data	13/03/2020
------	------------

Notas de usuário	SOF: Ajuste na base legal.
------------------	----------------------------

Data	20/03/2019
------	------------

Notas de usuário	Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o detalhamento da implementação foi adequado à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
------------------	--

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

8872 - Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano e Regional

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

8872 - Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano e Regional

Momento da ação	Lei+Créditos		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	452 - Serviços Urbanos		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Pessoa capacitada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts.182 e 183; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Capacitações presenciais e a distância, atividades de extensão universitária e pesquisa que visem ao apoio e à formação de quadros técnicos das Prefeituras Municipais, órgãos supramunicipais, órgãos dos governos estaduais e federal à formação de agentes sociais para a implementação das Políticas sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional.		
Especificação do Produto	Atividades de capacitação para técnicos municipais, gestores e agentes sociais sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e Regional.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Técnicos municipais e agentes sociais.		
Tipo de implementação	Direta		
Implementação da Ação	Pela abrangência territorial do país, a estratégia de capacitação visa a atender a todos os municípios da Federação em atividades conjuntas, regionais ou nacionais. O Ministério do Desenvolvimento Regional contrata diretamente o apoio e a infraestrutura necessários para a realização das atividades de capacitação, além dos demais produtos resultantes das atividades de capacitação, tais como a publicação de livros e revistas, a produção de cursos e materiais didáticos e a promoção de estudos específicos, incluindo materiais afetos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.		
Participação social	Sim		
Conferência Temática (Regional ou Nacional)			

Plano Orçamentário			
0000 - Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano e Regional			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		
Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

8874 - Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	121 - Planejamento e Orçamento		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts.182 e 183; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Apoio à elaboração, à implementação e ao acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), incluindo a implantação e a manutenção de sistema de informações urbanas georreferenciadas, a promoção de desenvolvimento institucional, a elaboração de estudos, pesquisas, políticas, normas, planos, programas, projetos, ações, obras e serviços urbanos, orientados ao desenvolvimento urbano sustentável e à transformação digital das cidades (cidades inteligentes), nas escalas intra-urbana, municipal, supramunicipal, RIDEs, regional e nacional. Contempla também a realização de treinamentos e de capacitações presenciais e a distância, atividades de extensão universitária e pesquisa que visem ao apoio e à formação de quadros técnicos das Prefeituras Municipais, órgãos supramunicipais, órgãos dos governos estaduais e federal à formação de agentes sociais para a implementação das Políticas sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional.		
Especificação do Produto	Apoio à elaboração e à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e atividades de capacitação para técnicos municipais, gestores e agentes sociais sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e Regional.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	População dos municípios beneficiados, técnicos municipais e agentes sociais.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	A ação poderá ser implementada de forma direta ou indireta, por meio do próprio quadro técnico, licitações específicas, execuções descentralizadas, cooperações técnicas de âmbito nacional ou internacional e/ou repasse de recursos a entes federados dos três níveis de governo, organizações internacionais ou multilaterais, organizações da sociedade civil, e entidades parceiras, observadas as normas legais e programáticas pertinentes e os instrumentos de formalização adequados para cada caso. Em relação às capacitações presenciais e a distância, pela abrangência territorial do país, a estratégia de capacitação visa a atender a todos os municípios da Federação em atividades conjuntas, regionais ou nacionais. O Ministério do Desenvolvimento Regional contrata diretamente o apoio e a infraestrutura necessários para a realização das atividades de capacitação, além dos demais produtos resultantes das atividades de capacitação, tais como a publicação de livros e revistas, a produção de cursos e materiais didáticos e a promoção de estudos específicos, incluindo materiais afetos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.		
Participação social	Sim		
Conferência Temática (Regional ou Nacional)			
Conselho Setorial			

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

8874 - Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa

Plano Orçamentário

RO00 - Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Regra de Ouro

Caracterização

Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Regra de Ouro

Unidade Medida unidade

Produto Atividade realizada

Notas de usuário para esta Ação

Data 20/03/2019

Notas de usuário Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o detalhamento da implementação e a participação social foram adequados à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Localizador 0001 - Nacional

Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

8874 - Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa

Momento da ação	Lei+Créditos
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	93409 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	15 - Urbanismo
SubFunção	121 - Planejamento e Orçamento
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Projeto apoiado
Unidade de Medida	unidade

**Base legal**  
Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts.182 e 183; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

**Descrição**  
Apoio à elaboração, à implementação e ao acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), incluindo a implantação e a manutenção de sistema de informações urbanas georreferenciadas, a promoção de desenvolvimento institucional, treinamentos e capacitações, a elaboração de estudos, pesquisas, políticas, normas, planos, programas, projetos, ações, obras e serviços urbanos, orientados ao desenvolvimento urbano sustentável e à transformação digital das cidades (cidades inteligentes), nas escalas intra-urbana, municipal, supramunicipal, RIDEs, regional e nacional.

**Especificação do Produto**  
Apoio à elaboração e à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
----------------------------	-----	----------------------------	-----

**Beneficiário**  
População dos municípios beneficiados.

Tipo de implementação	Direta Descentralizada
-----------------------	------------------------

**Implementação da Ação**  
A ação poderá ser implementada de forma direta ou indireta, por meio do próprio quadro técnico, licitações específicas, execuções descentralizadas, cooperações técnicas de âmbito nacional ou internacional e/ou repasse de recursos a entes federados dos três níveis de governo, organizações internacionais ou multilaterais, organizações da sociedade civil, e entidades parceiras, observadas as normas legais e programáticas pertinentes e os instrumentos de formalização adequados para cada caso.

Participação social	Sim
---------------------	-----

Conselho Setorial

Conselho Setorial

Conferência Temática (Regional ou Nacional)

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário	
0001 - Apoio à elaboração, à implementação e ao acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	
Caracterização	
Elaboração de estudos, pesquisas, políticas, normas, planos, programas, projetos, ações, obras e serviços urbanos, bem como a implantação e manutenção de sistema de informações urbanas georreferenciadas, a promoção de desenvolvimento institucional, orientados ao desenvolvimento urbano sustentável e à transformação digital das cidades (cidades inteligentes), nas escalas intra-urbana, municipal, supramunicipal, RIDEs, regional e nacional, incluindo treinamentos e capacitações na temática de desenvolvimento urbano sustentável.	
Unidade Medida	Produto Projeto apoiado

Plano Orçamentário

0002 - Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano e Regional

Caracterização

Capacitações presenciais e a distância, atividades de extensão universitária e pesquisa que visem ao apoio e à formação de quadros técnicos das Prefeituras Municipais, órgãos supramunicipais, órgãos dos governos estaduais e federal à formação de agentes sociais para a implementação das Políticas sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Unidade Medida unidade Produto Pessoa capacitada

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

8874 - Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	15 - Urbanismo		
SubFunção	121 - Planejamento e Orçamento		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts.182 e 183; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.		
Descrição	Apoio à elaboração, à implementação e ao acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), incluindo a implantação e a manutenção de sistema de informações urbanas georreferenciadas, a promoção de desenvolvimento institucional, a elaboração de estudos, pesquisas, políticas, normas, planos, programas, projetos, ações, obras e serviços urbanos, orientados ao desenvolvimento urbano sustentável e à transformação digital das cidades (cidades inteligentes), nas escalas intra-urbana, municipal, supramunicipal, RIDEs, regional e nacional. Contempla também a realização de treinamentos e de capacitações presenciais e a distância, atividades de extensão universitária e pesquisa que visem ao apoio e à formação de quadros técnicos das Prefeituras Municipais, órgãos supramunicipais, órgãos dos governos estaduais e federal à formação de agentes sociais para a implementação das Políticas sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional.		
Especificação do Produto	Apoio à elaboração e à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e atividades de capacitação para técnicos municipais, gestores e agentes sociais sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e Regional.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	População dos municípios beneficiados, técnicos municipais e agentes sociais.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	A ação poderá ser implementada de forma direta ou indireta, por meio do próprio quadro técnico, licitações específicas, execuções descentralizadas, cooperações técnicas de âmbito nacional ou internacional e/ou repasse de recursos a entes federados dos três níveis de governo, organizações internacionais ou multilaterais, organizações da sociedade civil, e entidades parceiras, observadas as normas legais e programáticas pertinentes e os instrumentos de formalização adequados para cada caso. Em relação às capacitações presenciais e a distância, pela abrangência territorial do país, a estratégia de capacitação visa a atender a todos os municípios da Federação em atividades conjuntas, regionais ou nacionais. O Ministério do Desenvolvimento Regional contrata diretamente o apoio e a infraestrutura necessários para a realização das atividades de capacitação, além dos demais produtos resultantes das atividades de capacitação, tais como a publicação de livros e revistas, a produção de cursos e materiais didáticos e a promoção de estudos específicos, incluindo materiais afetos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.		
Participação social	Sim		
Conselho Setorial			

Plano Orçamentário	
0000 - Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Despesas Diversas	
Caracterização	
Unidade Medida	Produto

Plano Orçamentário
0001 - Apoio à elaboração, à implementação e ao acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
Caracterização
Elaboração de estudos, pesquisas, políticas, normas, planos, programas, projetos, ações, obras e serviços urbanos, bem como a implantação e manutenção de sistema de informações urbanas georreferenciadas, a promoção de desenvolvimento institucional, orientados ao desenvolvimento urbano sustentável e à transformação digital das cidades (cidades inteligentes), nas escalas intra-urbana, municipal, supramunicipal, RIDEs, regional e nacional,

Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

8874 - Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa

incluindo treinamentos e capacitações na temática de desenvolvimento urbano sustentável.

Unidade Medida **unidade** Produto **Projeto apoiado**

Plano Orçamentário

0002 - Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano e Regional

Caracterização

Capacitações presenciais e a distância, atividades de extensão universitária e pesquisa que visem ao apoio e à formação de quadros técnicos das Prefeituras Municipais, órgãos supramunicipais, órgãos dos governos estaduais e federal à formação de agentes sociais para a implementação das Políticas sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Unidade Medida **unidade** Produto **Pessoa capacitada**

Notas de usuário para esta Ação

Data **20/03/2019**  
Notas de usuário **Em razão da MPV nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o detalhamento da implementação e a participação social foram adequados à nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.**

Localizador	0001 - Nacional		
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica

Momento da ação	Consolidado		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	19 - Ciência e Tecnologia		
SubFunção	691 - Promoção Comercial		
Unidade Responsável	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Iniciativa apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.		
Descrição	Integração das ações interministeriais e dos diferentes níveis de governo voltada para a ampliação e recuperação da infraestrutura, de modo a assegurar a sinergia entre projetos e propiciar a expansão dos investimentos regionais.		
Especificação do Produto	Promoção de iniciativas voltadas para a integração da infraestrutura para a dinamização de atividades econômicas.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	População e agentes econômicos da área de abrangência da Sudeco.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Identificação das principais deficiências de infraestrutura e logística na Região; Articulação com os ministérios setoriais e outras esferas de governo para viabilização de intervenções consideradas prioritárias para a Região Centro-Oeste; Priorização para projetos de infraestrutura, na definição da alocação dos recursos do FCO e BNDES. .		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Localizador 0050 - Na Região Centro-Oeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Centro-Oeste	-	-	

Ação Orçamentária - Padronizada Setorial

8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica

Momento da ação	Consolidado		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	19 - Ciência e Tecnologia		
SubFunção	691 - Promoção Comercial		
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Iniciativa apoiada		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.		
Descrição	Integração das ações interministeriais e dos diferentes níveis de governo voltada para a ampliação e recuperação da infraestrutura, de modo a assegurar a sinergia entre projetos e propiciar a expansão dos investimentos regionais.		
Especificação do Produto	Promoção de iniciativas voltadas para a integração da infraestrutura para a dinamização de atividades econômicas.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário	Estados, Municípios, população e agentes econômicos na área de atuação da SUDENE.		
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação	Implementação por meio de convênios ou termos de execução descentralizada a depender do planejamento anual e da priorização da Sudene, após identificação das principais deficiências de infraestrutura e logística e da articulação com os ministérios setoriais e outras esferas de governo para viabilização de intervenções consideradas prioritárias para o Nordeste.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Localizador 0020 - Na Região Nordeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	-	-	



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

8917 - Fortalecimento das Administrações Locais

Momento da ação	PL		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	93412 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste(53203)		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	04 - Administração		
SubFunção	128 - Formação de Recursos Humanos		
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente		
Tipo de ação	Atividade		
Origem	PLOA		
Produto	Servidor capacitado		
Unidade de Medida	unidade		
Base legal	Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.		
Descrição	Formação de parcerias para capacitar recursos humanos (servidores) nos aspectos técnicos e gerenciais, administrativo-organizacionais e financeiro-fiscais, para identificação dos problemas locais e suas causas, propiciando o fortalecimento do planejamento e a democratização da gestão. Dessa maneira, busca-se contribuir para a melhoria da capacidade de gestão do poder público local, mediante assistência técnica para o aperfeiçoamento dos recursos humanos, financeiros e organizacionais das prefeituras, em municípios selecionados.		
Especificação do Produto	Recursos humanos municipais capacitados nos aspectos técnicos, gerenciais, administrativos, orçamentários e financeiros, com vistas a melhorar a gestão pública.		
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
Beneficiário	Prefeituras e servidores públicos municipais na área de atuação da SUDENE.		
Tipo de implementação	Descentralizada		
Implementação da Ação	Implementação descentralizada mediante articulação e formalização de parcerias, por meio de termos de execução descentralizada com escolas de governo especializadas em capacitação.		
Participação social	Não		

Plano Orçamentário			
0000 - Fortalecimento das Administrações Locais - Despesas Diversas			
Caracterização			
Unidade Medida	Produto		

Plano Orçamentário			
0001 - Estruturação e Gestão do Programa “+Gestão Municipal”			
Caracterização			
Estruturação do Programa “+Gestão Municipal”, mediante realização de reuniões técnicas, fóruns com parceiros e beneficiários, mobilização e articulação de atores relevantes para o programa, divulgação das ações, deslocamento de instrutores, estudos e avaliação do programa.			
Unidade Medida	unidade	Produto	Projeto elaborado

Plano Orçamentário			
0002 - Acompanhamento e Fiscalização “+ Gestão Municipal”			
Caracterização			
Despesas administrativas destinadas ao acompanhamento e à fiscalização das ações do Programa “+Gestão Municipal”			
Unidade Medida	unidade	Produto	Fiscalização realizada

## Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

### 8917 - Fortalecimento das Administrações Locais

Momento da ação	PL
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
Objetivo	
Iniciativa	
Unidade Orçamentária Responsável	53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Esfera	10 - Orçamento Fiscal
Função	04 - Administração
SubFunção	128 - Formação de Recursos Humanos
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
Tipo de ação	Atividade
Origem	PLOA
Produto	Servidor capacitado
Unidade de Medida	unidade

#### Base legal

Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.

#### Descrição

Formação de parcerias para capacitar recursos humanos (servidores) nos aspectos técnicos e gerenciais, administrativo-organizacionais e financeiro-fiscais, para identificação dos problemas locais e suas causas, propiciando o fortalecimento do planejamento e a democratização da gestão.

Dessa maneira, busca-se contribuir para a melhoria da capacidade de gestão do poder público local, mediante assistência técnica para o aperfeiçoamento dos recursos humanos, financeiros e organizacionais das prefeituras, em municípios selecionados.

#### Especificação do Produto

Recursos humanos municipais capacitados nos aspectos técnicos, gerenciais, administrativos, orçamentários e financeiros, com vistas a melhorar a gestão pública.

Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Sim
----------------------------	-----	----------------------------	-----

#### Beneficiário

Prefeituras e servidores públicos municipais na área de atuação da SUDENE.

Tipo de implementação	Descentralizada
-----------------------	-----------------

#### Implementação da Ação

Implementação descentralizada mediante articulação e formalização de parcerias, por meio de termos de execução descentralizada com escolas de governo especializadas em capacitação.

Participação social	Não
---------------------	-----

#### Plano Orçamentário

0000 - Fortalecimento das Administrações Locais - Despesas Diversas

#### Caracterização

Unidade Medida	Produto
----------------	---------

#### Plano Orçamentário

0001 - Estruturação e Gestão do Programa "+Gestão Municipal"

#### Caracterização

Estruturação do Programa "+Gestão Municipal", mediante realização de reuniões técnicas, fóruns com parceiros e beneficiários, mobilização e articulação de atores relevantes para o programa, divulgação das ações, deslocamento de instrutores, estudos e avaliação do programa.

Unidade Medida	unidade	Produto	Projeto elaborado
----------------	---------	---------	-------------------

#### Plano Orçamentário

0002 - Acompanhamento e Fiscalização "+ Gestão Municipal"

#### Caracterização

Despesas administrativas destinadas ao acompanhamento e à fiscalização das ações do Programa "+Gestão Municipal"

Unidade Medida	unidade	Produto	Fiscalização realizada
----------------	---------	---------	------------------------

#### Notas de usuário para esta Ação

Data	20/03/2019
------	------------

Notas de usuário	Correção de erro de digitação na Descrição.
------------------	---

Ação Orçamentária

8917 - Fortalecimento das Administrações Locais

Localizador 0020 - Na Região Nordeste			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Região Nordeste	-	-	

Ação Orçamentária

N108 - Elaboração de Projetos, Licenciamentos e Regularização, entre outros, para a implantação da Ferrovia do Sol - São Luís do Maranhão - MA/Salvador - BA

Momento da ação	Alteração Orçamentária - Órgão Setorial		
Programa	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		
Objetivo			
Iniciativa			
Unidade Orçamentária Responsável	53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste		
Esfera	10 - Orçamento Fiscal		
Função	26 - Transporte		
SubFunção	783 - Transporte Ferroviário		
Unidade Responsável	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas		
Tipo de ação	Projeto		
Origem	PLOA		
Produto	Projeto apoiado		
Unidade de Medida	quilômetro		
Base legal			
Descrição	Estudos e Projetos para Implantação da Ferrovia do Sol - São Luís do Maranhão - MA/Salvador - BA.		
Especificação do Produto			
Ação de Insumo Estratégico	Não	Regionalização na Execução	Não
Beneficiário			
Tipo de implementação	Direta Descentralizada		
Implementação da Ação			
Participação social	Não		
Início da Ação	01/01/2021	Término da Ação	31/12/2021

Plano Orçamentário			
0000 - Elaboração de Projetos, Licenciamentos e Regularização, entre outros, para a implantação da Ferrovia do Sol - São Luís do Maranhão - MA/Salvador - BA			
Caracterização			
Unidade Medida		Produto	
Localizador 0001 - Nacional			
Custo Total	Total Físico	Início do Localizador	Término do Localizador
		01/01/2021	31/12/2021
Abrangência Geográfica			
Região	Estado	Município	
Nacional	-	-	

Ações Não Orçamentárias

Ação 00Z1 - FDA (Financiamento)

Tipo: Subsídio Creditício				
Fonte de Informações: 35000 - ME				
Fonte de Recursos: Creditício				
Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 178.849.061,29	R\$ 39.493.956,88	R\$ 51.003.652,63	R\$ 0,00	R\$ 88.351.451,78

**Ação 00PN - Financiamento ao Comércio e aos Serviços****Tipo:** Crédito de Instituição Financeira**Fonte de Informações:** 34400 - BNB**Fonte de Recursos:** Direcionado - FNE

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 18.097.000.000,00	R\$ 4.225.000.000,00	R\$ 5.880.000.000,00	R\$ 4.440.000.000,00	R\$ 3.552.000.000,00

Produto	Unidade de Medida
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
Aguardando informação da instituição financeira	0

**Ação 00TC - Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO****Tipo:** Subsídio Creditício**Fonte de Informações:** 35000 - ME**Fonte de Recursos:** Creditício

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 50.254.561.173,70	R\$ 10.374.032.464,38	R\$ 11.461.287.212,72	R\$ 13.765.174.902,03	R\$ 14.654.066.594,57

**Ação 00Z2 - Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD****Tipo:** Subsídio Creditício**Fonte de Informações:** 35000 - ME**Fonte de Recursos:** Creditício

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 0,04	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01

**Ação 00T2 - Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO****Tipo:** Outro**Fonte de Informações:** 34990 - MDR**Fonte de Recursos:** Outros

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 0,04	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01

Produto	Unidade de Medida
Documento disponibilizado	unidade
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
Definição de estratégias, diretrizes e orientações, monitoramento e relatórios.	2

**Ação 00T3 - Gestão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA****Tipo:** Outro**Fonte de Informações:** 34990 - MDR**Fonte de Recursos:** Outros

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 0,04	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01

Produto	Unidade de Medida
Documento digitalizado	unidade
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
Definição de estratégias, diretrizes e orientações, monitoramento e relatórios.	2

**Ação 00PP - FCO-Rural****Tipo:** Crédito de Instituição Financeira**Fonte de Informações:** 34300 - BB**Fonte de Recursos:** Direcionado - FCO

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 14.773.159.696,48	R\$ 2.820.796.215,42	R\$ 4.504.091.381,00	R\$ 4.275.259.985,99	R\$ 3.173.012.114,07

Produto	Unidade de Medida
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
Aguardando informação da instituição financeira	0

**Ação 00OW - Apoio creditício às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais da região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo.****Tipo:** Crédito de Instituição Financeira**Fonte de Informações:** 34400 - BNB**Fonte de Recursos:** Direcionado - FNE

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 10.040.000.000,00	R\$ 2.460.000.000,00	R\$ 2.475.000.000,00	R\$ 2.545.000.000,00	R\$ 2.560.000.000,00

Produto	Unidade de Medida
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
Aguardando informação da instituição financeira	0

**Ação 00SY - Financiamento à melhoria habitacional - FGTS****Tipo:** Crédito de Instituição Financeira**Fonte de Informações:** 34200 - CEF**Fonte de Recursos:** Direcionado - FGTS

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 1.500.000.000,00	R\$ 37.500.000,00	R\$ 112.500.000,00	R\$ 675.000.000,00	R\$ 675.000.000,00

Produto	Unidade de Medida
Família beneficiada	unidade
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
Atendimento à família de baixa renda por meio de financiamento para aquisição de material de construção e assistência técnica visando combater à inadequação habitacional.	400.000

**Ação 00T1 - Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE****Tipo:** Outro**Fonte de Informações:** 34990 - MDR**Fonte de Recursos:** Outros

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 0,04	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	

Produto	Unidade de Medida
Documento disponibilizado	unidade
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
Definição de estratégias, diretrizes e orientações, monitoramento e relatórios.	2

**Ação 000X - Financiamento à indústria****Tipo:** Crédito de Instituição Financeira**Fonte de Informações:** 34400 - BNB**Fonte de Recursos:** Direcionado - FNE

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 8.672.000.000,00	R\$ 2.905.000.000,00	R\$ 700.000.000,00	R\$ 2.815.000.000,00	R\$ 2.252.000.000,00

Produto	Unidade de Medida
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
Aguardando informação da instituição financeira	0

**Ação 00T8 - SUDECO - Elaboração de Planos Diretores Municipais****Tipo:** Outro**Fonte de Informações:** 34990 - MDR**Fonte de Recursos:** Outros

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 24.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00

Produto	Unidade de Medida
Plano elaborado	unidade
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
Elaboração de Planos Diretores em 24 cidades do Centro Oeste, nas regiões prioritárias, RIDE-DF, cidades da faixa de fronteira e nas cidades médias do Centro Oeste.	24

**Ação 00TH - FDNE (Financiamento)****Tipo:** Subsídio Creditício**Fonte de Informações:** 35000 - ME**Fonte de Recursos:** Creditício

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 652.134.844,45	R\$ 66.799.589,34	R\$ 121.783.676,88	R\$ 224.934.453,08	R\$ 238.617.125,15

**Ação 00YU - Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital - Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica importadora estabelecida na Zona Franca de Manaus. A suspensão converte-se em alíquota 0 (zero) após decorridos 18 meses da incorporação do bem ao ativo imobilizado. - Lei 11.196/05, art. 50; Lei 10.865/04, art. 14, § 1º; Decreto 5.691/06.(2)**

**Tipo:** Subsídio Tributário**Fonte de Informações:** 31000 - RFB**Fonte de Recursos:** COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 113.024.154,35	R\$ 25.317.644,29	R\$ 27.183.238,21	R\$ 29.186.303,07	R\$ 31.336.968,78

**Ação 00TM - FDCO (Financiamento)****Tipo:** Subsídio Creditício**Fonte de Informações:** 35000 - ME**Fonte de Recursos:** Creditício

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 96.734.327,31	R\$ 3.895.335,44	R\$ 22.583.379,11	R\$ 33.724.063,68	R\$ 36.531.549,07

**Ação 000T - Financiamento reembolsável à inovação nos empreendimentos localizados na área de atuação do Banco do Nordeste.****Tipo:** Crédito de Instituição Financeira**Fonte de Informações:** 34400 - BNB**Fonte de Recursos:** Direcionado - FNE

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 1.268.000.000,00	R\$ 125.000.000,00	R\$ 144.000.000,00	R\$ 555.000.000,00	R\$ 444.000.000,00

Produto	Unidade de Medida
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
Aguardando informação da instituição financeira	0

**Ação 000OU - Concessão de crédito para o turismo regional.****Tipo:** Crédito de Instituição Financeira**Fonte de Informações:** 34500 - BASA**Fonte de Recursos:** Direcionado - FNO

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 533.733.000,00	R\$ 368.733.000,00	R\$ 50.000.000,00	R\$ 55.000.000,00	R\$ 60.000.000,00

Produto	Unidade de Medida
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
Aguardando informação da instituição financeira	0

**Ação 000OV - Financiamento à implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico.****Tipo:** Crédito de Instituição Financeira**Fonte de Informações:** 34400 - BNB**Fonte de Recursos:** Direcionado - FNE

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 2.068.000.000,00	R\$ 670.000.000,00	R\$ 210.000.000,00	R\$ 660.000.000,00	R\$ 528.000.000,00

Produto	Unidade de Medida
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
Aguardando informação da instituição financeira	0

**Ação 00Q6 - Apoio a cidades emergentes e sustentáveis - Fundo Socioambiental CAIXA****Tipo:** Crédito de Instituição Financeira**Fonte de Informações:** 34200 - CEF**Fonte de Recursos:** Livre - Outros

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 2.566.271,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.566.271,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Ação 00R6 - Linha ISE \_****Tipo:** Crédito de Instituição Financeira**Fonte de Informações:** 34100 - BNDES**Fonte de Recursos:** Direcionado - BNDES

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 9.641.954,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 2.641.954,00	R\$ 0,00	R\$ 2.000.000,00



**Ação 00TY - Áreas de Livre Comércio - Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Pacaraima e Bonfim-RR, Macapá/Santana-AP e Brasília e Cruzeiro do Sul-AC.** Isenção do imposto na entrada de mercadorias estrangeiras, quando destinadas a consumo e venda internos, beneficiamento de pescado, recursos minerais e matérias-primas agrícolas ou florestais, agricultura e piscicultura, a turismo, a estocagem para exportação, para construção e reparos navais e para internação como bagagem acompanhada, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos. - Lei 7.965/89, art. 3º; Lei 8.210/91, art. 4º; Lei 8.256/91, art. 4º e art. 14; Lei 8.387/91, art.11, § 2º; Lei 9065/95, art. 19, Lei 13.023/14, art. 3º.

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** IPI-Vinculado - Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 28.839.188,58	R\$ 6.460.037,88	R\$ 6.936.061,92	R\$ 7.447.162,98	R\$ 7.995.925,80

**Ação 00TZ - Áreas de Livre Comércio - Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Pacaraima e Bonfim-RR, Macapá/Santana-AP e Brasília e Cruzeiro do Sul-AC.** Isenção do imposto na entrada de produtos nacionais ou nacionalizados, quando destinados a consumo beneficiamento, estocagem ou industrialização com exceção de armas e munições, veículos de passageiros, bebidas alcoólicas, produtos de perfumaria e tocador, fumo e derivados. Isenção do imposto incidente sobre os produtos industrializados nas Áreas de Livre Comércio, destinados a consumo interno ou comercialização para outros pontos do território nacional, desde que os produtos tenham em sua composição final preponderância de matérias-primas de origem regional, provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral, exceto os minérios do Capítulo 26 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, ou agrossilvopastoril, observada a legislação ambiental pertinente e conforme definido em regulamento. - Lei 7.965/89, art. 4º, 6º e 13; Lei 8.210/91, art. 6º e 13; Lei 8.256/91, art. 7º e 14; Lei 8.387/91, art. 11, § 2º; Lei 8.857/94, art. 7º; Lei 8.981/95, art. 108, 109 e 110; Lei 13.023/14, art. 3º; Lei 11.898/09; Decreto 8.597/15

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** IPI-Interno - Imposto sobre Produtos Industrializados

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 1.843.144.975,19	R\$ 412.868.285,81	R\$ 443.291.517,62	R\$ 475.956.561,32	R\$ 511.028.610,44

**Ação 00VT - Mercadorias Norte e Nordeste - Não incidência do AFRMM sobre as mercadorias transportadas por meio fluvial e lacustre, exceto graneis líquidos, transportados no âmbito das Regiões Norte e Nordeste. Não incidência sobre mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País, nas navegações de cabotagem, quando o descarregamento tiver início até 08 de janeiro de 2022. Não incidência sobre mercadorias cuja origem ou destino seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do país, nas navegações realizadas em casco com fundo duplo, destinadas ao transporte de combustíveis quando o descarregamento tiver início até 08 de janeiro de 2022. - Lei 9.432/97, art. 17; Lei 10.893/2004, art. 4º, Parágrafo único, inciso I. Lei 11.482/07, art. 11. Lei 11.033/04, art. 18. Decreto 8.257/14, art. 4º, incisos II, III e IV e Parágrafo único. Lei 12.507/11, art. 3º. Lei 13.458/17.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** AFRMM - Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 4.223.409.745,15	R\$ 946.052.516,34	R\$ 1.015.764.761,13	R\$ 1.090.613.926,97	R\$ 1.170.978.540,71

**Ação 00XB - Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental - Isenção do imposto na entrada de mercadorias na ZFM, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e a estocagem para reexportação, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos. - D.L. 288/67, art. 3º, § 1º, art. 7º, II; D.L. 356/68, art. 1º; D.L. 2.434/88, art. 1º, II, "c"; Lei 8.032/90, art. 2º, II, "d", art. 4º; Lei 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal, ADCT, art. 40, 92 e 92-A; Portaria Interministerial 272/93, art. 1º.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** IPI-Vinculado - Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 12.673.017.355,41	R\$ 2.838.782.093,64	R\$ 3.047.964.849,17	R\$ 3.272.561.758,99	R\$ 3.513.708.653,61

**Ação 00X3 - SUDAM - Isenção Projeto Industrial / Agrícola - Isenção do IRPJ para empreendimento industrial ou agrícola que tenha sido instalado, ampliado, modernizado ou diversificado, até 31 de dezembro de 1997 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado até 14 de novembro de 1997. - Lei 9.532/97, art. 3º; Lei 9.808/99, art. 13.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** IRPJ - Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 15.869.053.733,50	R\$ 3.554.700.851,29	R\$ 3.816.637.870,27	R\$ 4.097.876.373,34	R\$ 4.399.838.638,60

**Ação 00XH - Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas - Alíquotas diferenciadas para as Contribuições PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA. I) 0,65% e 3%, no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida: a) na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio; b) fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure PIS/COFINS no regime de não-cumulatividade; II) 1,3% e 6%, no caso de venda efetuada a: a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS/COFINS; c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio e que seja optante pelo SIMPLES; d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal. Crédito na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na ZFM e na ALC, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA, determinado mediante a aplicação da alíquota de 1% e 4,6% e, na situação "II b", mediante a aplicação da alíquota de 1,65% e 7,60%. Redução a zero das alíquotas na venda de pneus e câmaras de ar para bicicletas, quando produzidas na Zona Franca de Manaus. - Lei 10.637/02, art. 2º, § 4º e art. 3º § 12; Lei 10.833/03, art. 2º, § 5º e art. 3º § 17; Decreto 5.310/04; Lei 10.996/04, arts. 3º e 4º; Lei 13.097/15, art. 147.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** PIS-PASEP - Contribuição Social para o PIS-PASEP

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 2.498.487.367,30	R\$ 559.666.336,80	R\$ 600.906.749,99	R\$ 645.186.066,13	R\$ 692.728.214,38

**Ação 00PJ - Ações de desenvolvimento integrado e sustentável do território priorizando públicos prioritários da CAIXA.**

**Tipo:** Crédito de Instituição Financeira

**Fonte de Informações:** 34200 - CEF

**Fonte de Recursos:** Livre - Outros

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Ação 00YZ - Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias - Redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização na ZFM ou na ALC, por pessoa jurídica estabelecida fora da ZFM ou da ALC. - Lei 10.996/04, art. 2º; Decreto 5.310/04; Lei 11.196/05, art. 65 (2)**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 5.553.812.205,06	R\$ 1.244.065.418,44	R\$ 1.335.737.488,96	R\$ 1.434.164.645,18	R\$ 1.539.844.652,47

**Ação 00X4 - SUDENE - Isenção Projeto Industrial / Agrícola - Isenção do IRPJ para empreendimento industrial ou agrícola que tenha sido instalado, ampliado, modernizado ou diversificado, até 31 de dezembro de 1997 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado até 14 de novembro de 1997. - Lei 9.532/97, art. 3º; Lei 9.808/99, art. 13.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** IRPJ - Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 18.681.962.294,73	R\$ 4.184.798.185,71	R\$ 4.493.165.502,02	R\$ 4.824.255.634,95	R\$ 5.179.742.972,05

**Ação 00YW - Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM - Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na própria ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA. - Lei 10.637/02, art. 5º-A; Decreto 5.310/04.(2)**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 739.664.680,51	R\$ 165.686.417,96	R\$ 177.895.435,88	R\$ 191.004.105,81	R\$ 205.078.720,86

**Ação 00PL - Linha ISE****Tipo:** Crédito de Instituição Financeira**Fonte de Informações:** 34100 - BNDES**Fonte de Recursos:** Direcionado - BNDES

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 90.000.000,00	R\$ 45.000.000,00	R\$ 45.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Ação 00XJ - Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias - Redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização na ZFM ou na ALC, por pessoa jurídica estabelecida fora da ZFM ou da ALC. - Lei 10.996/04, art. 2º; Decreto 5.310/04; Lei 11.196/05, art. 65**

**Tipo:** Subsídio Tributário**Fonte de Informações:** 31000 - RFB**Fonte de Recursos:** PIS-PASEP - Contribuição Social para o PIS-PASEP

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 1.205.702.079,18	R\$ 270.079.758,96	R\$ 289.981.261,20	R\$ 311.349.255,38	R\$ 334.291.803,64

**Ação 00Q5 - Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades)****Tipo:** Crédito de Instituição Financeira**Fonte de Informações:** 34200 - CEF**Fonte de Recursos:** Direcionado - FGTS

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 2.000.000.000,00	R\$ 500.000.000,00	R\$ 500.000.000,00	R\$ 500.000.000,00	R\$ 500.000.000,00

Produto	Unidade de Medida
Projeto apoiado	unidade
<b>Especificação do Produto</b>	<b>Meta Física</b>
O Pró-Cidades tem por objetivo proporcionar aos estados e aos municípios brasileiros condições para formulação e implantação de política de desenvolvimento urbano local a partir do financiamento de investimentos apresentados na forma de projetos integrados de melhoria de um perímetro urbano, previamente definido, e, assim, garantir maior efetividade da função social da cidade e da propriedade urbana, priorizando a ocupação democrática de áreas urbanas consolidadas. Poderão ser apoiados projetos para intervenções estruturantes, a partir da qualificação do espaço público; da democratização do acesso aos equipamentos e mobiliários urbanos; do estímulo à utilização de imóveis vazios e ociosos; prioritariamente para habitação de interesse social; e do uso de tecnologias para cidades inteligentes, revertendo o processo de esvaziamento e degradação urbana, além de promover a ampliação da oferta de habitações bem localizadas.	16

**Ação 00YV - Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima - Suspensão do PIS/PASEP-importação e COFINS-importação nas importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA. - Lei 10.865/04, art. 14-A.(2)**

**Tipo:** Subsídio Tributário**Fonte de Informações:** 31000 - RFB**Fonte de Recursos:** COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 16.066.242.537,89	R\$ 3.598.871.551,23	R\$ 3.864.063.398,67	R\$ 4.148.796.570,35	R\$ 4.454.511.017,63

**Ação 00XN - Áreas de Livre Comércio - Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Pacaraima e Bonfim-RR, Macapá/Santana-AP e Brasília e Cruzeiro do Sul-AC. Isenção do imposto na entrada de mercadorias estrangeiras, quando destinadas a consumo e venda internos, beneficiamento de pescado, recursos minerais e matérias-primas agrícolas ou florestais, agricultura e piscicultura, a turismo, a estocagem para exportação, para construção e reparos navais e para internação como bagagem acompanhada, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos. - Lei 7.965/89, art. 3º; Lei 8.210/91, art. 4º; Lei 8.256/91, art. 4º e art. 14; Lei 8.387/91, art.11, § 2º; Lei 9065/95, art. 19, Lei 13.023/14, art. 3º. (2)**

**Tipo:** Subsídio Tributário**Fonte de Informações:** 31000 - RFB**Fonte de Recursos:** II - Imposto sobre Importação

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

R\$ 40.706.592,71	R\$ 9.118.360,94	R\$ 9.790.270,16	R\$ 10.511.690,70	R\$ 11.286.270,91
-------------------	------------------	------------------	-------------------	-------------------

**Ação 00XG - Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM - Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na própria ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA. - Lei 10.637/02, art. 5º-A; Decreto 5.310/04.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** PIS-PASEP - Contribuição Social para o PIS-PASEP

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 160.561.265,67	R\$ 35.966.055,53	R\$ 38.616.304,25	R\$ 41.461.843,16	R\$ 44.517.062,73

**Ação 000Y - Concessão de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais da Região Norte.**

**Tipo:** Crédito de Instituição Financeira

**Fonte de Informações:** 34500 - BASA

**Fonte de Recursos:** Direcionado - FNO

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 1.734.969.000,00	R\$ 497.910.000,00	R\$ 412.353.000,00	R\$ 412.353.000,00	R\$ 412.353.000,00

Produto	Unidade de Medida
---------	-------------------

Especificação do Produto	Meta Física
--------------------------	-------------

Aguardando informação da instituição financeira	0
---	---

**Ação 000Z - Promover a cultura regional através da concessão de financiamentos aos empreendimentos culturais.**

**Tipo:** Crédito de Instituição Financeira

**Fonte de Informações:** 34500 - BASA

**Fonte de Recursos:** Direcionado - FNO

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 122.710.921,00	R\$ 38.413.000,00	R\$ 25.467.650,00	R\$ 28.014.415,00	R\$ 30.815.856,00

Produto	Unidade de Medida
---------	-------------------

Especificação do Produto	Meta Física
--------------------------	-------------

Aguardando informação da instituição financeira	0
---	---

**Ação 00PK - Concessão de crédito para promoção do desenvolvimento regional e territorial sustentável e diminuição das desigualdades intra e inter regionais.**

**Tipo:** Crédito de Instituição Financeira

**Fonte de Informações:** 34500 - BASA

**Fonte de Recursos:** Direcionado - FNO

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 17.400.000.000,00	R\$ 5.400.000.000,00	R\$ 4.000.000.000,00	R\$ 4.000.000.000,00	R\$ 4.000.000.000,00

Produto	Unidade de Medida
---------	-------------------

Especificação do Produto	Meta Física
--------------------------	-------------

Aguardando informação da instituição financeira	0
---	---

**Ação 00PM - Financiamento de cadeias produtivas priorizadas pela política de desenvolvimento territorial do Banco do Brasil, com recursos oriundos do FCO, no caso denominado FCO-Empresarial.**

**Tipo:** Crédito de Instituição Financeira

**Fonte de Informações:** 34300 - BB

**Fonte de Recursos:** Direcionado - FCO

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 11.978.409.580,13	R\$ 2.820.796.215,42	R\$ 2.933.628.064,04	R\$ 3.050.973.186,60	R\$ 3.173.012.114,07

Produto	Unidade de Medida
Especificação do Produto	Meta Física
	0

**Ação 00XC - Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental - Isenção do imposto para todas as mercadorias produzidas na ZFM, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer ponto do território nacional, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos. Equivalência a uma exportação brasileira para o estrangeiro na remessa de mercadorias de origem nacional para consumo, ou industrialização na ZFM, ou reexportação para o estrangeiro, ou ainda para serem remetidas à Amazônia Ocidental. Isenção do imposto para os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, exclusive a de origem pecuária, por estabelecimentos localizados na Amazônia Ocidental. - D.L. 288/67, art. 4º, 9º § 1º; Lei 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal, ADCT, art. 40, 92 e 92-A; D.L. 356/68, art. 1º; D.L. 1.435/75, art. 6º.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** IPI-Interno - Imposto sobre Produtos Industrializados

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 57.209.741.879,90	R\$ 12.815.100.482,86	R\$ 13.759.413.199,69	R\$ 14.773.309.959,84	R\$ 15.861.918.237,51

**Ação 00XD - Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental - Isenção do imposto na entrada de mercadorias na ZFM, destinadas a seu consumo interno ou industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e a estocagem para reexportação, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos. Redução do imposto na saída de produtos industrializados na ZFM, para qualquer ponto do território nacional. Bens de informática - coeficiente de redução resultante da relação entre os valores de matérias-primas e outros insumos nacionais e da mão-de-obra empregada no processo produtivo, e os valores de matérias-primas e demais insumos nacionais e estrangeiros e da mão-de-obra empregada. Automóveis, tratores e outros veículos terrestres - coeficiente de redução acrescido de cinco pontos percentuais. Demais produtos - redução de 88% (oitenta e oito por cento). Isenção do imposto, até o limite de compras de US\$ 2.000, no caso de bagagem de viajantes procedentes da ZFM. - D.L. 288/67, art. 3º, § 1º, art. 7º, II; D.L. 356/68, art. 1º; D.L. 2.434/88, art. 1º, II, "c"; Lei 8.032/90, art. 2º, II, "d", art. 4º; Lei 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal, ADCT, art. 40, 92 e 92-A; Portaria Interministerial 272/93, art. 1º.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** II - Imposto sobre Importação

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 12.483.744.940,48	R\$ 2.796.384.681,31	R\$ 3.002.443.277,51	R\$ 3.223.685.816,53	R\$ 3.461.231.165,13

**Ação 00XE - Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital - Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica importadora estabelecida na Zona Franca de Manaus. A suspensão converte-se em alíquota 0 (zero) após decorridos 18 meses da incorporação do bem ao ativo imobilizado. - Lei 11.196/05, art. 50; Lei 10.865/04, art. 14, § 1º; Decreto 5.691/06.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** PIS-PASEP - Contribuição Social para o PIS-PASEP

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 22.376.158,10	R\$ 5.012.305,69	R\$ 5.381.649,96	R\$ 5.778.210,29	R\$ 6.203.992,16

**Ação 00XF - Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima - Suspensão do PIS/PASEP-importação e COFINS-importação nas importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA. - Lei 10.865/04, art. 14-A.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** PIS-PASEP - Contribuição Social para o PIS-PASEP

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 2.760.734.294,78	R\$ 618.410.190,84	R\$ 663.979.291,78	R\$ 712.906.265,84	R\$ 765.438.546,31

**Ação 00XI - Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas - Alíquotas diferenciadas para as Contribuições PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA. I) 0,65% e 3%, no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida: a) na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio; b) fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure PIS/COFINS no regime de não-cumulatividade; II) 1,3% e 6%, no caso de venda efetuada a: a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS/COFINS; c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio e que seja optante pelo SIMPLES; d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal. Crédito na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na ZFM e na ALC, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA, determinado mediante a aplicação da alíquota de 1% e 4,6% e, na situação "II b", mediante a aplicação da alíquota de 1,65% e 7,60%. Redução a zero das alíquotas na venda de pneus e câmaras de ar para bicicletas, quando produzidas na Zona Franca de Manaus. - Lei 10.996/04, arts. 3º e 4º; Lei 10.637/02, art. 2º, § 4º e art. 3º § 12; Lei 10.833/03, art. 2º, § 5º e art. 3º § 17; Decreto 5.310/04; Lei 13.097/15, art. 147.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 11.480.912.455,62	R\$ 2.571.748.130,98	R\$ 2.761.253.821,38	R\$ 2.964.723.712,35	R\$ 3.183.186.790,90

**Ação 00T7 - Projetos de cidades Inteligentes na região Centro Oeste.**

**Tipo:** Outro

**Fonte de Informações:** 34990 - MDR

**Fonte de Recursos:** Outros

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 0,04	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01

Produto	Unidade de Medida
Cidade digital implantada	unidade
Especificação do Produto	Meta Física
Dotar as cidades da RIDE-DF, faixas de fronteiras e cidades médias, da Região Centro Oeste, de tecnologia de informação e comunicação para aumentar a eficiência operacional. Além disso, compartilhar informações com o público e melhorar a qualidade dos serviços governamentais e o bem-estar dos cidadãos. As cidades inteligentes são sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Esses fluxos de interação são considerados inteligentes por fazer uso estratégico de infraestrutura e serviços e de informação e comunicação com planejamento e gestão urbana para dar resposta às necessidades sociais e econômicas da sociedade.	48

**Ação 00TV - Amazônia Ocidental - Isenção do AFRMM para mercadorias que sejam destinadas ao consumo ou industrialização na Amazônia Ocidental, excluídas armas, munições, fumo, bebidas alcoólicas, perfumes, veículos de carga, automóveis de passageiros e graneis líquidos. - Lei 10.893/04, art. 14, V, g.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** AFRMM - Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 1.469.928.895,74	R\$ 329.267.112,25	R\$ 353.529.982,59	R\$ 379.580.723,18	R\$ 407.551.077,72

**Ação 00V2 - Fundos Constitucionais - Isenção do imposto para a operação de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE), e do Centro-Oeste (FCO). - Lei 7.827/89, art. 8º; Decreto 6.306/07, art. 9º, III.**

**Tipo:** Subsídio Tributário

**Fonte de Informações:** 31000 - RFB

**Fonte de Recursos:** IOF - Imposto sobre Operações Financeiras

Valor Total	Valor Previsto para 2020	Valor Previsto para 2021	Valor Previsto para 2022	Valor Previsto para 2023
R\$ 5.627.038.587,53	R\$ 1.260.468.279,54	R\$ 1.353.349.035,88	R\$ 1.453.073.942,97	R\$ 1.560.147.329,14